Bruna Almeida da Silva

EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA: UM ESTUDO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS E AS EXPECTATIVAS DE VIDA NAS PERIFERIAS DA CIDADE TUPANCIRETÃ-RS

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2025

Bruna Almeida da Silva

EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA: UM ESTUDO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS E AS EXPECTATIVAS DE VIDA NAS PERIFERIAS DA CIDADE TUPANCIRETÃ-RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Solange Beatriz Billig Garces

Cruz Alta – RS, março 2026

S586e Silva, Bruna Almeida da
Exclusão socioeconômica da pessoa idosa: um estudo sobre os atuais desafios e as expectativas de vida nas periferias da Cidade Tupanciretã-RS/ Bruna Almeida da Silva. – Cruz Alta, 2026.
119 f.; PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Cruz Alta, 2026.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Solange Beatriz Billig Garces.

Catalogação Bibliotecária Eliane Catarina Reck da Rosa CRB-10/2404

Universidade de Cruz Alta – Unicruz
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social –Mestrado
Linha de Pesquisa – Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea

EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA: UM ESTUDO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS E AS EXPECTATIVAS DE VIDA NAS PERIFERIAS DA CIDADE TUPANCIRETÃ-RS

Elaborado por

Bruna Almeida da Silva

Como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Comissão Examinadora:

Prof. Drª Solange Beatriz Billig Garces
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

Prof.ª Dr.ª Isadora Cadore Wahys Virgolin
Universidade de Cruz Alta – Unicruz

Prof. Dr.ª Juliana Pedreschi Rodrigues
Universidade de São Paulo - USP
(PPG em Mudanças Social e Participação Política)

Cruz Alta-RS, 24 de março de 2025

Aos meus pais, que não mediram esforços ao longo de toda uma vida para que eu pudesse chegar até aqui. Por todo o incentivo e apoio, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei da minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, por todo o esforço para que esta etapa fosse possível em minha vida.

À minha amiga Lucimara, pelo incentivo e por toda a ajuda inicial.

À minha orientadora, Dra. Solange Beatriz Billig Garcês, pela paciência, dedicação e cuidado, que contribuíram para a realização deste trabalho.

À UNICRUZ, instituição em que me graduei e onde hoje defendo minha dissertação.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

E, por fim, a todas as pessoas idosas que participaram da pesquisa, por acreditarem e contribuírem para a realização deste estudo.

RESUMO

EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA: UM ESTUDO SOBRE OS ATUAIS DESAFIOS E AS EXPECTATIVAS DE VIDA NAS PERIFERIAS DA CIDADE TUPANCIRETÃ-RS

Autora: Bruna Almeida da Silva
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Solange Beatriz Billig Garces

O envelhecimento populacional, intensificado pelas transformações da modernidade e pós-modernidade, apresenta novas configurações sociais que, ao mesmo tempo em que representam avanços, acentuam também processos de vulnerabilidade. Nesse cenário, a presente pesquisa buscou responder às seguintes questões problematizadoras: como as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã/RS são afetadas pelas dinâmicas da contemporaneidade, tendo como consequência a exclusão socioeconômica? E quais tipos de exclusão aparecem com maior frequência? Com base nessas indagações, estabeleceu-se como objetivo principal analisar como as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã/RS são afetadas pelas dinâmicas da modernidade/contemporaneidade, destacando os tipos frequentes de exclusão. Partiu-se da hipótese de que as transformações sociais e culturais, ainda que tenham possibilitado avanços, geraram também formas de marginalização que fragilizam a inserção social e econômica da pessoa idosa. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva socioantropológica. O campo de estudo compreendeu dois bairros do município de Tupanciretã/RS selecionados por apresentarem maior vulnerabilidade socioeconômica. A amostra foi definida por meio de amostragem em bola de neve, totalizando 20 famílias com pessoas idosas. Os dados foram coletados a partir de entrevistas estruturadas, observação participante e narrativas de vida, possibilitando maior compreensão das experiências sociais e culturais dos participantes. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise textual discursiva. Os resultados evidenciaram que as pessoas idosas vivenciam as mudanças contemporâneas como um processo de ruptura em sua identidade social, relatando dificuldades de acesso a políticas públicas, precariedade econômica, fragilidade das redes de apoio e sentimentos de exclusão. Apesar disso, emergiram percepções iniciais de resistência e desejo de inclusão, indicando a importância de políticas públicas mais eficazes e de ações sociais que reconheçam o protagonismo das pessoas idosas.

Palavras-chave: Envelhecimento. Exclusão socioeconômica. Modernidade. Pós-modernidade. Periferia

ABSTRACT

SOCIOECONOMIC EXCLUSION OF OLDER ADULTS: A STUDY ON CURRENT CHALLENGES AND LIFE EXPECTATIONS IN THE PERIPHERAL AREAS OF THE CITY OF TUPANCIRETÃ, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

Author: Bruna Almeida da Silva
Advisor: Prof. Dr. Solange Beatriz Billig Garces

Population aging, intensified by the transformations of modernity and postmodernity, presents new social configurations that, while representing advances, also accentuate processes of vulnerability. In this context, the present research sought to answer the following guiding questions: how are older adults living in the peripheral areas of the city of Tupanciretã, Rio Grande do Sul, Brazil, affected by the dynamics of contemporary society, resulting in socioeconomic exclusion? And which types of exclusion appear most frequently? Based on these questions, the main objective was to analyze how older adults residing in the peripheral neighborhoods of Tupanciretã/RS are affected by the dynamics of modernity/contemporaneity, highlighting the most frequent forms of exclusion. The study was guided by the hypothesis that social and cultural transformations, although they have enabled important advances, have also generated forms of marginalization that weaken the social and economic inclusion of older adults. The research adopted a qualitative approach grounded in a socio-anthropological perspective. The field of study comprised two neighborhoods in the municipality of Tupanciretã/RS selected for presenting greater socioeconomic vulnerability. The sample was defined through snowball sampling, totaling 20 families with older adults. Data were collected through structured interviews, participant observation, and life narratives, enabling a deeper understanding of the participants' social and cultural experiences. For data analysis, the technique of Discursive Textual Analysis was used. The results showed that older adults experience contemporary changes as a process of rupture in their social identity, reporting difficulties in accessing public policies, economic precariousness, fragile support networks, and feelings of exclusion. Despite these challenges, initial perceptions of resistance and a desire for inclusion emerged, indicating the importance of more effective public policies and social actions that recognize the protagonism of older adults.

Keywords: Aging. Socioeconomic exclusion. Modernity. Postmodernity. Periphery.
.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Dissertações e Teses selecionadas de acordo com o tema	18
Figura 1-	Mapa do RS com a localização geográfica do município de Tupanciretã.	27
Figura 2-	Mapa da cidade de Tupanciretã-RS	29
Figura 3-	Distribuição do percentual da população por grupos de idade-BR – 1940/2000	36
Figura 4-	Pirâmide etária do Brasil – 2022	37
Figura 5 -	Pirâmide etária do Rio Grande do Sul- 2022	37
Figura 6-	Pirâmide etária do Município de Tupanciretã/RS - 2022	38
Quadro 2-	Comparação das concepções de Pós-Modernidade e Modernidade Radicalizada	42
Figura 7-	Imagens do Bairro Marcial Terra	53
Figura 8-	Imagens do Bairro Marcial Terra	53
Figura 9-	Imagens do Bairro Marcial Terra	54
Figura 10 -	Imagens do Bairro Marcial Terra	54
Figura 11 -	Imagens do Bairro Marcial Terra	54
Figura 12-	Imagens do Bairro Marcial Terra	54
Figura 13-	Imagens do Bairro Marcial Terra	54
Figura 14-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 15-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 16-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 17-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 18-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 19-	Imagens do Bairro Gaúcha	55
Figura 20-	Imagens do Bairro Gaúcha	56
Quadro 3-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 1: *O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?*	61
Quadro 4-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 2 - *Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma**?***	67
Quadro 5-	– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 3 - *O(a) senhor(a) sente que ficou para trás com essas mudanças? Por quê?*	70
Quadro 6-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 4 **-** *Acha que hoje em dia é mais difícil viver para as pessoas da sua idade? Por quê?*	73
Quadro **7-**	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 5 - *Como é a sua renda mensal? De onde ela vem (aposentadoria, ajuda de familiares, benefícios, outros)?*	75
Quadro 8-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 06: *O(a) senhor(a) sente que essa renda é suficiente para suas necessidades básicas?*	76
Quadro 9-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 07 - *Como é o acesso à saúde por aqui? Consegue ir ao médico quando precisa?*	77
Quadro 10-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 08 -*Tem acesso fácil a transporte, farmácias, mercados e outros serviços essenciais?*	78
Quadro 11-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 09 - *O(a) senhor(a) vive sozinho(a) ou com familiares? Como é essa convivência?*	79

Quadro 12-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 10 - *O(a) senhor(a) sente que é respeitado e valorizado na comunidade onde vive?*	80
Quadro 13-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 11 - *Já se sentiu excluído(a) por ser idoso(a)? Pode contar um exemplo?*	80
Quadro 14-	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 12 – *Acha que tem menos oportunidades ou acesso a direitos por causa da idade?*	81
Quadro 15–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta 13 – *Como o(a) senhor(a) percebe as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações? Se sente compreendido(a) por elas?*	82
Quadro 16–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta - *14 Quais são as maiores dificuldades que enfrenta hoje em dia?*	82
Quadro 17–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 15 - *O(A) senhor(a) acredita que os(a) idosos(a) são esquecidos(as) pelas autoridades e pelo governo? Por que?*	83
Quadro 18–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 16 - *Já sentiu que sua voz não é ouvida quando tenta expressar uma necessidade ou problema?*	84
Quadro 19–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 17 - *Acha que há preconceito com pessoas mais velhas? Como isso aparece no seu dia a dia?*	85
Quadro 20–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 18 - *Como o(a) senhor(a) vê o tratamento que as instituições públicas e os serviços dão às pessoas idosas?*	85
Quadro 21–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 19 - *O que o(a) senhor(a) acha que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas idosas do seu bairro?*	86
Quadro 22–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 20 - *O(A) senhor(a) participa de algum grupo, associação ou atividade comunitária? Gostaria de participar?*	87
Quadro 23–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 21- . *Que tipo de ajuda ou apoio gostaria de receber?*	88
Quadro 24–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 22 - *Ainda tem sonhos ou planos para o futuro? Quais?*	89
Quadro 25–	Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 23 - *Se pudesse mandar um recado para quem toma decisões na cidade, o que diria?*	90

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....10

1.1 Objetivos.....**10**

1.1.1 Objetivo Geral.....16

1.1.2 Objetivos Específicos.....16

1.2 Estado do Conhecimento para a Definição da Questão de Pesquisa.....17

2 CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO.....**20**

2.1Processo Epistemológico.....**20**

2.2ProcessoMetodológico.....25

3 CAPÍTULO III - A AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL E NO MUNDO.....**32**

4 CAPÍTULO IV - MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE COMO NARRATIVAS DE EXCLUSÃO SOCIAL 40

4.1 Pobreza, Vulnerabilidade e Exclusão Socioeconômica da Pessoa Idosa em Periferias Urbanas como um processo de opressão estrutural das narrativas da Modernidade e Pós-Modernidade.....46

5 CAPÍTULO V - AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS QUE TENTAM DIMINUIR E MITIGAR ESSAS VULNERABILIDADES.....51

6 CAPÍTULO VI - A SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA DAS PERIFERIAS DE TUPANCIRETÃ-RS E AS (IM)POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO **53**

6.1 As características da Modernidade e Pós-Modernidade que trouxeram mudanças na sociedade, mas ao mesmo tempo causaram exclusão social e econômica **60**

6.1.2 Ambivalência da modernidade na velhice – entre o progresso material e a perda moral.....**66**

6.1.3 Vivências plurais da modernidade: entre a adaptação, a exclusão e a neutralidade **69**

6.1.4 Condições de vida na velhice: entre o bem-estar conquistado e a persistência das desigualdades. **72**

7 CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS **92**

REFERÊNCIAS.....**94**

APÊNDICES.....**100**

1 CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade em todos os continentes do globo. De acordo com dados obtidos da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que o número de pessoas com 60 anos ou mais vá dobrar até 2050, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 bilhões, e que triplicará até 2100, atingindo 3,1 bilhões (OMS, 2024).

No Brasil, não seria diferente. Segundo dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um período de 12 anos, o número de pessoas com 65 anos ou mais alcançou o patamar de 22.169.101, isto é, 10,9% da população, com um aumento de 57,4% em relação ao ano de 2010. Em contraponto, o número de crianças com 14 anos de idade retrocedeu, ocorrendo uma queda de 12% em relação ao ano de 2010 (IBGE, 2022).

No Estado do Rio Grande do Sul, também é possível visualizar esse célere processo de envelhecimento populacional. No ano de 2010, estimou-se que, para cada cem pessoas com até 15 anos de idade, viviam no Estado 43 pessoas com 65 anos ou mais, enquanto que, no ano de 2021, a proporção passou a ser de 75 pessoas idosas, ocorrendo um crescimento da população idosa de 74%, em relação ao ano de 2010. Estima-se que, para 2060, a proporção seja de 207 habitantes com 65 anos ou mais para cada cem moradores com menos de 15 anos de idade (Rio Grande do Sul, 2023).

É possível afirmar que o fenômeno está conectado basicamente à queda da taxa de natalidade e a redução da mortalidade infantil. Até meados da década de 1970, o Brasil apresentava um cenário bastante distinto em relação à estrutura familiar, caracterizado por famílias numerosas, predominantemente rurais e com altos índices de natalidade e mortalidade infantil. No entanto, a partir de 1970, o país passou por uma reformulação desse perfil. Com a urbanização crescente, as famílias se tornaram menores e mais equipadas nos centros urbanos. A queda nas taxas de mortalidade infantil e a subsequente redução na natalidade resultaram em uma mudança na estrutura etária da população (Silva, 2021).

Diante do acelerado envelhecimento populacional que o Brasil e o mundo vêm vivenciando, a gerontologia tem se tornado objeto de estudo com crescente relevância, especialmente nos últimos anos, uma vez que esses dados indicam mudanças demográficas e epidemiológicas, ou seja, há um aumento populacional em razão do controle das doenças infectocontagiosas, muito mais letais, e o aumento das doenças crônico-degenerativas, que são altamente controláveis. Conforme explicita Oliveira (2019), o envelhecimento populacional é resultado da transição de doenças infecciosas e parasitárias, que afetavam especialmente os mais jovens para um cenário de doenças crônicas e degenerativas,

ocasionando uma nova realidade e, consequentemente exigindo alterações no sistema de saúde, uma vez que, a assistência médica do Brasil permanece pautada em ações curativas, no entanto, com a modificação dos tipos de doenças, estas exigem maior ações preventivas e voltadas a tratamentos constantes.

Por outro lado, se há um aumento da população idosa também há um aumento no quadro das desigualdades sociais dessa parcela da população. As rápidas mudanças sociais impõem a necessidade de adaptação dos governos às novas realidades demográficas e, por isso, é fundamental investir em políticas públicas que repercutam em um envelhecimento saudável. Essas adaptações e investimentos demonstram ser ações necessárias para garantir que a população envelheça com qualidade de vida, assegurando que o direito à dignidade da pessoa humana se mantenha, independentemente da idade.

Diante disso, é importante destacar o contexto no qual o envelhecimento populacional vem crescendo. Uma das características da sociedade contemporânea é as mudanças aceleradas que ocorrem. Este período de rápidas mudanças e transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas teve início, de forma mais evidente, a partir do Renascimento, ganhando intensidade com o Iluminismo e a Revolução Industrial, e estendendo-se até os dias atuais em suas múltiplas interpretações, sendo denominado de Modernidade.

Segundo Souza (2005), a Modernidade emerge historicamente a partir das mudanças sociais e econômicas que se consolidaram na transição entre os séculos XVIII e XIX, especialmente com o surgimento da ordem burguesa. Sua característica intrínseca é a mobilidade espacial e social, pois até então, não era possível deslocar-se com tamanha facilidade, tanto fisicamente quanto entre classes sociais, sendo a mobilidade mais limitada.

Da mesma forma, Bauman (2001) ensina que a Modernidade inicia com a transformação do tempo como uma categoria autônoma baseada na prosperidade, na expansão e, em última instância, na manipulação tecnológica. A relação do tempo com o espaço deixa de ser fixa e o tempo se torna questão de engenhosidade humana. Essa revolução do tempo e espaço acaba por modificar o exercício do poder, o controle não se baseia mais na presença física e territorial dos agentes de autoridade, mas na capacidade de estender sua influência rapidamente e à distância. A tecnologia, ao reduzir as barreiras espaciais e permitir ações instantâneas, transforma o poder em uma força móvel, capaz de agir independentemente da localização. Assim, a Modernidade é caracterizada por uma reorganização dos conceitos de tempo e espaço, alterando o convívio humano e permitindo um tipo de poder que, pela primeira vez, pode ser exercido globalmente, ultrapassando os limites geográficos e temporais.

Diante da extraterritorialidade dominada pela grande elite, a disseminação do consumo desenfreado tornou-se característica intrínseca da sociedade contemporânea que, por meio dela, promete a felicidade e o reconhecimento social, conforme destaca Lipovetsky (2004).

De acordo com Fragoso (2011), a dicotomia intergeracional se revela no modo como as gerações passadas viviam socialmente. Para elas, a experiência se baseava em torno de um plano prévio e de instituições permanentes; já atualmente, as relações identificadas são dinâmicas, sendo constantemente montadas e desmontadas, dirigidas pela incerteza.

A sociedade contemporânea, também denominada sociedade de consumo, baseia-se em valores materiais e na busca incessante pelo lucro. Como consequência, aqueles sem autonomia e considerados frágeis são facilmente excluídos do trabalho, da aquisição de produtos e dos meios de rentabilidade, ocasionando a exclusão social dos grupos mais vulneráveis, como as pessoas idosas.

Em busca de melhores condições e atraídos pelos novos mercados, a urbanização massiva e o êxodo rural se intensificaram no século XX e, consequentemente, os problemas nos centros urbanos e o processo de exclusão também se intensificaram. Com o conglomerado de pessoas, das mais variadas classes sociais, nas cidades, deu-se início a uma segregação mais acirrada, afastando as populações consideradas pobres para áreas cada vez mais periféricas. “Uma das vertentes urbanistas foi a de remodelar, “limpar”, “sanear”, tornar racional o espaço urbano e destinar espaços específicos à habitação popular” (Veras, 2003, p. 84).

O solo urbano, apesar de ser um produto coletivo, acaba sendo apropriado de maneira desigual, favorecendo aqueles que possuem recursos para acessá-lo. De acordo com Veras (2003), o Estado desempenhou importante papel nesse processo de urbanização, ao prover infraestrutura essencial, como saneamento, transporte e eletricidade, mas, por outro lado, com políticas públicas ineficientes. Ao garantir condições favoráveis para a instalação de empresas e a valorização imobiliária, o poder público também contribui para a segregação socioespacial, ocasionando um deslocamento obrigatório das populações de menor renda para regiões periféricas, onde a oferta de serviços é precária, mas, de certo modo, acessível. Como resultado, a ausência de habitações economicamente possíveis nos centros urbanos acabou por impulsionar soluções informais, como favelas e loteamentos clandestinos, perpetuando a desigualdade no acesso à cidade.

Nestes locais de afastamento, que habitam a maior parte da população pobre do país, as informações não chegam da mesma forma que alcançam as classes residentes em locais mais centrais, impossibilitando, inclusive, o alcance e acesso das políticas públicas

disponibilizadas pelo Estado que, por vezes, apresentam um *déficit* na divulgação destes programas, o que, consequentemente, contribui com o aumento da exclusão social, principalmente nos dias de hoje em que a comunicação se baseia basicamente por meio da internet, prejudicando ainda mais aqueles que não possuem conhecimento tecnológico, como a grande parte das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade.

Escorel (1999) define a exclusão social como um processo que reduz o ser humano à condição de estado de animal *laborans,* no qual os indivíduos são limitados a apenas satisfazer suas necessidades básicas e, consequentemente, impossibilitados de exercer suas potencialidades humanas mais elevadas. Neste ínterim, a exclusão social se caracteriza pela privação material e, como resultado disso, a desqualificação do indivíduo como cidadão de direito, portador de vontades e interesses. Assim, define a exclusão social como "o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária" (Escorel, 1999, p. 81).

Em relação à pessoa idosa, uma dentre as maneiras de exclusão social e desvalorização deste grupo etário, está diretamente relacionada ao idadismo, uma das formas de discriminação em razão da idade. Na sociedade atual não é incomum observar, principalmente no meio de produções midiáticas, a valorização do corpo jovem e, de modo involuntário, a desvalorização do corpo velho. Na contemporaneidade, o fenômeno do envelhecimento foi cooptado pelo mercado capitalista o que provocou mudanças no modo como o envelhecimento humano é apresentado neste contexto social. Atualmente, observamos que o corpo enquanto imagem é supervalorizado e por esta razão, vem sendo utilizado como disfarce para as mudanças naturais que o envelhecimento provoca na imagem do ser humano e, consequentemente potencializado nos espaços virtuais e redes de relacionamentos (Baudrillard, 1995).

Enquanto esses avanços permitiram o aumento da longevidade, esses mesmos processos desencadearam mudanças nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. A sociedade atual, marcada pela aceleração das inovações e pelo consumo, caracterizada pela busca incessante do lucro, identifica-se uma sociedade individualista, na qual as pessoas idosas, na maioria das vezes, são vistas como um entrave no desenvolvimento. Assim, mesmo diante de inovações, em diversas áreas sociais, a população idosa ainda enfrenta desafios sociais. "No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a questão do envelhecimento populacional soma-se a uma ampla lista de questões sociais não resolvidas, tais como a pobreza e a exclusão de crescentes contingentes da população" (Camarano; Pasinato, 2004, p. 254).

No município de Tupanciretã-RS, especificamente, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população total é de 20.005 habitantes, dos quais 4.118 têm 60 anos ou mais, representando 20,58% do total. Entre essas pessoas idosas, 1.944 estão em situação de pobreza, sendo que 176 estão cadastradas em faixas de renda de até R$ 109,00 ou entre R$ 109,00 e R$ 218,00 mensais, de acordo com dados obtidos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Tupanciretã-RS, 2025).

Em vista disso, para o desenvolvimento do tema proposto, esta pesquisa apresenta como questões orientadoras:

- De que modo as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã – RS foram ou são afetadas pelas novas dinâmicas sociais e econômicas da Modernidade/Contemporaneidade? Quais são seus principais desafios e expectativas nesta etapa de suas vidas?

Este estudo traz como objeto principal de pesquisa a opressão socioeconômica que afeta as pessoas idosas residentes na periferia de Tupanciretã-RS, como consequência das dinâmicas da Modernidade/Contemporaneidade e a condição de dialogar sobre as suas (im)possibilidades de inclusão e transformação socioeconômica.

Em relação à hipótese, supõe-se que as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã – RS são afetadas pelas consequências da Modernidade Contemporânea, que asseverou a exclusão socioeconômica, identificada nas formas de opressão, por meio da marginalização econômica e social, acesso limitado a serviços públicos, sendo exacerbada pela perda de *status* social causada por políticas públicas insuficientes para mitigar as vulnerabilidades específicas do envelhecimento em áreas periféricas.

A escolha do tema partiu, também, do interesse pessoal desta pesquisadora, tendo em vista que, enquanto ser humano, e inevitavelmente sujeito ao processo de envelhecimento, é certo que, caso não ocorra a interrupção precoce da vida, enfrentarei os desafios inerentes à velhice. Diante de um mundo em constante transformação, onde o progresso tecnológico avança em ritmo acelerado, a sociedade tende a priorizar aquilo que é novo e eficiente, frequentemente relegando ao esquecimento aqueles que, com o tempo, deixam de atender a esses padrões.

Na dimensão social, os resultados desta pesquisa têm o potencial de contribuir para as instituições locais dedicadas à formulação de políticas e na implementação de ações que impactam diretamente a vida da pessoa idosa, como a Secretaria de Desenvolvimento Social de Tupanciretã-RS e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa. Diante do aumento acelerado do contingente de pessoas idosas em Tupanciretã-RS, torna-se necessário pensar em políticas

sociais que possam incluí-la. Ainda, entender como as transformações modernas afetam a população idosa, colaborar com a identificação dos tipos de exclusão vivenciados na atualidade, o que acaba por contribuir para o debate sobre exclusão social da população idosa do município de Tupanciretã-RS. Ao oportunizar um diálogo sobre a exclusão social e econômica enfrentada por esse grupo na sociedade contemporânea, esta pesquisa pode servir como um referencial para que essas instituições repensem e desenvolvam políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que atendam às necessidades específicas dessa população.

Em relação ao contexto acadêmico, o tema se faz pertinente, uma vez que se insere na linha de pesquisa Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea, do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, a qual:

> [...] objetiva discussões que envolvam problemáticas sociais, culturais, educacionais, políticas, econômicas e ambientais numa abordagem ética, emancipatória, democrática e cidadã. Busca o desvelamento da intencionalidade, da repercussão, da (re)significação do sentido que as práticas socioculturais têm para os sujeitos inseridos em comunidades loco-regionais. Direciona à participação coletiva e solidária entre os atores, na busca de práticas inovadoras e sustentáveis, para a efetivação dos direitos sociais e da dignidade humana (desenvolvimento social e humano) (Unicruz, 2023, n/p).

E, por se alinhar com a linha de pesquisa deste programa, o estudo torna-se ainda mais relevante à medida que os dados demográficos identificam o aumento do contingente de pessoas idosas. Assim, torna-se necessário identificar as causas da marginalização social da população idosa, principalmente daquelas que enfrentam a exclusão socioeconômica como fator determinante de sua segregação. O estudo também propõe reflexões sobre as transformações contemporâneas, muitas vezes tidas como progressos, mas que podem criar novas formas de isolamento e exclusão social. Ressalta-se que, apesar de existirem inúmeras pesquisas sobre o envelhecimento humano, esta torna-se inovadora, considerando que o seu contexto será somente os bairros periféricos do município de Tupanciretã-RS e contextualizado com as teorias que explicitam as características da condição da Modernidade Contemporânea.

Enquadra-se na linha de pesquisa Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, a qual tem como objetivo a discussão de questões que envolvem problemáticas sociais, culturais, educacionais, políticas, econômicas e ambientais com o fim de ressignificar e compreender os sentidos e as repercussões das práticas socioculturais vivenciadas por sujeitos inseridos em contextos comunitários loco-regionais.

Essa dissertação está estruturada em 07 capítulos. Neste capítulo, faz-se a apresentação do objeto de pesquisa, com suas problematizações, hipótese, objetivos, relevância e o estado do conhecimento. No capítulo dois apresentam-se o caminho epistemológico e metodológico, no qual a pesquisa foi realizada. Em sua fundamentação teórica, o estudo se organiza em quatro capítulos. O capítulo três aborda a ampliação da população idosa no Brasil e no mundo, contextualizando os dados demográficos e as concepções de envelhecimento. O capítulo quatro discute as narrativas da Modernidade e Pós-Modernidade como fatores que promovem a exclusão social, enfatizando a vulnerabilidade econômica e social das pessoas idosas nas periferias urbanas. O capítulo cinco apresenta uma análise das políticas públicas de proteção à população idosa, com o objetivo de minimizar as vulnerabilidades deste grupo, bem como são apresentados os dados coletados e analisados a respeito da população idosa, residente na periferia da cidade de Tupanciretã-RS. Já,o capítulo seis apresenta as principais evidências da pesquisa empírica, suas interpretações e análises que permitiram chegar aos resultados apresentados. E o capítulo sete traz as considerações finais relacionadas à pesquisa.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar se/como as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã – RS foram/são afetadas pelas novas dinâmicas socioeconômicas da Modernidade/Contemporaneidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Elaborar um levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos da modernidade e pós-modernidade, seus reflexos e impactos nos dias de hoje;
- Apresentar as principais características históricas, geográficas, econômicas e culturais da cidade de Tupanciretã-RS;
- Analisar o contexto e/ou indicadores socioeconômicos da população idosa, tendo como foco os idosos e idosas que vivem nos bairros mais vulneráveis desta cidade;

- Reconhecer as formas de exclusão enfrentadas pela população idosa residente em bairros periféricos de Tupanciretã-RS e os fatores econômicos, sociais e culturais advindos da Modernidade/Pós-Modernidade que contribuem para essa situação;
- Identificar a percepção das pessoas idosas residentes nos bairros periféricos de Tupanciretã-RS sobre os processos de opressão e exclusão social;
- Dialogar com a população idosa residente nas periferias sobre as possibilidades de inclusão e emancipação que vislumbram.

1.2 Estado do Conhecimento para a Definição da Questão de Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, é necessário em um primeiro momento realizar o Estado do Conhecimento sobre os estudos já realizados sobre a temática, com o intuito de delimitar o estudo. Morosini, Nascimento e Nez (2021) destacam que esse procedimento possui como objetivo conhecer, analisar e sistematizar a produção de trabalhos científicos a respeito de determinada temática, bem como auxiliar dissertações e teses a escolherem os seus caminhos metodológicos. Assim, ensina:

> O estado de conhecimento estrutura-se nas fases metodológicas a seguir especificadas: escolha das fontes de produção científica (nacional e/ou internacional); seleção dos descritores de busca; organização do corpus de análise: leitura flutuante dos resumos apresentados nos bancos de dados; seleção dos primeiros achados na bibliografia anotada; identificação e seleção de fontes que constituirão a bibliografia sistematizada, ou seja, o corpus de análise; construção das categorias analíticas do corpus: análise das fontes selecionadas, e organização da bibliografia categorizada, a partir da elaboração das categorias; considerações acerca do campo e do tema de pesquisa, com contribuições do estado de conhecimento para a delimitação e escolha de caminhos que serão utilizados na tese/dissertação (Morosini; Nascimento; Nez, 2021, p. 72)

No contexto desta pesquisa, foi realizada a análise do estado do conhecimento em dissertações e teses defendidas entre os anos de 2009 – 2025 e disponíveis em bases de dados como o Catálogo de Teses e Dissertações - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizando como indexadores envelhecimento AND exclusão social AND pobreza. Como critério de exclusão, eliminaram-se os estudos cuja temática não contemplava o objetivo estabelecido para esta análise.

Inicialmente, identificaram-se dezessete (17) trabalhos (teses e dissertações) nos dois catálogos consultados, dos quais quatro constituíam duplicatas entre as plataformas.

Posteriormente, ao incluir as palavras-chave "envelhecimento *and* exclusão social *and* pobreza" e aplicar os critérios de inclusão mediante exame dos títulos, resumos e metodologia, localizaram-se apenas duas (2) dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, igualmente registradas no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

As teses e dissertações que atenderam aos critérios de pesquisa foram organizadas em um quadro, com o objetivo de identificar informações como: autores, ano de publicação, título do trabalho, tipo e delineamento do estudo. A elaboração e organização do quadro teve como referência o processo de bibliografia anotada, que se trata de uma das etapas para a construção do estado do conhecimento, a qual tem como objetivo sistematizar e anotar o *corpus* de análise que será trabalhado, para facilitar a identificação das referências encontradas (Morosini; Nascimento; Nez, 2021, p. 72).

Quadro 1 – Dissertações e Teses selecionadas de acordo com o tema

Autor e ano publicação	Título do Trabalho	Tipo de estudo	Delineamento d Estudo
Juliana Santos Graciani (2009)	Envelhecimento compartilhado: participação de idosas no grupo e convivência da comunidade Nova Pantanal	Dissertação	Qualitativo
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega (2009)	Estudo dos sinais do tempo nas estruturas urbanas e nas pessoas: um lance de olhar nas questões apresentadas a partir do bairro da Boa Vista Recife/PE	Dissertação	Qualitativo

Fonte: a autora da pesquisa (2025).

A autora Graciani (2009) realizou uma dissertação que teve como objetivo geral refletir sobre o processo de envelhecimento de pessoas idosas e a importância da participação no grupo de convivência de mulheres do projeto Ônibus Ludicidade, na comunidade Nova Pantanal. A pesquisa adotou o método qualitativo e como procedimento a técnica da observação participante e entrevistas. Para a análise da pesquisa a autora destacou quatro categorias principais, quais sejam: relações pessoais, familiares, comunitárias e com o envelhecimento. Os resultados obtidos indicaram que a família ocupa o papel central na vida das participantes, sendo os maridos o destaque principal. A violência doméstica também se manifesta como parte das realidades vividas. A velhice é interpretada como uma fase natural do ser humano, especialmente em relação a doenças e incapacidades físicas. As participantes reconhecem a violação de seus direitos e a sua relação com a pobreza.

Em Nóbrega (2009), a pesquisa teve como base o bairro da Boa Vista na cidade do Recife e teve como objetivo geral investigar como pessoas e estruturas urbanas envelhecidas foram, ao longo do tempo, marginalizadas, transformando o bairro da Boa Vista numa área de

obsolescência, bem como entender os sinais do tempo existentes no ambiente e nas pessoas. Para a realização da pesquisa, o autor adotou uma abordagem qualitativa e o método de análise da complexidade de Edgar Morin. Os resultados obtidos apontaram que o processo de envelhecimento do local vem sendo desenvolvido com base em estruturas de exclusão e abandono, constatando-se que a sociedade em questão não está amparada pelo poder público, especialmente aqueles em condições de vulnerabilidade. Quanto ao espaço, o autor concluiu que o local está afetado pela fragmentação do seu tecido, intensificando a marginalização do local.

A partir das considerações apresentadas acima, observa-se que existem poucas pesquisas com foco na exclusão social das pessoas idosas, especialmente, considerando a contemporaneidade como fator contribuinte da exclusão. Outro ponto determinante é que as pesquisas apresentadas são datadas do ano de 2009, o que reforça a necessidade e importância de uma investigação atual dessa natureza. Assim, optou-se por usar as pesquisas aqui relatadas como referência no decorrer do trabalho, pelo fato de se aproximarem do foco desta pesquisa.

2 CAPÍTULO II - CAMINHO METODOLÓGICO

2.1 Processo Epistemológico

Epistemologia é o ramo da filosofia que investiga a natureza, a origem, os limites e os critérios do conhecimento humano. Ela busca compreender o que pode ser considerado como conhecimento válido, averiguando as condições sob as quais se alcança a logicidade. Também analisa os fundamentos das crenças e práticas de conhecimento, reconhecendo que estas não existem isoladas, mas inseridas em contextos sociais, culturais e históricos. Assim, ensina Santos e Meneses (2009, p. 9):

> Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objeto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder). Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. Para além de certos patamares de diferença cultural e política, as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais.

De uma forma sintetizada, Baquero (2009, p. 20) conceitua:

> A epistemologia nada mais é do que a lógica de uma ciência [...] um conjunto ordenado de proposições a respeito de um mesmo objeto, proposições estas que se articulam entre si e encontram-se vinculadas a partir de um princípio geral. Isto é, uma sistematização de conceitos que corroboram com a sustentação que compõem os argumentos de uma ideia.

E essas estruturas sistematizadas da ciência são responsáveis pela sustentação do que se afirma. Portanto, nesta dissertação, as epistemologias que a embasam são discutidas a seguir, com o objetivo de justificar as proposições que aqui se estabelecem, tendo como conceitos-chave a ecologia dos saberes, práticas socioculturais e injustiça epistêmica.

A Ecologia de Saberes está pautada nas obras de Santos (2010; 2018), o qual critica fortemente a homogeneização dos saberes que acaba por ignorar a pluralidade das experiências humanas e reduzir a diversidade de formas de conhecimento a um único

paradigma predominante e, consequentemente, contribui para a marginalização e descredibilização de outras epistemologias. Assim, Santos (2010, p. 154) conceitua "A ecologia dos saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las".

Abordar a Ecologia dos Saberes dentro dos estudos que envolvem a exclusão social e/ou a marginalização da pessoa idosa na sociedade contemporânea, se revela fundamental para a compreensão do modo como decorre a percepção da pessoa idosa na sociedade atual. A forma como a velhice é percebida ou representada em um contexto resulta de uma construção social e cultural desenvolvida ao longo do tempo dentro de uma determinada sociedade, que possui seus próprios princípios e valores. Por esse motivo, a percepção da velhice não é uniforme em todas as culturas. Considerando isso, a obra de Santos (2010) torna-se contributiva no estudo que visa entender de que forma a Modernidade contribuiu para a exclusão social deste grupo etário.

Ainda, Santos (2018) define a Ecologia de Saberes como um aprofundamento da pesquisa-ação, ou seja, uma maneira de provocar mudanças epistemológicas nas universidades, que devem operar de modo a fornecer espaços que incentivem a troca de saberes entre os alunos, aprendizes de diferentes culturas:

> A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade (Santos, 2018, p.639).

A crítica de Santos (2018) é direcionada justamente a essa hegemonia do conhecimento, o qual o autor destaca como uma consequência perversa de alguns avanços científicos, que acabam selecionando somente saberes científicos como dominantes e como única forma de conhecimento, resultando na marginalização e exclusão de grupos sociais que somente detinham ao seu alcance saberes não científicos. Conforme ensina Santos (2018, p. 640):

> [...] a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu activamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não-científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento. Ou seja, a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva. Isto é particularmente óbvio à escala global já que os países periféricos, ricos em saberes não científicos, mas pobres em conhecimento

> científico, viram este último, sob a forma da ciência económica, destruir as suas formas de sociabilidade, as suas economias, as suas comunidades indígenas e camponesas, o seu meio ambiente.

A Ecologia dos Saberes, portanto, é um conjunto de epistemologias que pretendem promover a convivência harmônica dos diversos saberes, de forma que, até mesmo o saber científico possa beneficiar-se neste diálogo. Nestas condições, cada saber se introduz em sua área, unificando diversas contribuições em diferentes áreas, intensificando a autorreflexividade e a distribuição do conhecimento, conforme ensina Santos (2010, p. 165) "cada saber é portador de sua epistemologia pessoal. Nestas condições não é possível seguir uma só bússola. É preciso avaliar a possível contribuição de cada uma em diferentes áreas, ou em momento ou para diferentes objetivos."

Considerando a reflexão proposta, torna-se necessário apresentar outro conceito que fundamenta esta dissertação, como as práticas socioculturais, especialmente na identificação da exclusão social das pessoas idosas e na avaliação de políticas públicas voltadas a esse grupo, com o objetivo de descrever suas vulnerabilidades e verificar possibilidades de inclusão. Assim, atreladas ao embasamento teórico da Ecologia dos Saberes, surgem as práticas sociais, na forma prática da organização social, com o intuito de reivindicar direitos que muitas vezes acabam sendo apenas simbólicos.

Nessa perspectiva, as práticas sociais resultam das ações dos indivíduos, que envolvem suas intenções, valores, atitudes e crenças, bem como da estrutura, das relações internas e externas à organização e dos contextos de interação organizacional. Essas práticas sociais, quando realizadas por instituições, são compreendidas como as atividades reais da organização, desde as rotineiras até as mais inovadoras, representando as manifestações culturais da própria organização (Souza; Torres; Lucas, 2011). Essas práticas sociais a que nos referimos, referente às organizações, nessa pesquisa, estão relacionadas às ações e efetividade da aplicação das políticas sociais para as populações idosas em vulnerabilidade.

Com o final da Guerra Fria houve a ascensão dos formuladores de políticas, que são formados por indivíduos responsáveis por criar, implementar e, ou avaliar políticas públicas, considerando que, cada vez mais, os governos estão perdendo espaço como principais atores no cenário global. Assim, as organizações não governamentais alcançaram um importante papel no desenvolvimento social, por meio de ações solidaristas visando o desenvolvimento humano e a garantia de direitos já adquiridos, porém não efetivados (Silva; Frota; Aguiar, 2015).

Diante desse cenário, denota-se que o ser humano, enquanto sociedade, demonstra-se adaptável a novas mudanças mundiais. Diante do avanço do sistema capitalista que atualmente se apresenta com maior afinco, a população organizou-se de modo a garantir a reivindicação de direitos, muitos dos quais permanecem, na prática, apenas simbólicos, apesar de formalmente garantidos. Em um contexto de crescente pressão sobre os governos e de fortalecimento de organizações não governamentais, as práticas sociais desempenham papel importante na luta pelo reconhecimento e efetivação de direitos que atendam às necessidades básicas da população.

Nas políticas públicas, as práticas sociais de grupos organizados são fundamentais para a visibilidade de questões sociais e a reivindicação de políticas sociais que contemplem os grupos mais vulnerabilizados. Essas ações buscam a promoção de processos inclusivos que favorecem a participação das pessoas idosas em espaços de socialização e conhecimento de seus direitos. Nas políticas sociais para as pessoas idosas, tem-se privilegiado espaços que possibilitam a interação e o convívio social, todavia, poucas vezes se promovem ações de diálogo com as pessoas idosas sobre seus direitos sociais. São práticas sociais que privilegiam momentos de socialização, mas que não resolvem as causas específicas das exclusões sociais sofridas por grupos vulnerabilizados. Em estudo de Kazmirczuk (2025, p. 7), que teve como objetivo principal investigar o nível de conhecimento das pessoas idosas sobre seus direitos sociais e analisar de que forma essa condição influencia a participação social e política, com a hipótese de que a falta de informação e conhecimento sobre os direitos representa uma barreira ao pleno exercício do protagonismo das pessoas idosas, limitando a participação cidadã e a inserção em espaços de deliberação política. “Os resultados revelaram que a maioria dos entrevistados desconhecia seus direitos sociais e os espaços institucionais de participação política, o que reforça a visão da cidadania sob uma perspectiva assistencialista por parte das pessoas idosas”.

Ainda, diante da discussão proposta nesta dissertação faz-se necessário abordar a injustiça epistêmica como um dos elementos fundamentais para a análise da exclusão social das pessoas idosas. Esse conceito se revela naturalmente indispensável, uma vez que discute as formas de desvalorização e silenciamento dos grupos vulneráveis, neste estudo, das pessoas idosas.

O conceito de injustiça epistêmica foi desenvolvido por Miranda Fricker (2007; 2024), com formação em filosofia e pesquisadora no campo da epistemologia social, filosofia feminista e teoria crítica. Desenvolveu este conceito tendo como base trabalhos anteriores,

com o objetivo de dispor de forma mais aprofundada a análise das dimensões sociais e éticas do conhecimento, poder, privilégio e opressão nas práticas de conhecimento.

De acordo com Fricker (2024), a injustiça epistêmica se caracteriza como uma forma de exclusão ou discriminação que afeta diretamente o papel de uma pessoa ou grupo na produção e transmissão de conhecimento, isto é, seus saberes são descredibilizados, tendo como base preconceitos identitários como gênero, etnia, idade ou classe social. Essa forma de opressão se manifesta através de práticas que silenciam, distorcem ou desvalorizam o conhecimento e os discursos dessas pessoas, restringindo sua participação em debates e decisões.

Ainda, a autora, dispõe que a injustiça epistêmica é fruto de um poder identitário, uma modalidade específica de poder social que opera com base em concepções coletivas e estereotipadas, que são compartilhadas sobre identidades sociais. Esse poder identitário manifesta-se tanto de maneira ativa quanto passiva e é sustentado por uma "coordenação imaginativa" que regula como certos grupos ou indivíduos são vistos e, consequentemente, tratados na sociedade. Quando um poder social se baseia em atributos identitários, como cor de pele, gênero ou etnia, ele projeta barreiras que podem restringir o acesso de determinados grupos a direitos e oportunidades, refletindo um controle social que não é imposto diretamente por leis ou regras explícitas, mas pela expectativa social generalizada.

Fricker (2024) identifica duas formas de injustiça epistêmica, a testemunhal e a hermenêutica. A primeira ocorre quando, devido a qualquer tipo de preconceito o testemunho de alguém é invalidado por parte de um participante, ocasionando a exclusão de uma fonte de conhecimento, muitas vezes sobre a própria pessoa.

A exemplo disso, pode-se imaginar uma situação na qual uma pessoa idosa queira viver de forma independente em sua casa, mas o assistente social, baseado em estereótipos e suposições sobre as capacidades das pessoas idosas, recomenda que ela seja transferido para uma instituição de longa permanência. Mesmo que a pessoa idosa ainda tenha plena capacidade de viver sozinho, a presença e a autoridade desse profissional de saúde têm o efeito de limitar as suas opções.

Outro tipo identificado é a injustiça hermenêutica, a qual refere-se às lacunas nos recursos interpretativos coletivos que impedem que algumas experiências sejam devidamente comprovadas ou interpretadas socialmente. A injustiça hermenêutica também pode ser observada nas experiências das pessoas idosas que enfrentam discriminação e desvalorização social (Fricker,2024). Por exemplo, muitas pessoas idosas podem ter dificuldades em comunicar experiências de negligência ou abuso por parte de cuidadores ou familiares,

simplesmente porque suas vivências são frequentemente minimizadas ou não reconhecidas. Antes do reconhecimento social e jurídico de questões como o “abuso de idosos(as)”, muitos desses indivíduos lutavam para articular suas experiências, que eram frequentemente desconsideradas ou mal interpretadas pela sociedade.

Compreender as formas de injustiças se mostra fundamental para abordar as exclusões sociais sofridas pelas pessoas idosas, pois permite identificar a origem de comportamentos que sugerem a marginalização deste grupo frente às práticas de conhecimento que lhe dizem respeito e, consequentemente, como combatê-las com o intuito de minimizar as vulnerabilidades.

2.2 Processo Metodológico

A presente dissertação tem como método a abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva socioantropológica, com coleta de dados em campo, realizada em dois bairros do município de Tupanciretã-RS selecionados por apresentarem maior vulnerabilidade socioeconômica.

A abordagem qualitativa se destaca pela compreensão dos fenômenos sociais e culturais a partir da perspectiva dos participantes. De acordo com Santos Filho (1995 apud Souza; Kerbauy, 2017), essa abordagem concebe o ser humano como sujeito ativo e participante no processo de construção social, enfatizando que os significados atribuídos às experiências são produtos da interação social. Nesse sentido, reconhece-se que a realidade não é absoluta, mas relativa e subjetiva, pois está relacionada à cognição dos sujeitos e aos contextos em que estão inseridos. Diferentemente da abordagem quantitativa, que busca a objetividade e a separação entre pesquisador e objeto de estudo, a abordagem qualitativa admite o dualismo entre sujeito e objeto, reconhecendo a impossibilidade de o pesquisador se colocar fora da história e da vida social.

Da mesma forma, Chizzoti (2003) dispõe que o termo qualitativo remete a uma interação próxima entre pessoas, locais e fatos que compõem os participantes da pesquisa, com o objetivo de extrair desta vivência interpretações visíveis e até mesmo latentes para que, assim, possa extrair uma compreensão contextualizada do objeto estudado. Neste viés, a metodologia adotada será uma pesquisa socioantropológica.

Carlos Rodrigues Brandão é um dos principais nomes da pesquisa socioantropológica no Brasil, com forte influência da antropologia social, educação popular e metodologias qualitativas. Seu trabalho dialoga com Paulo Freire, enfatizando a pesquisa como um processo

dialógico e participativo. Brandão (2003) define a pesquisa socioantropológica como uma abordagem que busca compreender a realidade social e cultural dos grupos estudados, não apenas descrevendo fatos, mas inserindo-se no contexto para interpretar significados, símbolos e relações sociais. Dentre as suas principais características, destacam-se a interação com a comunidade; o pesquisador não é um observador externo, mas alguém que se envolve com o grupo em diálogo e escuta ativa, pois a pesquisa deve dar voz aos participantes do estudo; há interpretação dos sentidos e práticas sociais, pois se busca compreender como as pessoas dão significado às suas experiências; traz características da pesquisa qualitativa e etnográfica com o uso de observação participante, entrevistas abertas e narrativas de vida.

Brandão (2003) reforça a ideia de que a pesquisa não deve ser apenas um estudo "sobre" os participantes (neste caso, as pessoas idosas das periferias), mas um processo de construção do conhecimento "com" os participantes, possibilitando sua valorização e empoderamento.

Segundo o Censo 2022 (IBGE, 2022), o município de Tupanciretã-RS tem uma população total de 20.005 habitantes, e 4.118 pessoas possuem 60 anos ou mais, consideradas idosas pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

O contexto de realização da pesquisa foi a periferia do município de Tupanciretã-RS. A cidade localiza-se na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ocupando uma área territorial aproximada de 2.251,863 km². Situa-se entre os paralelos 28°47’ e 29°12’ de latitude sul e os meridianos 53°34’ e 54°28’ de longitude oeste, inserindo-se em uma região caracterizada por extensas áreas rurais e forte predominância de atividades agropecuárias.

Em termos de limites territoriais, Tupanciretã confronta-se, ao norte, com os municípios de São Miguel das Missões, Capão do Cipó e Jóia; ao sul, com Jari, Quevedos e Júlio de Castilhos; a oeste, com Santiago; a leste, com Cruz Alta e Boa Vista do Incra; e, a nordeste, com Boa Vista do Cadeado (IBGE, 2026).

Figura 1 – Mapa do RS com a localização geográfica do município de Tupanciretã.



Fonte: IBGE (2026)

A cidade possui sua formação histórica vinculada ao período missioneiro do Rio Grande do Sul. A região onde hoje se localiza o município era inicialmente habitada por povos indígenas, especialmente charruas e minuanos, sendo posteriormente integrada à dinâmica das Missões Jesuíticas a partir do final do século XVII (IBGE, 2026).

De acordo com a biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026), a origem do nome Tupanciretã está associada a uma lenda consagrada pela tradição local. Diferentemente da maioria das reduções jesuíticas, que receberam nomes de santos da Igreja Católica Apostólica Romana, a denominação Tupanciretã teria surgido a partir da invocação da “Mãe de Deus”, expressa em língua indígena.

Segundo essa narrativa, existia no planalto da Coxilha Grande uma fazenda jesuítica, identificada por uma capela simples, localizada em um coxilhão deserto, que servia como ponto de apoio aos poucos viajantes que transitavam pela região, conhecida como Posto de São João. No interior da capela havia apenas uma imagem rudimentar da Madona, referida como a Senhora dos Crentes. Em determinado momento, um missionário e alguns indígenas teriam sido surpreendidos por uma forte tempestade nas proximidades do local. Durante a noite, um relâmpago teria iluminado a imagem da Madona exposta ao tempo, após a cobertura

da capela ter sido levada pelo vento. Diante da cena, o sacerdote teria exclamado “Tupan-ci”, sendo a expressão repetida pelos indígenas como “Tupan-ci-retan” (IBGE, 2026).

Ainda conforme a tradição registrada pelo IBGE, o termo *Tupan-ci-retan* resulta da junção das palavras *Tupã* (Deus), *Cy* (mãe) e *Retã* (terra), sendo interpretado como “Terra da Mãe de Deus”.

O município de Tupanciretã-RS, atualmente, é constituído por 17 bairros, sendo eles: Centro, Bairro Juliana; Bairro Chiapetta; Bairro Moraes; Bairro Beck; Bairro da Vila Gaúcha; Bairro da Vila Elizabeth; Bairro do Frigorífico; Bairro Coronel Marcial Gonçalves Terra; Bairro São Jorge; Bairro Severo da Rosa; Bairro Residencial Martins; Bairro Antônio Augusto de Oliveira Terra; Bairro Anna do Nascimento Terra; Bairro Jardim das Paineiras; Bairro do Gaúcho; Bairro Medeiros e Bairro da Pedreira, conforme mapa da cidade.

Destes, para constituir a amostra da pesquisa foram selecionados, de forma intencional, 02 bairros que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica, sendo eles: Bairro Coronel Marcial Gonçalves Terra e Bairro Pedreira, conforme indicado no mapa pelas setas.

A partir da definição dos dois bairros que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, a amostra foi definida por conglomerado, por meio do sorteio de ruas. A visita *in loco* ocorre por meio de amostragem por bola de neve (*snowball*), com a indicação de pessoas idosas residentes no local, feitas por outros moradores do mesmo bairro, conforme apresentado na figura 2.

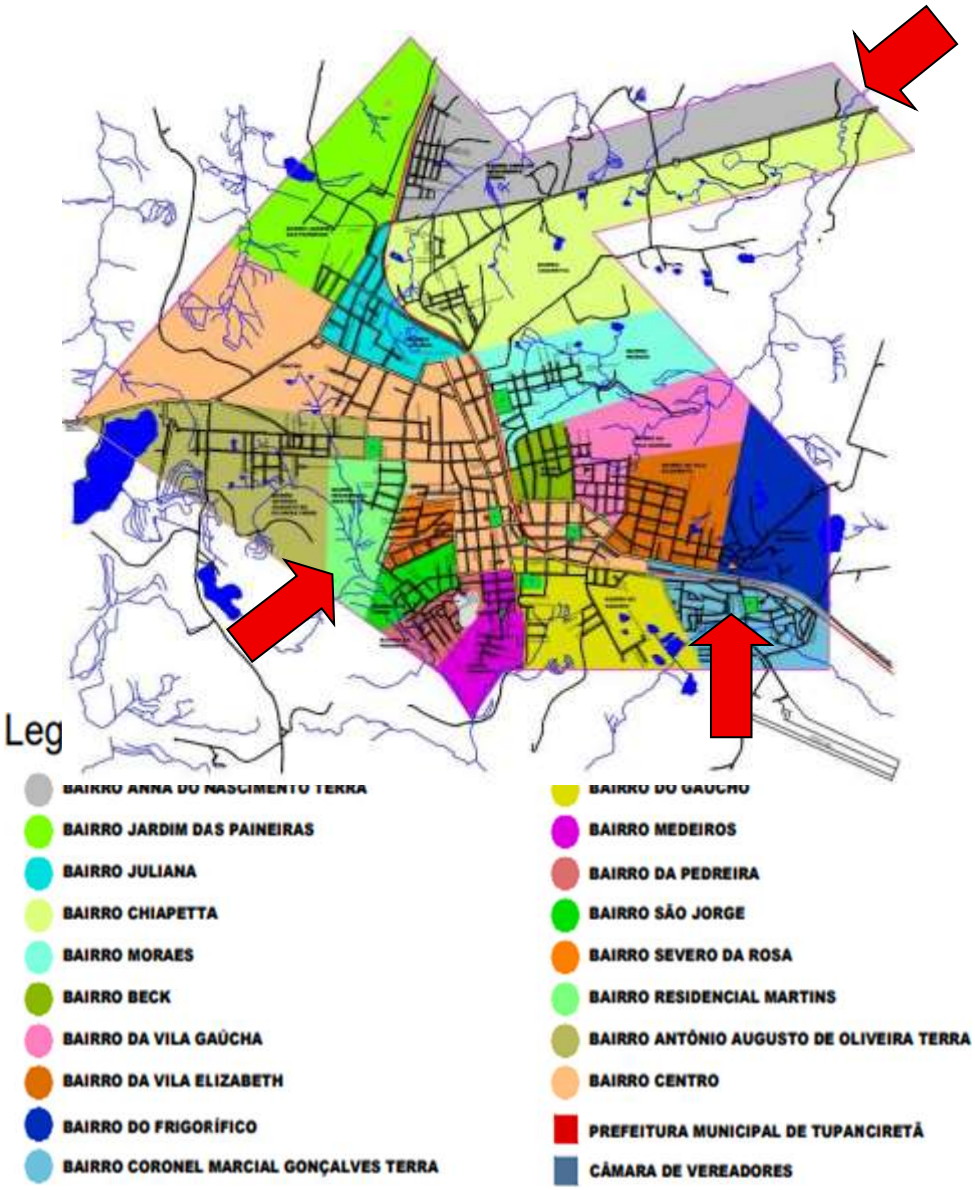
A amostra por meio da metodologia bola de neve é explicada a seguir:

> Introduzida inicialmente por Coleman (1958) e Goodman (1961) amostragem em bola de neve é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amizades dos membros existentes na amostra. Esse tipo de método baseado na indicação de um indivíduo de um ou mais outros indivíduos é também conhecido como método de coleta de referências. O processo começa de um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população alvo. Essas pessoas por sua vez, são incumbidas em indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para a amostra. Segue-se assim sucessivamente até que se alcance o tamanho amostral desejado (Dewes, 2013, p. 7).

Para a amostra, definimos entrevistar 10 famílias com pessoas idosas em cada bairro, totalizando 20 famílias. Como em cada bairro foram 10, a primeira pessoa idosa encontrada indicou as demais (amostragem por bola de neve – *snowball*). A definição de 10 entrevistados por bairro foi estabelecida previamente. No entanto, caso se observasse uma repetição excessiva das respostas, poderia haver a conclusão antecipada, pois isso indicava a saturação

das informações. Os participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APENDICE A) e totalizam 20 famílias, sendo 10 do bairro Coronel Marcial Gonçalves Terra e 10 do bairro Gaúcha.

Figura 2- Mapa da cidade de Tupanciretã-RS



Fonte: (Prefeitura Municipal de Tupanciretã, 2024). Adaptado pela autora

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa: foram incluídas nesta pesquisa 20 pessoas idosas, com 60 anos ou mais, residentes nos bairros Coronel Marcial Gonçalves Terra e Gaúcha, no município de Tupanciretã-RS, que foram indicadas para a pesquisa e que expressaram o interesse e consentimento em participar e que apresentaram condições cognitivas para responder à pesquisa. Foram excluídas da pesquisa pessoas idosas que não residam nos bairros mencionados ou que, residindo nos dois bairros, não manifestaram consentimento ou interesse em participar, ou que não tenham condições físicas e cognitivas para responder.

Os dados foram coletados a partir de uma entrevista estruturada, com as pessoas idosas selecionadas, com questionamentos referentes a questões sociais e econômicas e sobre o processo de acesso a políticas públicas, mais um bloco referente às características individuais de cada participante (idade, sexo, escolaridade, condição de moradia e renda). O roteiro da entrevista (APÊNDICE B) foi elaborado pela própria pesquisadora e encaminhado para validação.

A pesquisa ainda conta com a imersão no campo, para conhecer as pessoas idosas, por meio de visitas em suas casas; observação participante para registrar hábitos, desafios e relações sociais no cotidiano; narrativas das histórias de vida dos participantes, permitindo que as pessoas idosas relatem suas trajetórias de exclusão e resistência e apoio de pessoas que apresentam conhecimento mais amplo das comunidades, como os líderes de bairro e os agentes comunitários de saúde.

A pesquisa exige problematização e teorização para que seja possível compreender o que se pesquisa e consiga explanar, de forma fiel, exatamente o que se espera. Por esta razão, exige do pesquisador certa consistência metodológica. Destarte, neste tópico é pautada a forma metodológica como os dados foram analisados e interpretados, para coesão do estudo.

A análise e interpretação dos dados colhidos, durante a execução desta pesquisa, foram realizados por meio da análise textual discursiva, uma abordagem qualitativa que combina elementos da análise de conteúdo com princípios da análise de discurso. Esse método, conforme Moraes e Galliazzi (2016), é composto por três etapas recursivas, sendo a primeira delas a unitarização ou processo de desmontagem do texto, que acarreta o exame dos argumentos de maneira detalhada, fragmentando-os com o objetivo de produzir enunciados que estejam em relação com o assunto estudado, em que os textos são divididos em unidades de significado, seguidas pela categorização, que organiza essas unidades em categorias temáticas. Primeiramente os dados foram transcritos conforme apêndice C.

A segunda etapa consistiu na organização das categorias extraídas pela unitarização, sendo que esse processo culminou na produção dos metatextos, considerando a característica central do processo. Conforme definem Moraes e Galliazzi (2016, p.118):

> Procura-se demonstrar no presente texto que o envolvimento na análise textual discursiva propicia duas reconstruções concomitantes: 1. do entendimento de ciência e de seus caminhos de produção; 2. do objeto da pesquisa e de sua compreensão. Argumenta-se no texto, sempre a partir das vivências de quem passou pelo processo, que a análise textual discursiva cria espaços de reconstrução, envolvendo-se nisto diversificados elementos, especialmente a compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados.

Esse método foi utilizado para analisar os dados textuais coletados por meio das entrevistas realizadas com a população idosa, em situação de vulnerabilidade, residentes nos bairros já referidos, para o alcance dos objetivos propostos nesta dissertação.

Em relação às questões éticas, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICRUZ e recebeu aprovação sob parecer nº 7.567.084, de 13 de maio de 2025.

3 CAPÍTULO III - A AMPLIAÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL E NO MUNDO

"Morrer prematuramente, ou envelhecer: não há outra alternativa. E, entretanto, como escreveu Goethe: 'a idade apodera-se de nós de surpresa'." Com essa reflexão, Beauvoir (1990, p. 347) inicia o capítulo V de sua obra *A Velhice*, com um convite ao leitor para encarar a passagem do tempo como algo inevitável, porém quase sempre inesperado. A surpresa com que a velhice se impõe à existência humana pode ser comparada à experiência abrupta de Gregor Samsa, protagonista de *A Metamorfose*, de Franz Kafka. Certo dia, ao despertar, Gregor se vê transformado em um grande inseto, sem coragem para visualizar sua própria imagem diante do espelho e incapaz de cumprir suas funções e responsabilidades cotidianas.

De forma simbólica, sua transformação pode ser lida como uma metáfora do envelhecimento, que se apresenta, para nós, seres sensíveis ao tempo, como uma verdadeira metamorfose de nossos corpos e capacidades. No âmbito social, o sujeito envelhecido passa a ser visto por meio de um corpo que já não atende às exigências da produtividade, experimentando a perda de sua identidade social e sendo empurrado para uma condição marcada por rejeição, solidão e exclusão.

Em *A metamorfose*, o protagonista, apesar de metamorfoseado em um inseto, ainda pensa e se sente como um ser humano, sua mente não tem consciência exata de seu corpo, assim nos acomete a velhice, de surpresa transforma nosso corpo jovem e predisposto em um oceano de marcas do tempo. Assim, reflete Beauvoir (1990, p. 348):

> [...] elas correspondem a fenômenos biológicos que poderiam ser detectados através de um exame. Entretanto, nossa experiência pessoal não nos indica o número de anos que temos. Nenhuma impressão cenestésica nos revela as involuções da senescência. Aí está um dos traços que distinguem a velhice da doença. Esta adverte sobre sua presença, e o organismo se defende contra ela de um modo às vezes mais nocivo do que o próprio estímulo; a doença existe com mais evidência para o sujeito que dela é vítima, do que para as pessoas mais próximas que, frequentemente, desconhecem a importância do mal; a velhice aparece mais claramente para os outros, do que para o próprio sujeito; ela é um novo estado de equilíbrio biológico: se adaptação se opera sem choques, o indivíduo que envelhece não percebe.

Um processo de envelhecimento saudável, por sua vez, está relacionado a fatores que promovem qualidade de vida, autonomia e participação social ao longo das diferentes fases da

vida. Contudo, salienta-se que os fatores socioculturais influenciam a forma como o processo de envelhecimento e a pessoa idosa são percebidos no meio social. A visão que uma sociedade desenvolve sobre uma pessoa idosa reflete valores e opiniões que variam conforme o contexto histórico e cultural.

Diante da alteração nos dados demográficos da população, com um maior número de pessoas idosas no mundo, o envelhecimento populacional passou a se tornar pauta de debates, também pela esfera pública, considerando as mudanças sociais exigidas por esses indicadores. Papaleo Neto (2021, p. 84), elaborou estudo na área de geriatria e, com base em uma perspectiva biogerontológica, vinculada à biogerontologia, que por sua vez se origina da gerontologia, um campo interdisciplinar dedicado ao estudo dos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento humano, definiu-o da seguinte forma:

> O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, e que são caracterizadas pela redução da capacidade funcional, calvície, redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perdas dos papéis sociais, solidão, perdas psicológicas e motoras, e afetivas. [...]Respeitando-se as limitações assinaladas e dentro de uma visão prioritariamente biogerontológica, o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte (Papaléo Netto; Pontes, 2021).

Sob essa perspectiva de análise do processo de envelhecimento e das diversas idades da própria velhice, prevalecem as mudanças biológicas, que inevitavelmente, impactam outras dimensões da experiência humana, incluindo a relação do indivíduo com o mundo exterior. Como aponta Beauvoir (1990), essas transformações não afetam somente o corpo, mas também provocam repercussões existenciais, modificando a forma como o indivíduo percebe o tempo, sua história e sua interação com o ambiente ao seu redor:

> [...] um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história (Beauvoir,1990, p.15).

Ainda, de acordo com Papaléo Netto (2021), o conceito de idade no contexto do processo de envelhecimento é abordado a partir de diferentes perspectivas, refletindo as várias dimensões do ser humano à medida que envelhece. O autor explora diferentes tipos de idade,

como cronológica, biológica, funcional, psicológica e social, que são utilizadas para compreender os múltiplos aspectos do processo de envelhecimento e da velhice. A idade cronológica refere-se à quantidade de anos que se passaram desde o nascimento de um indivíduo. É o segmento mais utilizado, especialmente em estudos científicos e em políticas públicas, para determinar o marco da "velhice", os 60 anos para países em desenvolvimento e 65 anos para nações desenvolvidas. Esse estilo, embora geralmente aceito, é limitado, pois não leva em conta as variações individuais no processo de envelhecimento.

A idade biológica, por outro lado, está relacionada à condição física e à capacidade de adaptação do organismo ao ambiente. Essa idade é determinada por fatores como saúde, genética e estilo de vida, e pode ser muito diferente da idade cronológica. A dificuldade de definir com precisão a idade biológica deve-se à ausência de um marcador biológico claro do início do processo de envelhecimento, embora haja diversas teorias que explicam sobre isso e uma delas indica que o processo de envelhecimento inicia na própria concepção do embrião humano.

A idade funcional é uma medida da capacidade do indivíduo de manter um nível adequado de funcionalidade e adaptação ao ambiente. Está relacionada ao estado físico e mental da pessoa, e à capacidade de manter a independência nas atividades diárias. A idade psicológica é definida pela relação entre a idade cronológica e as habilidades cognitivas, como memória, percepção e aprendizagem. Também está relacionada ao senso subjetivo de idade, ou seja, como uma pessoa percebe e vivencia o envelhecimento, muitas vezes tentando manter uma imagem jovem de si mesma. Isso pode refletir tanto a capacidade de adaptação psicológica quanto o desejo de preservar a autoestima.

Por último, o autor (Papaléo Neto, 2021) explica sobre a idade social, a qual está vinculada ao papel que o indivíduo desempenha na sociedade. Ela se refere às expectativas sociais em relação ao comportamento, ao papel e às responsabilidades de um indivíduo em determinada fase da vida. A idade social é determinada pela capacidade do indivíduo de se adaptar e desempenhar os papéis esperados para sua faixa etária, e varia de acordo com as normas e cultura de cada sociedade.

Em uma análise que se pode associar à lógica capitalista contemporânea, a velhice é muitas vezes reduzida à sua fase final, considerando que vivemos em uma sociedade com sistema capitalista, que referencia e valoriza o novo, associado ao grande incentivo ao consumo e ao convencimento de que o trabalho é a solução para a obtenção do dinheiro, da dignidade, do poder, da socialização e da segurança, marcada pela crescente dependência financeira e médica. Como aponta De Masi (2000, p. 275):

> [...] Por velhice se deve entender somente a fase terminal da vida humana. Os dois ou três últimos anos que precedem a morte e que infelizmente, com frequência, são caracterizados por uma incapacidade física e psíquica. Basta observar a progressão das despesas médicas e farmacêuticas: no último ano de vida, gastamos uma quantidade equivalente ao que gastamos durante toda a vida até aquele momento. E o último mês custa tanto quanto o último ano anterior. Portanto a velhice é calculada não a partir do ano de nascimento, mas tendo como referência a morte.

Refletir sobre o processo de envelhecimento é também um convite a compreender a construção da nossa própria identidade ao longo do tempo. Envelhecer é um fenômeno natural, comum a todos os seres vivos, mas que, no caso humano, assume contornos sociais, culturais e psicológicos singulares, e a discussão do tema atualmente se mostra necessária, diante da mudança abrupta dos dados demográficos que indicam um acelerado crescimento da população idosa.

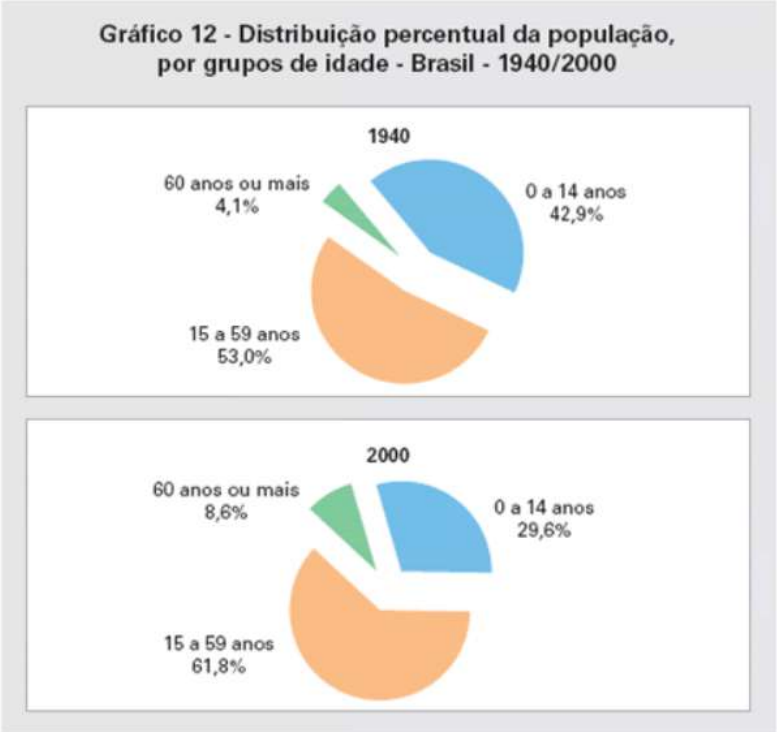
De acordo com Pasinato (1999), a maior taxa de crescimento da população brasileira foi observada no ano de 1950, quando se registrou um aumento anual de 3,1%. Desde então, esses índices vêm apresentando tendência de queda, atingindo 1,6% ao ano. No entanto, em relação à população idosa, observa-se um comportamento distinto: desde 1940, esse grupo etário apresentou um crescimento superior a 3% ao ano, alcançando 3,4% entre os anos de 1991 e 2000.

Da mesma forma, com base no censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), entre os Censos de 1940 e 2000, observou-se que a população de 0 a 14 anos caiu de 42,9% para 29,6%, enquanto a faixa de 15 a 59 anos aumentou de 53% para 61,8%. Já a proporção de pessoas com 60 anos ou mais passou de 4,1% para 8,6%, evidenciando um crescimento expressivo da população idosa. Esse perfil demográfico também impactou a relação de dependência entre os segmentos etários: em 1940, havia 88,7 indivíduos considerados inativos (crianças, adolescentes e idosos) para cada 100 pessoas em idade ativa; já no ano de 2000, essa relação caiu para 61,7 inativos, conforme apresentado na figura 2.

Esse processo de mudança demográfica demonstra que o processo de envelhecimento da população brasileira não é um fenômeno atual. Segundo Alves (2019), o envelhecimento populacional que vinha acontecendo de maneira lenta no século XX, apresenta-se em processo acelerado no início do século XXI. Em 1950, a população mundial era de 2,5 bilhões de habitantes, em 2020, esse número passou para 7,8 bilhões. O número de pessoas idosas com 60 anos ou mais em 1950 era de 202 milhões e passou para 1,1 bilhão em 2020. O número de pessoas idosas com 65 anos ou mais em 1950 era de 129 milhões e passou

para 422 milhões em 2020. Já, o número de pessoas idosas de 80 anos ou mais era de 14 milhões em 1950 e passou para 72 milhões em 2020.

Figura 3 – Distribuição do percentual da população por grupos de idade-BR – 1940/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000.

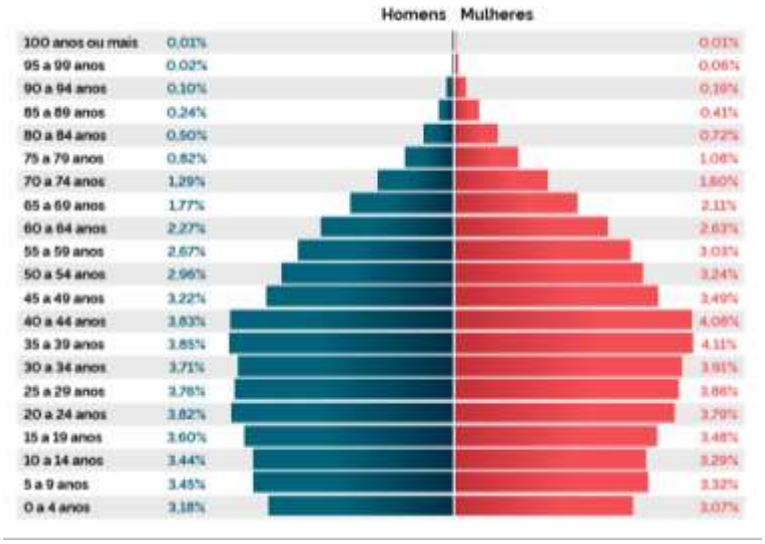
O caso brasileiro não diverge da tendência global, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE, no ano de 2022, pois o número de pessoas com 65 anos ou mais de idade no País alcançou o patamar de 10,9% da população, ocasionando um aumento de 57,4% da população idosa em relação ao ano de 2010, que contava com 7,4% da população. Já, em relação à população de pessoas com 60 anos ou mais, os números indicam um aumento de 56,0%, alcançando um contingente de 15,6% da população, em relação ao ano de 2010 que obtinha um número de 10,8%, indicando que há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de idade entre 0 a 14 anos. Ainda, dentre esses números, a predominância permanece sendo o sexo feminino, computando uma maioria de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens.

No estado do Rio Grande, também é possível visualizar o crescimento da população idosa. Ainda de acordo com o último levantamento realizado pelo IBGE, o Estado do Rio Grande do Sul apresenta a maior proporção da população com idade de 60 anos ou mais, com um percentual de 20,2%. Para uma análise mais detalhada, segundo os dados trazidos pelo Governo do Estado (2023), em relação ao ano de 2010 e 2021, houve um aumento da

população idosa de 74%, representando, atualmente, 75 pessoas com 60 anos ou mais para cada cem pessoas com até 15 anos de idade (Rio Grande do Sul, 2023).

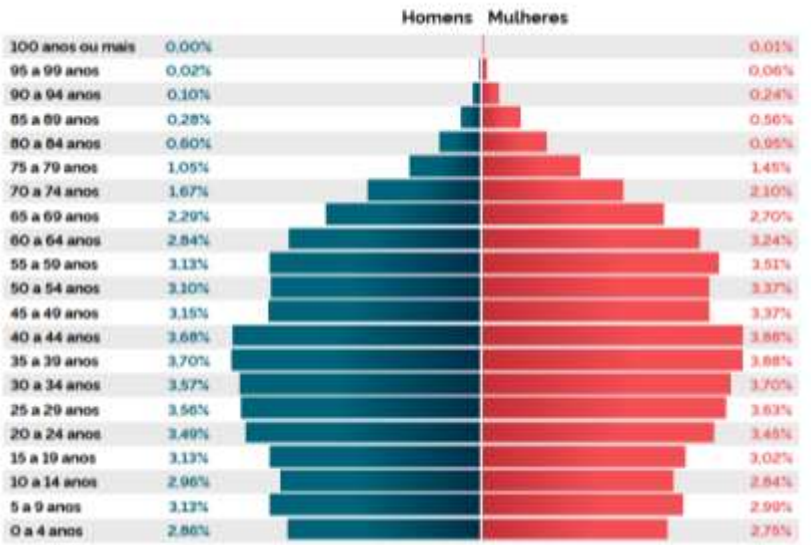
Para melhor delineamento das mudanças demográficas, apresentam-se, a seguir, as Figuras 4 e 5, referentes aos dados do último censo realizado pelo IBGE (2022), que ilustram a distribuição da população por faixa etária (IBGE, 2023). Observa-se que a pirâmide etária atual se assemelha mais a uma folha do que a uma pirâmide tradicional.

Figura 4 - Pirâmide etária do Brasil - 2022



Fonte: IBGE, 2023

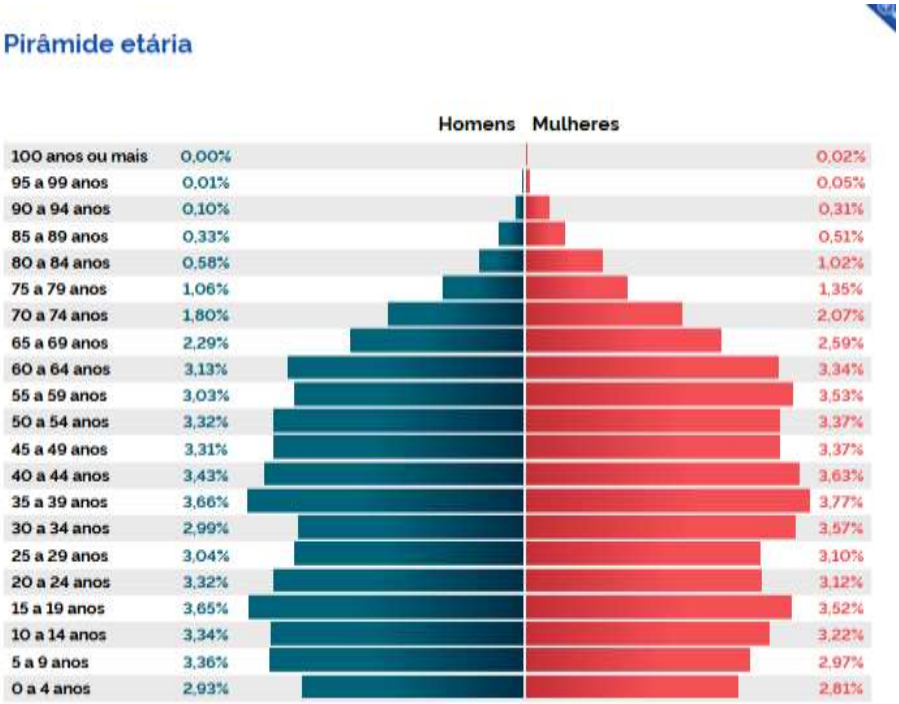
Figura 5 - Pirâmide etária do Rio Grande do Sul- 2022



Fonte: IBGE, 2023

Na figura 6, apresenta-se a pirâmide etária do Município de Tupanciretã-RS, com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, a população total é de 20.005 habitantes, dos quais 4.118 têm 60 anos ou mais, representando 20,58% do total. Dentro desse grupo, 1.838 são homens (9,19%) e 2.280 são mulheres (11,39%). Em contraste, a população infantil com idade entre 0 e 9 anos representa apenas 12,07% da população, sendo 6,29% composta por meninos e 5,78% por meninas (IBGE, 2023).

Figura 6 - Pirâmide etária do Município de Tupanciretã/RS - 2022



Fonte: IBGE, 2023

Assim, o envelhecimento populacional pode ser descrito como um processo demográfico oriundo de uma mudança estrutural familiar com redução nas taxas de mortalidade infantil, seguida de uma queda na taxa de natalidade o que ocasionou uma mudança na estrutura etária do País, no qual antes era predominantemente habitado por pessoas jovens, hoje apresenta um contingente cada vez maior de pessoas com 60 anos ou mais de idade (Silva et al., 2021).

O processo de envelhecimento humano, dentro das estruturas sociais e culturais da modernidade, também passa a ser reinterpretado à luz das novas narrativas sobre tempo, produtividade e valor social. A Modernidade, com seu foco no progresso, na inovação e na valorização da juventude, redefiniu o papel das pessoas idosas na sociedade, muitas vezes

marginalizando-as ou subestimando suas contribuições. Ao contrário de outras épocas em que os mais velhos eram considerados fontes de sabedoria e experiência, atualmente as pessoas idosas, muitas vezes, são posicionadas à margem, em uma sociedade que prioriza a vitalidade física, a inovação tecnológica e a produção incessante.

Essa reconfiguração pode ser visualizada nas mudanças no mercado de trabalho, nas representações midiáticas e na transformação dos laços familiares e comunitários, que, em muitos contextos, passaram a valorizar mais a juventude ativa do que a sabedoria adquirida com o tempo. A sociedade moderna, ao adotar uma visão linear do tempo, que associa o progresso à renovação constante, muitas vezes ignora as complexidades do processo de envelhecimento, tratando-o apenas como uma etapa progressiva de declínio, e não como um processo de continuidade da vida, com potencial para novas experiências, transformações e contribuições. E essa situação se intensifica mais ainda em situações de extremas vulnerabilidades.

4 CAPÍTULO IV - MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE COMO NARRATIVAS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Jean-François Lyotard, pioneiro a considerar o pós-moderno como um estado da sociedade, em sua obra *A condição Pós-moderna*, na qual refletiu sua opinião acerca das mudanças consubstanciais das sociedades, referiu-se ao Pós-Moderno como "posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas" (Lyotard, 1979, p. XV). Segundo Lyotard (1979), a condição pós-moderna refere-se às transformações que afetaram a ciência, a literatura e as artes a partir do final do século XX, modificando as formas de legitimação do saber.

Enquanto a Modernidade sustentava-se em grandes narrativas, como a dialética do espírito, a emancipação do sujeito racional ou a promessa de progresso, a Pós-Modernidade caracteriza-se pela incredulidade em relação a esses metarrelatos. Em vez de um discurso universal capaz de explicar e ordenar a realidade, o que se observa é a fragmentação em múltiplos jogos de linguagem, cada qual com sua validade própria e local. Nesse contexto, o saber deixa de buscar legitimação em narrativas totalizantes e passa a ser compreendido como heterogêneo, plural e caracterizado pela diversidade de perspectivas.

Para Lyotard (1979), a passagem da Modernidade à Pós-Modernidade implica uma ruptura nos modos de legitimação do saber. Enquanto a Modernidade buscava fundamentos universais em metarrelatos como a emancipação do sujeito ou o progresso histórico, a condição pós-moderna desloca essa legitimidade para critérios de eficácia e desempenho. Nesse sentido, afirma o autor:

> Simplificando ao extremo, considera-se 'pós-moderna' a incredulidade em relação aos metarrelatos. [...] A função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas sui generis. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis. (Lyotard, 1979, p. XVI)

Diante disso, a sociedade pós-moderna já não funciona com uma visão unificada, como a antropologia newtoniana, que via o mundo como um sistema ordenado e previsível. Existem muitos jogos de linguagem, modos diferentes de falar, pensar e agir, que são heterogêneos. Eles não formam uma ordem única, mas funcionam de maneira local e específica (Lyotard, 1979).

Na perspectiva de Lyotard (1979), a condição pós-moderna não se limita apenas à crise das grandes narrativas, mas também à transformação da própria natureza do saber. O conhecimento, antes concebido como valor formativo ligado à construção do espírito e à emancipação humana, passa a ser cada vez mais traduzido em termos de informação, mensurável e comercializável. Com a expansão da tecnologia informacional e telemática, o saber deixa de ser um fim em si mesmo e converte-se em mercadoria, inserida na lógica de consumo e circulação semelhante à do capital. Assim, a ciência e a produção de conhecimento se subordinam a critérios de desempenho e eficiência, deixando de lado o ideal de verdade universal para atender às demandas de mercado e às estratégias de poder.

Lyotard (1979) aponta que, no contexto da condição pós-moderna, o saber deixa de ter apenas valor formativo e passa a assumir forma mercantil, disputada como recurso estratégico na competição global. Nesse cenário, "pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes da moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, "conhecimentos de pagamento/conhecimentos de investimento" (Lyotard, 1979, p. XX).

Em contraposição à noção de Pós-Modernidade, Giddens (1991) conceitua a Modernidade como um estilo de vida, organização social ou costume, que emergiu a partir do século XVII e que posteriormente se disseminou mundialmente. Entre suas principais características, destacam-se a separação entre tempo e espaço, a confiança em sistemas especializados e a reflexividade, que substitui a tradição como guia das ações sociais. Para o autor, não vivemos em um período pós-moderno, mas sim em uma modernidade reflexiva, marcada pela radicalização e universalização de suas próprias consequências. Nesse sentido, o autor afirma que "em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da Modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes" (Giddens, 1991, p. 57).

Para Giddens (1991), não se trata de uma ruptura com a Modernidade, mas de sua intensificação. O autor chama esse fenômeno de "modernidade radicalizada", em contraposição à noção de pós-modernidade defendida por Lyotard. Giddens (1991, p. 133) apresenta uma comparação entre as concepções de Pós-Modernidade e de Modernidade radicalizada, conforme expresso no Quadro 2.

Quadro 2 – Comparação das concepções de Pós-Modernidade e Modernidade Radicalizada

Uma Comparação das Concepções de "Pós-Modernidade" (PM) e "Modernidade Radicalizada" (MR)

PM	MR
1. Entende a transição corrente em termos epistemológicos ou como decompondo totalmente a epistemologia. 2. Enfoca as tendências centrífugas das transformações sociais correntes e de seu caráter de deslocamento. 3. Vê o eu como dissolvido ou desmembrado pela fragmentação da experiência. 4. Afirma a contextualidade das reivindicações de verdade ou as vê como "históricas". 5. Teoriza a falta de poder que os indivíduos sentem em face das tendências globalizantes. 6. Vê o "esvaziamento" da vida cotidiana.como resultado da introdução dos sistema abstratos. 7. Vê o engajamento político coordenado, impossibilitado pela primazia da contextualidade e dispersão. 8. Define a pós-modernidade como o fim da epistemologia/do indivíduo/ da ética.	1. Identifica os desenvolvimentos institucionais que criam um sentido de fragmentação e dispersão. 2. Vê a alta modernidade como um conjunto de circunstâncias em que a dispersão está dialeticamente vinculada a tendências profundas para uma integração global. 3. Vê o eu como mais do que, apenas, um lugar de forças entrecruzadas; a modernidade possibilita processos ativos de auto-identidade. 4. Afirma que as características universais das reivindicações de verdade se impõem a nós de uma maneira irresistível dada a primazia dos problemas de um tipo global. O conhecimento sistemático sobre estes desenvolvimentos não é impedido pela reflexividade da modernidade. 5. Analisa uma dialética da falta e da posse de poder em termos tanto da vivência como da ação. 6. Vê a vida cotidiana como um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, envolvendo tanto apropriação como perda. 7. Vê o engajamento político coordenado como possível e necessário, num nível global bem como localmente. 8. Define a pós-modernidade como transformações possíveis para "além" das instituições da modernidade.

Fonte: Giddens (1991, p. 133)

Para ilustrar a experiência da Modernidade, Giddens(1991) recorre à metáfora do carro de Jagrená, uma máquina em movimento de enorme potência, que pode ser conduzida em certa medida, mas que frequentemente ameaça escapar ao controle humano. Como descreve o autor:

> Sugiro substituir estas imagens pela do carro de Jagrená — uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos, podemos guiar até certo ponto mas que também ameaça escapar de nosso controle e poderia se espatifar. O carro de Jagrená esmaga os que lhe resistem, e embora ele às vezes pareça ter um rumo determinado, há momentos em que ele guina erraticamente para direções que não podemos prever. A viagem não é de modo algum inteiramente desagradável ou sem recompensas; ela pode com freqüência ser estimulante e dotada de esperançosa antecipação. Mas, até onde durarem as instituições da modernidade, nunca seremos capazes de controlar completamente nem o caminho nem o ritmo da viagem. E nunca seremos capazes de nos sentir inteiramente seguros, porque o terreno por onde viajamos está repleto de riscos de alta-consequência (Giddens, 1991, p. 124).

A metáfora indicada pelo autor expressa o lado sombrio da Modernidade, um processo aparentemente imparável que, em que pese promova progresso, também ameaça a humanidade com consequências imprevisíveis. Essa ambivalência demonstra que os avanços modernos não se distribuem de maneira equitativa: enquanto alguns grupos usufruem dos benefícios do desenvolvimento, outros sofrem as consequências do mesmo meio.

Na sociedade atual, é comum lermos ou ouvirmos a expressão exclusão social como algo natural e até mesmo banalizado. Por isso a importância de trazermos inicialmente esse conceito, amplamente debatido em pautas políticas, associado a questões como carência de recursos financeiros, discriminação, preconceito e vulnerabilidades sociais. No entanto, a exclusão social, como categoria de um fenômeno social é ainda mais complexa do que a simples disseminação do termo como algo rotineiro. A desigualdade social é produto de qualquer sociedade, seja ela tradicional, democrática ou capitalista, pois é inerente à forma como a sociedade distribui suas riquezas.

De acordo com Lamarque (1995 apud Guerra, 2012), trata-se de uma extensão do conceito de nova pobreza, que foi engendrado na década de 1980 para descrever indivíduos afetados pela crise econômica e expostos a dificuldades de um processo de desqualificação social. Diante disso, esse termo abrange a precarização do mundo do trabalho e o enfraquecimento das redes de solidariedade sociocomunitárias, assim como, a marginalização que permanece como resultado do progresso econômico e da distribuição dos benefícios dele recebidos.

Nas sociedades ocidentais, onde o capitalismo predomina como meio de produção e, principalmente na contemporaneidade, na qual o consumo tornou-se símbolo de *status* e poder, as classes sociais são distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e valores, sejam eles sociais ou culturais, o que atribui a cada classe o seu valor ou posição social e, nesta perspectiva as desigualdades surgem como produto das relações entre uns e os outros. Neste viés, a pobreza relativa, se classifica como a falta de recursos ou de poder de consumo, em comparação com os padrões estabelecidos como essenciais, para a concretização de uma vida digna, já a pobreza absoluta se qualifica pela inacessibilidade dos serviços essenciais, do mínimo necessário para a sobrevivência do indivíduo (Escorel, 1999).

Embora a pobreza esteja fortemente associada ao termo da exclusão social, não é o sinônimo ideal para o termo, mas devido as suas características intrínsecas, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a diversas formas de marginalização e ruptura dos vínculos sociais, promovendo a exclusão do indivíduo, tornando-o sem participação social e sem pertencimento a grupos sociais. Escorel (1999, p.18) define bem a condição de exclusão:

“como a daquele que está sem lugar no mundo”, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento”. A pobreza, especialmente em sua contemporaneidade, ultrapassa a mera ausência de recursos financeiros, abrangendo dimensões sociais, políticas e econômicas que refletem desigualdades estruturais. Nesse sentido, ela se associa ao conceito de exclusão social, conforme destaca Mello (2001, p.23):

> A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente a privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

A noção de exclusão, envolve até mesmo um efeito polissêmico, devido a fenômenos variados advindos de suas consequências. Em que pese, a pobreza e a exclusão estejam interligadas, o fenômeno ultrapassa as questões econômicas e atinge os grupos minoritários, que enfrentam barreiras no acesso aos seus direitos por diversos fatores inerentes às suas condições sociais abrangendo a segregação, a marginalização e a discriminação. De acordo com Mello (2001), quando falamos de segregação, nos referimos ao afastamento físico, à separação de indivíduos ou grupos da maioria, criando uma distância topológica que reforça a sensação de não pertencimento. Já, a marginalização envolve a exclusão simbólica, a manutenção de uma pessoa ou grupo à margem da sociedade ou de determinadas instituições, negando-lhes acesso aos mesmos direitos ou oportunidades. Por fim, a discriminação se caracteriza pelo fechamento de acessos a bens essenciais, como serviços, empregos ou *status* social, criando barreiras visíveis e invisíveis que mantêm certos grupos à parte.

Em relação à pessoa idosa, o idadismo se revela como a estruturação da exclusão social, para este grupo etário. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2021), o idadismo é uma forma de discriminação que se baseia na idade, envolvendo estereótipos (como as pessoas pensam), preconceitos (como se sentem) e ações discriminatórias (como idade) em relação a indivíduos ou grupos etários. Ele pode se manifestar de forma institucional, por meio de leis, normas sociais e práticas que restringem injustamente oportunidades; interpessoal, nas interações cotidianas entre indivíduos; ou ainda internalizado, quando uma pessoa absorve e aplica os mesmos preconceitos ligados à idade. Iniciado na infância, o idadismo é reforçado ao longo da vida por mensagens culturais que perpetuam

estereótipos e são responsáveis pelas atitudes sociais. Além disso, frequentemente interage com outras formas de discriminação, como racismo, sexismo e capacitismo, agravando os impactos negativos sobre o bem-estar, a saúde e os direitos dos indivíduos. Por isso a importância e defesa de vários autores (Garces, 2025; Nunes;Pocahy, 2023) e na própria BNCC- Temas transversais (2019) para que o processo de envelhecimento e a velhice sejam conteúdos que façam parte do currículo, da educação básica ao ensino superior.

A forma como a pessoa idosa é percebida é produto de construções sociais e culturais que evoluem ao longo do tempo, construídas a partir de valores, princípios e contextos de cada sociedade. Na antiguidade, a pessoa idosa ocupava frequentemente um lugar de respeito e reconhecimento. Ao escrever *A república*, Platão (2016, p. 10) apresenta diálogo entre Sócrates e Céfalo, o qual faz referência ao envelhecimento humano, destacando a ideia de que entre os seres humanos de caráter e prudentes, a velhice não se torna um fardo:

> [...] pois é certo que a velhice traz consigo uma grande paz e liberdade; quando se embota o acicate das paixões, sucede exatamente o que dizia Sófocles: libertamo-nos não apenas um tirano, mas de muitos. A verdade, Sócrates, é que essas queixas, bem como as que são feitas contra os parentes, devem ser atribuídas a mesma causa; a esta não é a velhice, e sim o caráter dos homens; pois aquele que tem natural tranquilo e bem-humorado não sentirá o peso dos anos, e ao que não é assim não só a velhice, mas a própria juventude, é pesada.

Em algumas tradições, as pessoas idosas são respeitadas como detentores de sabedoria e experiência acumulada, mas em outras, enfrentam estigmas e marginalização, frequentemente associados a conceitos negativos de inutilidade e fragilidade. Schneider e Irigaray (2008, n/p) descrevem a velhice no contexto social atual:

> Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda.

Na sociedade atual, o fenômeno do envelhecimento foi cooptado pelo mercado capitalista o que, provocou mudanças no modo como o envelhecimento humano é apresentado neste contexto social. Atualmente, observamos que o corpo enquanto imagem é supervalorizado e por esta razão, vem sendo utilizado como disfarce sobre as mudanças naturais que o envelhecimento provoca na imagem do ser humano e, consequentemente

potencializado nos espaços virtuais e redes de relacionamentos. De acordo com Baudrillard (2018, p. 136), o corpo tornou-se o objeto mais valioso do mercado de consumo:

> Na panóplia do consumo, o mais belo, precioso e resplandecente de todos os objetos – ainda mais carregado de conotações que o automóvel que, no entanto, os resume a todos é o CORPO. A sua 'redescoberta', após uma era milenária de puritanismo, sob o signo da libertação sexual, a sua omnipresença (em especial, do corpo feminino – ver-se-á porquê) na publicidade, na moda e na cultura das massas – o culto higiênico, dietético e terapêutico com que se rodeia, a obsessão pela juventude, elegância virilidade/femilidade, cuidados, regimes, práticas sacrificiais que com ele se conectam, o Mito do prazer que o circunda – tudo hoje testemunha que o corpo se tornou *objecto de salvação.*

A passagem do corpo para o envelhecimento, fenômeno caracterizado por suas particularidades dentro de cada organismo, passa a ser tratado de forma universal nos tempos atuais. Reforçado, com base em discursos midiáticos, o corpo envelhecido foi ressignificado pelo mercado de consumo. É possível observar que existe uma valorização da velhice, mas, paradoxalmente exaltando a juventude, isto é, demonstrações e tentativas de manter o corpo jovem, como um disfarce a idade avançada que se chega.

4.1 Pobreza, Vulnerabilidade e exclusão socioeconômica da Pessoa Idosa em Periferias Urbanas como um processo de opressão estrutural das narrativas da Modernidade e da Pós-Modernidade

A noção de periferia pode ser compreendida como a expressão espacial, econômica e social da dualidade estrutural que marca sociedades historicamente desiguais. A periferia refere-se aos setores e territórios que ocupam uma posição secundária e subordinada em relação ao núcleo considerado central e desenvolvido, sendo caracterizada pela baixa produtividade, pela permanência de formas tradicionais de inserção no trabalho e pela precariedade de investimentos públicos e privados. Longe de resultar de fatores culturais ou individuais, sua constituição decorre de opções políticas, administrativas e econômicas que orientam recursos, infraestrutura e oportunidades prioritariamente aos setores centrais, relegando os espaços periféricos a um desenvolvimento dissociado ou dependentes. Nas palavras de Costa (2010, p.214):

> O conceito de periferia diz respeito ao que, em uma sociedade, é secundário, irrelevante e até anormal em relação ao que é central, importante, desenvolvido. É um conceito usado apenas para regiões e setores "atrasados" no interior de uma sociedade ou nação "subdesenvolvida". Muitos cientistas sociais, entretanto, empregam a expressão "países periféricos" para se referir às nações do dito Terceiro Mundo

É nesse contexto que a exclusão social se apresenta como uma especificação estrutural da condição periférica, revelando-se de forma contundente por meio da pobreza e da vulnerabilidade social. Tais expressões escancaram a insuficiência de políticas públicas efetivas, a má distribuição de renda e a gestão ineficiente dos governos. Embora a pobreza seja amplamente reconhecida como um problema social, suas múltiplas facetas e impactos permanecem frequentemente obscurecidos por discursos que reduzem suas causas a uma suposta falta de esforço individual, estudo ou trabalho. Expor as complexidades desse cenário, que transcendem as limitações do senso comum e revelam uma realidade moldada tanto pela ignorância quanto pela manipulação de interesses que perpetuam tais desigualdades, mostra-se necessário.

De acordo com Escorel (1999), há não muito tempo atrás, o Brasil já apresentava dados alarmantes de desigualdade social que evidenciavam a profundidade e a persistência desse problema histórico. Característica marcante do desenvolvimento do país, a desigualdade social através de décadas sem ser superada, com as disparidades regionais e rurais permanecendo inalteradas, mesmo com a expansão industrial. Nas décadas de 1970 e 1980, as crises econômicas intensificaram ainda mais essa desigualdade, culminando na década de 1990 com o Brasil sendo classificado pelas Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social. Dados da época mostram que, em 1992, a renda média dos 10% mais ricos era 32,1 vezes maior que a dos 40% mais pobres, e, em 1989, o rendimento médio do 1% mais rico era surpreendentemente 230 vezes superior ao dos 10% mais pobres. Esses números demonstram as disparidades estruturais sobre as quais o país foi firmado e que ainda remontam a realidade social do Brasil.

De acordo com Schwartzman (2004), as causas da pobreza estão associadas a fatores estruturais, como a exploração do trabalho pelo capital, o poder concentrado nas elites que saqueiam recursos públicos e exploram a força de trabalho, e a alienação que impede a conscientização sobre os próprios problemas e necessidades. Essa alienação é frequentemente reforçada por sistemas que mascaram desigualdades com gestos simbólicos, como atos beneficentes que perpetuam o status quo. Essa visão amplia o entendimento da pobreza como resultado de um sistema opressor, indo além da análise individualizada e expondo as desigualdades.

Para chegar a essa estruturação do sistema que vivemos hoje, o Brasil passou por um processo de urbanização, o qual foi responsável por unificar grande parcela da população nas grandes cidades, com o objetivo de fortalecer a economia local. Segundo Santos (1993), a urbanização no Brasil foi um processo lento, iniciado no século XVIII e se consolidando em

meados do século XX, ao passo que o consumo começava a ser ampliado no Brasil, contribuindo, assim, para o aumento da população em território urbano.

O processo de urbanização corporativa define a vida urbana de maneira abrangente, trazendo contradições ao confronto de diferentes segmentos da cidade, grupos populacionais e formas de organização econômica e social. Embora práticas tradicionais de convivência e produção, que beneficiam a maior parte da população e territórios mais amplos, ainda tenham relevância, elas são progressivamente substituídas pela lógica da cidade corporativa. Essa nova forma privilegia interesses corporativos e altera as relações internas da cidade, destacando-se como força predominante, mesmo que em oposição às necessidades das comunidades e modos de vida já instalados. Assim, dispõe Santos (1993, p. 111):

> O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

Diante de uma grande parcela da população nas cidades, o Estado precisa garantir, ao menos em teoria, que esses indivíduos tenham sua dignidade assegurada. Para isso, o Brasil foi assertivo em manter seus direitos resguardados na atual Constituição Federal de 1988. O art. 6º reconhece o direito à moradia como um dos direitos sociais fundamentais, junto à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, ao transporte, ao lazer, segurança, previdência social, à proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

Em detrimento, especialmente, do direito à moradia, um dos direitos essenciais para a garantia da dignidade humana da população é visivelmente negligenciado pelo Estado, para não dizer negado, haja vista o grande número de pessoas vivendo nas periferias das grandes cidades. De acordo com o último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem 12.348 favelas e comunidades urbanas no Brasil, onde residem 16.390.815 pessoas, representando 8,1% da população do país. Em comparação com os dados de 2010, que identificaram 6.329 dessas áreas habitadas por 11.425.644 pessoas (6,0% da população). No Rio Grande do Sul, foram registradas 481 favelas, onde residem 416.428 pessoas, representando 3,83% da população do Estado.

Apesar de as periferias computarem um número maior de pessoas jovens, o índice de envelhecimento nas favelas e comunidades destacou que para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, existem 45 idosos, com 60 anos ou mais, residindo nas favelas do Brasil. O crescimento

exponencial das favelas no Brasil está intimamente relacionado ao processo de urbanização, que teve seu ápice durante a intensa industrialização do país e, ao déficit habitacional, especialmente nas grandes cidades, mas não somente nestas, os municípios menores, também foram atingidos pelos impasses das grandes metrópoles. De acordo com os dados divulgados pela prefeitura Municipal de Tupanciretã-RS, no ano de 2010, o município de Tupanciretã, conhecido também como a capital da soja, por sua liderança recorrente no *ranking* de produção do grão, no estado do Rio Grande do Sul, com sua economia voltada para a agricultura e pecuária, apresentava uma população de 22.281 habitantes, sendo que destes 18.025 residiam em área urbana e 4.261 em zona rural.

De acordo com Polidori *et al*. (2017), diante da intensa urbanização e da crescente produção capitalista, as cidades passaram a ser influenciadas por três principais vetores. Sob a perspectiva econômica, observa-se o acesso desigual às oportunidades e a concentração de riquezas em áreas específicas. No âmbito social, essa desigualdade é evidenciada pela distribuição insuficiente de recursos públicos e por problemas estruturais, como deficiências na educação e limitações na mobilidade social, que dificultam a ascensão das classes mais pobres. Já do ponto de vista espacial, destaca-se a acessibilidade restrita aos benefícios da urbanização, com serviços básicos, como saneamento e abastecimento de água potável, sendo mais precários e onerosos para as populações vulneráveis. Esses fatores, interligados, perpetuam uma segregação que favorece os grupos economicamente privilegiados em detrimento dos marginalizados.

A desigualdade na distribuição de renda no país, somada à implementação de políticas públicas ineficientes, muitas vezes moldadas por critérios burocráticos inviáveis, evidencia uma falsa caridade por parte daqueles que detêm o poder sobre a parcela da população em situação de vulnerabilidade, sem a real intenção de solucionar os problemas que essa parcela enfrenta, mas perpetuar o *status quo*. Essa falsa generosidade é descrita por Freire (1987, p.17):

> Por isso é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua "generosidade" continue tendo oportunidade de realizar-se, de permanência da injustiça. A "ordem" social injusta é a fonte geradora, permanente, desta "generosidade" que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Nesse contexto de segregação urbana e desigualdade social, certos grupos são ainda mais vulneráveis à marginalização, como é o caso da população idosa, cuja autonomia, muitas vezes reduzida a um período de dependência e inatividade, torna-se um reflexo dessa

dinâmica excludente, perpetuada tanto por discursos sociais quanto por políticas públicas insuficientes e que aparentemente pretendem manter as situações precárias de certos grupos sociais.

Freire (1987), em sua obra pedagogia do Oprimido, destaca a lógica opressora que determina a manutenção das desigualdades nas estruturas sociais, onde aqueles que historicamente detêm privilégios enxergam qualquer tentativa de equidade como uma ameaça à sua posição. Os opressores, moldados em uma cultura de dominação, naturalizam a exploração e a exclusão, percebendo como injustiça qualquer movimento que busque redistribuir direitos e oportunidades. Essa linha de raciocínio perpetua a marginalização de determinados grupos, principalmente daqueles com maior vulnerabilidade, reforçando uma estrutura hierárquica que define quem é digno de acesso pleno à sociedade, incluindo necessidades básicas humanas e quem deve permanecer à margem.

Essa possessividade disseminada pelas gerações daqueles que oprimem e a tendência de inanimar a todos, tornando e tratando os oprimidos como objetos, próximo a coisas, sem direitos, sem vontades e sem necessidades, como descreve Freire (1987 p.26): “os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não tem finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores”, desempenham um cenário de processo de desumanização, retirando a autonomia de pensamento dos oprimidos e os submetendo a uma existência moldada e controlada por aqueles que detém o poder, negando-lhes a oportunidade de se reconhecerem enquanto sujeitos ativos na sociedade.

Em relação à pessoa idosa, essa subversão torna-se ainda mais evidente na contemporaneidade. A rápida expansão da tecnologia e das mídias sociais transformou a sociedade, sem tempo para que muitos pudessem se adaptar a essa nova realidade. Hoje, o acesso à informação, ao trabalho e até mesmo a determinados direitos e políticas públicas exige algum nível de familiaridade com ferramentas tecnológicas, o que exclui grande parte da população idosa, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Essa exclusão é agravada pelo fato de que muitos idosos foram socializados em um contexto onde o digital não era essencial, e de repente encontram-se imersos em uma sociedade que pressupõe a tecnologia como um requisito básico para participação ativa.

Diante desse cenário, os discursos de opressão e silenciamento tornam-se ainda mais evidentes, reforçando a ideia de que uma pessoa idosa é inapta ou incapaz de acompanhar as transformações do mundo. Essa narrativa, repetida incessantemente, leva muitos idosos a internalizarem essa percepção negativa sobre si mesmos, duvidando de suas próprias capacidades. Como destaca Freire (1984, p. 28):

> De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua "incapacidade". Falam de si como os que não sabem e do "doutor" como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos não são os convencionais.

A postura permanente e internalizada da opressão contribui para o silenciamento de grupos vulneráveis, que tendem a se tornar apáticos, emudecidos, proibidos de ser, de agir e de expressar suas próprias palavras de libertação. Diante de uma cultura de opressão aliada à pobreza e à exclusão, especialmente a econômica, considerando o consumismo exacerbado e as exigências financeiras, disseminadas na sociedade atual, esses grupos são marginalizados, com a limitação de acesso aos direitos básicos e a invisibilidade de seus conhecimentos e experiências, transformando a exclusão social em um processo contínuo de opressão estrutural.

4.2 Ações e Políticas públicas de proteção à pessoa idosa em contextos periféricos que tentam diminuir e mitigar essas vulnerabilidades

Frente às mudanças demográficas que o mundo vem experimentando, com o aumento do número de pessoas idosas, o que está associado ao avanço da tecnologia e da saúde, demonstra a necessidade em repensar e/ou avaliar as questões sociais que envolvem esse grupo etário. A atual Constituição Federal de 1988 prevê em seu texto, precisamente no art. 230, o dever da sociedade de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade, com a garantia da dignidade, do bem-estar e do direito à vida.

De forma mais específica, foi regulamenta a lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994), a qual possui o objetivo de assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, com a criação de condições favoráveis para promover sua autonomia, participação e integração efetiva na sociedade. De acordo com Silva (2015, p. 4), a referida lei possui como norte cinco princípios:

> 1.A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; 2. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; 3. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; 4. O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política; 5. As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei.

Com base nos princípios norteadores, percebe-se que a lei possui o objetivo de atender demandas sociais, considerando que tende a fortalecer a responsabilidade das famílias, Estado e sociedade com a população idosa, da mesma forma que almeja combater a exclusão social do grupo e mitigar as diferenças socioeconômicas. Também se observa a intenção de conscientizar a sociedade perante as mudanças demográficas que evidenciam a ampliação da população idosa, ou seja, naturalizar e fazer com que a sociedade reflita e reconheça o processo do envelhecimento como um fenômeno natural e as pessoas idosas como integrantes dos diversos contextos, seja na esfera privada ou pública.

Da mesma forma, foi instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, regulamentado pela Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, com o objetivo de resguardar os direitos assegurados às pessoas idosas, garantindo-lhes prioridade em atendimentos nos locais públicos e privados, condições para uma vida digna e o exercício do direito de cidadania, além de estabelecer a aplicabilidade de penalidades para casos de negligência, preconceito, opressões, violência e outros tipos de situações que as minimizem.

De forma específica para o direito à saúde, foi criada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI, a qual foi aprovada por meio da portaria nº 2.528/2006, com o objetivo de promover a autonomia da pessoa idosa, integração e participação ativa e efetiva na sociedade. Essa política reafirma o direito à saúde, já assegurado pela Constituição Federal e pelas legislações já mencionadas e apresenta um modelo de saúde voltado para a prevenção e o cuidado da pessoa idosa.

Da mesma forma, foi instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, regulamentado pela Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, e atualizado no ano de 2022, com o objetivo de resguardar os direitos assegurados às pessoas idosas, garantindo-lhes prioridade em atendimentos em locais privados e públicos, condições para uma vida digna e o exercício do direito de cidadania.

Dar continuidade às ideias de Freire a partir da dialogicidade defendida por ele, por meio de estratégias como a educação popular, como caminhos para fortalecer a autonomia (emancipação) das pessoas idosas e promover sua inclusão. "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo″ (Freire, 1987, p.39).

6 CAPÍTULO VI - A SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA NAS PERIFERIAS DE TUPANCIRETÃ-RS E AS (IM)POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

Os resultados da pesquisa são apresentados de acordo com os objetivos específicos. No entanto, inicialmente, apresenta-se as características territoriais dos dois bairros analisados.

O bairro Marcial Terra está localizado na extremidade do município de Tupanciretã-RS, que possui população total de 20.005 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022. Trata-se de uma comunidade marcada por vulnerabilidades socioeconômicas, o que se evidencia tanto nas condições de infraestrutura urbana quanto no acesso limitado a serviços básicos. Suas ruas apresentam trechos sem pavimentação, predominando o solo batido, o que acentua dificuldades de circulação, sobretudo em períodos chuvosos, devido ao fato de que não há transporte público no local. As moradias são construídas em alvenaria e madeira, revelando diferentes níveis de conservação.

O bairro é margeado por áreas de vegetação e pequenas regiões de mata, separadas das ruas por cercas de arame, além de apresentar córregos em meio urbano e pontos de esgoto a céu aberto, fatores que comprometem as condições sanitárias. Quanto aos equipamentos comunitários, conta apenas com uma escola de ensino básico e um posto de saúde para atendimento da população local. Não há farmácias ou mercados de maior porte, apenas pequenos comércios, que suprem parcialmente as necessidades dos moradores. O bairro está localizado a uma distância mínima de 4,3 km até o único hospital da cidade. Para melhor compreensão do contexto empírico da pesquisa, apresentam-se imagens do bairro Marcial Terra.

Figuras 7,8, 9, 10,11, 12, 13 – Imagens do Bairro Marcial Terra















Fonte: elaborado pela autora

O bairro Gaúcha caracteriza-se por abrigar uma comunidade marcada por vulnerabilidades socioeconômicas, associadas, sobretudo, às limitações da infraestrutura

urbana e ao acesso restrito a serviços básicos. Suas vias apresentam características mistas, com trechos pavimentados e outros ainda sem pavimentação. Observa-se, ainda, a presença de áreas margeadas por campos, frequentemente delimitadas das ruas por cercas de arame, o que evidencia traços de uma ocupação urbana próxima ao espaço rural.

No que se refere aos equipamentos comunitários, o bairro conta apenas com uma escola de ensino básico e um posto de saúde destinados ao atendimento da população local, não havendo estabelecimentos farmacêuticos na região.

Para melhor compreensão do contexto empírico da pesquisa, apresentam-se, a seguir, imagens do bairro Gaúcha.

Fig. 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 – Imagens do Bairro Gaúcha















Fonte: Registros da pesquisadora, 2026

A seguir apresenta-se a caracterização sociodemográfica dos participantes da pesquisa, residentes nos dois bairros selecionados. A ilustração do território e a descrição do perfil dos participantes permitem situar as análises posteriores, articulando as percepções das pessoas idosas às condições materiais e sociais que estruturam seu cotidiano.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa residentes nos dois bairros selecionados

Categorias	**Indicadores**	**Bairro Marcial**		**Bairro Gaúcha**		**Total Geral**
		f	%	*f*	%	
Faixa etária	60 a 69 anos	7	70%	5	50%	60%
	70 a 79 anos	1	10%	3	30%	20%
	80 a 89 anos	2	20%	2	20%	20%
		10	100%	10	100%	100%
Sexo	Feminino	5	50%	6	60%	55%
	Masculino	5	50%	4	40%	45%
		10	100%	10	100%	100%
Estado civil	Casado(a)	7	70%	6	60%	65%
	Solteiro(a)	2	20%	1	10%	15%
	Divorciado(a)	1	10%	0	0,0%	5%
	Viúvo(a)	0	0,0%	3	30%	15%
		10	100%	10	100%	100%
Escolaridade	Analfabeto	0	0,0%	2	20%	10%
	EFI	10	100%	8	80%	90%
	EFC	0	0,0%	0	0,0%	0%
	EMI	0	0,0%	0	0,0%	0%
	EMC	0	0,0%	0	0,0%	0%
	ESI	0	0,0%	0	0,0%	0%
	ESC	0	0,0%	0	0,0%	0%
		10	100%	10	100%	100%
Fonte Renda	Aposentadoria	6	60%	5	50%	55%
	Bolsa Família	1	10%	1	10%	10%
	BPC	2	20%	2	20%	20%
	Trabalho CLT	1	10%	2	20%	15%
Renda mensal	600 reais	1	10%	1	10%	10%
	1 SM	8	80%	7	70%	75%
	1 SM e meio	1	10%	2	20%	15%

	2 SM	0	0,0%	0	0	0%
	+2 SM	0	0,0%	0	0	0%
Convive com	Esposo(a)	7	70%	6	60%	65%
	Sozinha	3	30%	4	40%	35%
	Outra situação	0	0%	0	0%	0%

Fonte: Elaboração própria da autora

A análise conjunta dos dados sociodemográficos dos bairros Marcial e Gaúcha evidencia que a amostra é predominantemente composta por pessoas idosas jovens, isto é, pessoas na faixa de 60 a 69 anos, que representam 60% do total. Esse dado sugere que o grupo investigado é formado majoritariamente por sujeitos que ingressaram recentemente na velhice, o que pode significar maior autonomia funcional quando comparados às faixas etárias mais avançadas. Conforme Kalache (2014), essa faixa etária tende a expressar o que o autor denomina de "envelhecimento ativo", caracterizado pela busca de qualidade de vida e participação social contínua, mesmo em contextos de vulnerabilidade.

Entretanto, a presença de 40% de participantes com 70 anos ou mais (20%) e 80 a 89 anos (20%) demonstram que a pesquisa também alcança pessoas idosas em fases mais avançadas do envelhecimento, período em que, em geral, aumentam as demandas por cuidado, saúde e proteção social, além de ampliar a heterogeneidade das experiências de envelhecimento observadas no estudo. Comparativamente, o Bairro Marcial concentra mais pessoas idosas entre 60 e 69 anos (70%), enquanto o Bairro Gaúcha apresenta uma distribuição etária mais equilibrada, com maior presença relativa de pessoas idosas entre 70 e 79 anos. Isso pode indicar que, no Bairro Gaúcha, o envelhecimento assume um perfil um pouco mais longevo, exigindo maior atenção às políticas de cuidado continuado e suporte comunitário.

No que se refere ao sexo, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada, com leve predominância feminina no total da amostra (55%). Esse resultado acompanha uma tendência recorrente nos estudos sobre envelhecimento, que apontam a feminização da velhice. No entanto, chama atenção o fato de o Bairro Marcial apresentar paridade absoluta entre homens e mulheres, enquanto o Bairro Gaúcha possui maior presença feminina. Esse aspecto pode estar relacionado a diferentes dinâmicas demográficas e familiares, mas também pode sinalizar que no Bairro Gaúcha há maior sobrevivência feminina ou maior disponibilidade das mulheres para participar da pesquisa. Em termos analíticos, a presença feminina mais expressiva costuma estar associada a maiores experiências de viuvez,

sobrecarga doméstica e vulnerabilidade econômica, fatores que aparecem, em parte, confirmados em outros indicadores da tabela.

Quanto ao estado civil, destaca-se a predominância de casados(as), representando 65% do total. Esse dado sugere que a conjugalidade ainda é um importante arranjo de suporte na velhice, funcionando como elemento de proteção social, emocional e material. A presença significativa de casados sugere a existência de redes familiares próximas e suporte conjugal, aspectos que, segundo Debert (1999), contribuem para a manutenção do bem-estar emocional e da sociabilidade na velhice. Ao mesmo tempo, a presença de viúvos e pessoas que vivem sozinhas indica trajetórias caracterizadas por perdas e possíveis fragilidades nos vínculos cotidianos. Todavia, essa aparente estabilidade precisa ser problematizada. O Bairro Gaúcha apresenta 30% de viúvos(as), enquanto no Marcial não há nenhum registro dessa condição. Trata-se de uma diferença muito significativa, pois a viuvez na velhice costuma implicar maior risco de isolamento, sofrimento emocional, perda de renda e dependência de redes externas de apoio. O maior percentual de viúvos no Bairro Gaúcha reforça a hipótese de maior envelhecimento desse grupo e aponta para possíveis fragilidades na rede familiar e afetiva. Já no Marcial, a maior presença de casados pode sugerir maior convivência conjugal e, consequentemente, mais apoio cotidiano, embora isso não signifique ausência de vulnerabilidade.

A escolaridade é um dos indicadores mais críticos da tabela e talvez um dos mais reveladores das desigualdades estruturais vividas por esse segmento. Há um predomínio quase absoluto do Ensino Fundamental Incompleto, correspondente a 90% do total, além de 10% de pessoas analfabetas, concentradas exclusivamente no Bairro Gaúcha, o que revela baixo nível de instrução formal. Não há nenhum participante com escolaridade média ou superior, completa ou incompleta.

Esse dado evidencia um histórico de exclusão educacional severa, que repercute diretamente nas condições de acesso a direitos, compreensão de informações, autonomia no uso de serviços públicos, letramento digital e capacidade de enfrentamento das exigências burocráticas da vida social contemporânea. A baixa escolaridade não pode ser interpretada como um dado individual, mas como expressão de desigualdades históricas, sobretudo para sujeitos oriundos de contextos populares e rurais, que tiveram acesso precário ou inexistente à educação formal e repercute diretamente nas oportunidades sociais e na compreensão dos próprios direitos. No caso do Bairro Gaúcha, a presença de analfabetismo acentua ainda mais a condição de desvantagem social, sugerindo uma vulnerabilidade educacional mais intensa que no Marcial. Conforme Bourdieu (1998), a escolaridade limitada restringe o capital cultural e as

oportunidades de inserção social, repercutindo também na compreensão de direitos e no acesso a políticas públicas.

A análise da fonte de renda também revela forte dependência da proteção social estatal. A aposentadoria constitui a principal fonte de renda para 55% dos participantes, seguida do BPC, com 20%, do trabalho formal, com 15%, e do Bolsa Família, com 10%. Esses dados mostram que a maior parte das pessoas idosas depende de benefícios previdenciários ou assistenciais para sobreviver, o que é coerente com a baixa escolaridade e com trajetórias laborais provavelmente marcadas pela informalidade e pela precarização. A presença do BPC em 20% da amostra é especialmente significativa, pois indica situações de maior vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que esse benefício é destinado às pessoas idosas em condição de pobreza. Igualmente expressiva é a presença de Bolsa Família em 10% dos casos, o que sugere que algumas famílias idosas ainda compõem arranjos domésticos de extrema pobreza ou dependem de múltiplas transferências de renda para manter a sobrevivência. O fato de 15% ainda estarem em trabalho CLT demonstra que uma parcela permanece inserida no mercado de trabalho, o que pode ser interpretado de duas formas: de um lado, como sinal de funcionalidade e participação ativa; de outro, como evidência de que a renda previdenciária é insuficiente, obrigando a permanência laboral mesmo na velhice. Esses dados indicam um grupo com recursos econômicos limitados, cuja sobrevivência depende majoritariamente de transferências públicas, evidenciando condições de vulnerabilidade social.

A renda mensal confirma um cenário de restrição econômica bastante acentuado. A ampla maioria vive com 1 salário mínimo (75%), enquanto 10% vivem com apenas R$ 600,00 e 15% com 1 salário mínimo e meio. Nenhum participante recebe 2 salários mínimos ou mais. Esse dado evidencia uma condição generalizada de baixa renda, com escassíssima margem para gastos além da subsistência. Em contextos de periferia, renda tão limitada tende a comprometer a alimentação, o acesso a medicamentos, o transporte, o lazer, a adaptação da moradia e a participação social. Mais do que indicar pobreza monetária, esse dado revela precariedade estrutural na velhice. Mesmo quando há aposentadoria, ela não representa conforto econômico, mas apenas sobrevivência mínima. A inexistência de rendimentos superiores a dois salários mínimos mostra que se trata de um grupo social homogêneo do ponto de vista da privação econômica, o que reforça a necessidade de políticas públicas territorializadas.

Quanto à condição de convivência, a maioria dos participantes reside com esposo(a), totalizando 65%, enquanto 35% vivem sozinhos. Embora a convivência conjugal possa funcionar como fator protetivo, o percentual de pessoas idosas que vivem sozinhos é bastante

elevado e deve ser analisado com cautela. Morar sozinho na velhice não significa necessariamente abandono; em alguns casos, pode representar autonomia. Contudo, em contextos de baixa renda, baixa escolaridade e possíveis fragilidades de saúde, essa condição pode se converter em risco social, sobretudo em situações de doença, dependência funcional, isolamento afetivo e dificuldade de acesso a serviços. O Bairro Gaúcha concentra maior proporção de pessoas idosas vivendo sozinha (40%), o que, somado à maior incidência de viuvez e analfabetismo, delineia um quadro mais sensível de vulnerabilidade social nesse território. Já o bairro Marcial, embora apresente menor percentual de pessoas sozinhas, também registra 30%, o que não é desprezível. Embora a maioria mantenha vínculos domésticos próximos, a proporção de pessoas idosas que vivem sós merece atenção, pois pode estar associada a riscos de isolamento social e fragilização das redes de apoio, especialmente em contextos marcados por baixa renda e escolaridade (Camarano, 2019; 2020). De modo geral, o perfil sociodemográfico dos dois bairros revela um grupo que envelhece em condições estruturais limitadas, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas às desigualdades territoriais e às especificidades do envelhecimento em contextos periféricos.

Comparativamente, o Bairro Gaúcha parece apresentar maior grau de fragilidade social relativa, pois reúne maior percentual de analfabetismo, viuvez, moradia solitária e permanência de idosos em faixas etárias mais avançadas. Já o Bairro Marcial, embora também revele um cenário de vulnerabilidade, mostra maior presença de casados e ausência de analfabetismo, o que pode indicar uma rede mínima de suporte mais consolidada. Ainda assim, ambos os bairros compartilham elementos estruturais de desigualdade, sobretudo no campo da renda e da escolaridade.

6.1 As características da Modernidade e Pós-Modernidade que trouxeram mudanças na sociedade, mas ao mesmo tempo causaram exclusão social e econômica

Para a análise dos dados foram descritos os resultados colhidos para cada pergunta e estes foram analisados a partir da análise textual discursiva de Moraes e Gagliazzi (2007), conforme expostos e examinados nos quadros apresentados a seguir e que deles surgiram as seguintes categorias integradoras emergentes:

a) Percepção ambígua das transformações sociais e do lugar da velhice na Modernidade;

b) Ambivalência da modernidade na velhice – entre o progresso material e a perda moral;

c) Vivências plurais da modernidade: entre a adaptação, a exclusão e a neutralidade;

d) Condições de vida na velhice: entre o bem-estar conquistado e a persistência das desigualdades.

Por isso, apresenta-se a Categoria integradora emergente que surgiu da pergunta 1 e seus respectivos desdobramentos que levaram a ela.

6.1.1 Percepção ambígua das transformações sociais e do lugar da velhice na Modernidade

A compreensão das transformações sociais percebidas pelas pessoas idosas constitui um elemento central para analisar como a modernidade e a contemporaneidade impactam suas trajetórias de vida e suas formas de inserção social. Nesse sentido, buscou-se identificar, por meio das narrativas dos participantes da pesquisa, como os sujeitos interpretam as mudanças ocorridas desde sua juventude e quais aspectos dessas transformações são considerados mais significativos em seu cotidiano.

A pergunta "*O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?"* permitiu acessar as percepções subjetivas dos entrevistados acerca das transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas ocorridas ao longo das últimas décadas. As respostas revelam uma percepção frequentemente ambígua dessas mudanças, pois, ao mesmo tempo em que os participantes reconhecem avanços e facilidades trazidas pelo desenvolvimento contemporâneo, também expressam sentimentos de estranhamento, perda de referências e dificuldades de adaptação às novas dinâmicas sociais.

A partir da técnica de Análise Textual Discursiva, as falas foram organizadas em unidades de sentido que evidenciam as principais percepções dos participantes acerca das mudanças sociais e de como estas influenciam o lugar da velhice na sociedade atual. O Quadro 3 apresenta a sistematização dessas unidades analíticas, destacando os principais elementos emergentes das narrativas dos participantes da pesquisa.

Quadro 3 -Análise Textual Discursiva referente à pergunta 1: "*O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?"*

Unidades de sentido (com códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"mudou bastante… não tinha luz elétrica" (MT-E1); "antes não tinha nada" (MT-E9); "mudou, mudou" (G-E4)	Reconhecimento empírico das mudanças	As transformações são reconhecidas como evidentes e históricas, ainda que pouco elaboradas conceitualmente	Vivência da modernidade sem apropriação reflexiva (Giddens)
"essas internet, essas	Modernização	A modernidade é	Modernidade como

coisas" (G-E2); "agora tem tudo" (MT-E1)	tecnológica e material	associada ao acesso à tecnologia e à infraestrutura básica	progresso material (Touraine)
"as pessoas nem convivem mais" (MT-E2); "antigamente tinha mais respeito" (G-E1)	Fragilização dos vínculos sociais	O presente é percebido como tempo de perda moral e relacional	Erosão dos laços sociais na modernidade líquida (Bauman)
"violência, droga" (MT-E3; MT-E7)	Insegurança social	A mudança social é associada ao aumento da violência e do medo	Sociedade do risco e insegurança (Beck; Bauman)

As falas dos entrevistados revelam uma tensão entre o reconhecimento das mudanças materiais e tecnológicas e a sensação de perda de pertencimento social e simbólico. As pessoas idosas percebem avanços objetivos, como acesso à luz elétrica, bens de consumo e aposentadoria, mas simultaneamente expressam nostalgia, isolamento, insegurança e descrença nas instituições. A percepção de mudança vem acompanhada de sentimentos de medo, isolamento e desconfiança em relação ao poder público, revelando uma exclusão multidimensional: econômica, relacional e simbólica.

Essa ambiguidade demonstra que o envelhecimento na sociedade atual é caracterizado por um processo de modernização excludente, no qual os benefícios do progresso não se traduzem em inclusão social, segurança ou valorização da experiência da velhice. Para Santos (2002), vivemos um tempo de desassossego, em que ordem e desordem se entrelaçam, revelando a insuficiência dos mapas tradicionais para orientar a experiência social. Essa sensação de incerteza aparece nas falas dos idosos como medo, insegurança e descrédito institucional.

Segundo Santos (2002), a sociedade contemporânea é caracterizada por uma experiência paradoxal, que articula simultaneamente excessos de determinismo e de indeterminismo. O primeiro manifesta-se na aceleração da rotina e na repetição constante, enquanto o segundo se revela na instabilidade e na iminência de rupturas e catástrofes, tanto pessoais quanto coletivas.

As percepções dos entrevistados confirmam o paradoxo descrito por Santos (2002). De um lado, a rotina caracterizada por avanços tecnológicos e materiais demonstra o excesso de determinismo, expresso na aceleração das mudanças e na repetição de exigências sociais que os idosos sentem não conseguir acompanhar. De outro, a instabilidade e o medo do futuro, manifestados nos relatos sobre a violência, a solidão e a descrença nas instituições, refletem o excesso de indeterminismo, associado à imprevisibilidade e às rupturas constantes da vida

contemporânea. Como observa o autor, “a coexistência destes excessos confere ao nosso tempo um perfil especial, o tempo caótico onde ordem e desordem se misturam em combinações turbulentas” (Santos, 2002, p. 41). Assim, a vivência das pessoas idosas traduz na prática esse “tempo caótico”, no qual progresso e exclusão caminham lado a lado, reforçando sua condição de vulnerabilidade social e simbólica.

Além da percepção sobre as mudanças materiais, os depoimentos também revelam o sentimento de individualismo que atravessa a experiência contemporânea. As pessoas idosas relatam a perda da convivência comunitária e do respeito intergeracional, apontando para um cotidiano marcado pela solidão e pelo isolamento. Bauman (2001), em Modernidade Líquida, desenvolve uma análise crítica sobre a contemporaneidade, utilizando a metáfora da liquidez para caracterizar a fluidez das relações humanas e a instabilidade das instituições sociais. O autor retoma a célebre expressão de Marx ```derreter os sólidos´´´, presente no *Manifesto Comunista*, que expressava a necessidade de romper com estruturas tradicionais rígidas para permitir o surgimento de “novos e aperfeiçoados sólidos”. Como explica Bauman (2001, p. 8):

> Essa intenção clamava, por sua vez, pela ‘profanação do sagrado’: pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da ‘tradição’ — isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à ‘liquefação’.

A metáfora da liquidez expressa, portanto, a condição de uma modernidade em que tudo se transforma rapidamente e nada parece permanecer estável. Essa fluidez, que inicialmente poderia representar liberdade e progresso, acaba por fragilizar os vínculos coletivos, dissolvendo laços de solidariedade e pertencimento. Entre os idosos entrevistados, essa dinâmica aparece na percepção de que “as pessoas não convivem mais” e “não têm mais respeito”, revelando que a individualização e a perda de coesão social geram sentimentos de desamparo e solidão, especialmente entre aqueles que vivenciaram tempos em que o comunitário tinha maior centralidade.

Diante das céleres mudanças associadas à modernidade, o processo de individualização apresenta-se como uma fatalidade e não como um comportamento consciente, sujeito à liberdade de escolha. Nesse cenário, os indivíduos são compelidos a assumirem sozinhos a responsabilidade por riscos e fracassos que são, na realidade, socialmente produzidos. Conforme expõe Bauman (2001, p. 34):

> E, no entanto, se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriosos para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi

> porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho, ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da autoexpressão e da impressão que causam.

A partir dessa análise, Bauman (2001) denuncia o deslocamento das contradições sociais para o âmbito individual, responsabilizando cada pessoa por problemas estruturais que escapam ao seu controle. Esse processo gera sentimento de culpa e impotência, ao mesmo tempo em que dissolve o senso de coletividade e enfraquece a solidariedade social. No contexto do envelhecimento, contribui para o sentimento de desvalorização relatado pelos idosos, que se percebem como únicos responsáveis por lidar com as adversidades impostas por uma sociedade que valoriza a autonomia, mas pouco oferece em termos de suporte social e institucional, principalmente em comunidade como a estudada.

O sentimento de insegurança também aparece nas falas dos entrevistados, especialmente ao ressaltarem a violência urbana e o medo do presente. Essa percepção reforça a experiência de confinamento simbólico vivida pelos idosos, que passam a restringir sua circulação e participação nos espaços públicos, movidos pela sensação de vulnerabilidade. De acordo com Wacquant (2008), a insegurança e o medo são elementos estruturantes da marginalidade contemporânea, funcionando como mecanismos de contenção.

As falas dos entrevistados sobre o aumento da violência, o medo e a sensação de insegurança refletem um processo social mais amplo descrito por Wacquant (2001). Para o autor, as sociedades modernas, que após o pós-guerra se imaginavam pacificadas e igualitárias, viram ressurgir, nas últimas décadas, novas formas de pobreza e marginalidade urbana. Essa "violência vinda de baixo", marcada por tensões étnicas, desigualdades e exclusão territorial, expressa a incapacidade do Estado de garantir integração social e proteção às populações vulneráveis. Assim, os medos cotidianos relatados pelos idosos, como o receio de sair às ruas e a percepção de insegurança, evidenciam a marginalidade avançada de que fala o autor, em que a segregação espacial e o estigma social se combinam para produzir exclusão e isolamento nas periferias urbanas contemporâneas.

Em uma das falas, observa-se a preocupação de um dos entrevistados com o uso e o tráfico de drogas, explicitando que "antigamente, não tinha isso". Essa percepção de que o problema das drogas é um fenômeno recente demonstra certa nostalgia por um passado mais seguro, assim como as transformações da modernidade, especialmente sob o sistema capitalista, que ampliaram as desigualdades e desorganizaram os meios sociais nas periferias.

De acordo com Wacquant (2001), o aumento da violência e do tráfico nas áreas empobrecidas não deve ser compreendido como falha individual ou moral, mas como resultado estrutural daquilo que denomina marginalidade avançada, isto é, uma nova forma de exclusão social produzida pela retração do Estado e pela concentração da pobreza em espaços urbanos segregados.

Assim, a fala da pessoa idosa reflete, em nível local, o impacto das contradições estruturais da modernidade, nas quais o medo, a violência e o isolamento emergem como manifestações da exclusão social e da vulnerabilidade urbana em meio a uma sociedade: "na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se condição *sine qua non* da dignidade social - um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos." (Wacquant, 2001, p. 33)

Embora alguns entrevistados tenham manifestado o reconhecimento de transformações materiais ao longo do tempo, outros afirmam que "mudou muito pouco" ou "não mudou quase nada". É inconcebível negar a transformação social nos últimos anos, no entanto, a sociedade ainda não mudou para todos. Algumas pessoas idosas evidenciam um processo de naturalização da precariedade, no qual a desigualdade deixa de ser percebida como injustiça e passa a ser vivida como continuidade "normal" da vida. Sawaia (2008) demonstra que a exclusão não significa ausência de laço social, mas uma forma de inclusão perversa, na qual o sujeito é integrado ao mesmo "nós" que o rejeita, sendo levado a atribuir a si mesmo a culpa pela própria condição. Essa dialética entre inclusão e exclusão produz subjetividades caracterizada pela resignação, pela aceitação da pobreza como destino e pela internalização da desigualdade como algo inevitável.

Assim, a aparente negação das mudanças não expressa somente a falta de consciência acerca da própria situação, mas também o efeito simbólico da exclusão historicamente estruturada, que produz conformidade afetiva e revolta com a própria subalternização: dessa forma Sawaia (2008, p. 09) define:

> A dialética inclusão/exclusão gesta dubjetividades especificas que vao desde o sentir se incluído até o sentir se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades nao podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas sao determinam e nao determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

A fala do participante que reconhece avanços, mas critica "essas políticas", demonstra a percepção de que o progresso material não se converteu em proteção social. Essa

descrença nas instituições reflete um fenômeno descrito por Bauman (2001), segundo o qual o Estado moderno deixa de atuar como garantidor coletivo e transfere aos indivíduos a responsabilidade por problemas que são estruturais, aumentando assim a individualização, que se apresenta como algo forçoso perante a desestruturação das instituições.

> Quando a política pública abandona suas funções e a 'política-vida' assume, os problemas enfrentados pelos indivíduos de jure em seus esforços para se tornarem indivíduos de facto passam a ser não-aditivos e não-cumulativos, destituindo assim a esfera pública de toda substância que não seja a do lugar em que as aflições individuais são confessadas e expostas publicamente (Bauman, 2001, p.51).

Dessa forma, a crítica da pessoa idosa, participante da pesquisa, não se dirige apenas às políticas públicas em si, mas expressa o sentimento de abandono derivado da fragilização do Estado social, que converte direitos coletivos em responsabilidades privadas e transforma a exclusão em experiência individualizada, silenciosa e culpabilizada.

6.1.2 Ambivalência da modernidade na velhice – entre o progresso material e a perda moral

A análise das transformações sociais vivenciadas pelas pessoas idosas permite compreender como os processos da modernidade e da contemporaneidade são percebidos no cotidiano daqueles que acompanharam diferentes períodos históricos. Nesse contexto, buscou-se investigar de que forma os participantes da pesquisa avaliam os impactos dessas mudanças em suas trajetórias de vida, especialmente no que se refere às dimensões materiais, sociais e morais que estruturam suas experiências.

A pergunta "*Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma?"* possibilitou identificar as interpretações dos entrevistados acerca das consequências das transformações sociais, revelando percepções que expressam tanto reconhecimento de avanços quanto sentimentos de perda e fragilidade nas relações sociais. As narrativas evidenciam uma experiência marcada por ambivalência: por um lado, os participantes reconhecem melhorias associadas ao progresso tecnológico, ao acesso a serviços e às facilidades da vida contemporânea; por outro, manifestam preocupações relacionadas ao enfraquecimento dos vínculos comunitários, às mudanças nos valores sociais e às dificuldades de adaptação às novas dinâmicas sociais.

A partir da Análise Textual Discursiva, as falas foram organizadas em unidades de sentido que permitem compreender como os sujeitos interpretam essa dualidade entre progresso e perda no contexto da modernidade. O Quadro 4 apresenta a sistematização dessas

unidades analíticas, evidenciando as principais percepções dos participantes sobre os efeitos das mudanças sociais em suas vidas e destacando a ambivalência presente nas experiências de envelhecimento na contemporaneidade.

Quadro 4- Análise Textual Discursiva referente a pergunta 2 - *Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma**?***

Unidades de sentido (com códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**	**Base Teórica / Interpretação Teórica**
"ajudaram… agora tem água e luz" (MT-E1); "ajudaram bastante" (MT-E9); "é tudo mais fácil" (G-E2) "fácil, eu acho" (G – E4)	Facilitação da vida cotidiana	As mudanças são associadas à melhoria das condições materiais e do cotidiano	Ganhos instrumentais da modernidade (Giddens)	**Giddens (1991)** – modernidade reflexiva e emancipação pelo progresso; **Beck (1992)** – sociedade do risco e busca por segurança; **Halbwachs (1990)** – memória coletiva e reconstrução do tempo vivido; **Elias (1994)** – percepção histórica das mudanças e processo civilizador.
"atrapalharam, é muita maldade" (MT-E2); "atrapalhou" (MT-E3); "atrapalhou umas coisas" (G-E7)	Perdas sociais e simbólicas	A modernidade é percebida como produtora de conflitos e insegurança	Ambivalência da modernidade (Bauman)	OMS (2002) – envelhecimento ativo; Debert (1999) – velhice como tempo de reconfiguração de papéis sociais.

A análise revela duas perspectivas predominantes: a) Modernidade como progresso e bem-estar, com discursos de satisfação e valorização das transformações; b) Modernidade como perda e insegurança moral, expressando medo e nostalgia. Assim, pode-se observar que os discursos das pessoas idosas revelam uma ambivalência na percepção da Modernidade, vivida simultaneamente como progresso libertador e ameaça desagregadora. Ou seja, de um lado, há o reconhecimento das conquistas materiais, tecnológicas e sociais — como luz elétrica, água, comunicação e autonomia — que promovem conforto e segurança, sendo vistas

como frutos de um processo civilizatório positivo. Por outro lado, as mesmas transformações são sentidas como ruptura moral, perda de valores e distanciamento humano, gerando sentimentos de saudade, medo e desconfiança diante de um mundo acelerado e incerto.

Essa tensão revela que o envelhecer contemporâneo é um processo reflexivo e contraditório, no qual a memória coletiva (Halbwachs, 1990; Bosi, 1994) ressignifica o passado idealizado em contraste com a modernidade líquida (Bauman, 2001), marcada por incertezas e fragilização dos laços sociais. A velhice se torna, assim, um espaço simbólico de disputa entre tradição e mudança, entre pertencimento e exclusão.

Diante das análises das respostas dos entrevistados, nesta categoria, constata-se que, para uma parte dos entrevistados, as transformações ocorridas ao longo do tempo são associadas a um sentimento de progresso material. Quando afirmam que hoje "tem luz, água encanada, maquinário", as pessoas idosas constroem uma memória comparativa entre o passado de escassez e o presente de abundância, reforçando uma narrativa de gratidão e reconhecimento das conquistas sociais e tecnológicas.

Essa maneira de significar a mudança remete ao que Giddens (1991) descreve como característica da modernidade reflexiva: um processo em que a vida social é reorganizada à luz de novos padrões de conforto, segurança e previsibilidade, produzindo a sensação de emancipação frente às limitações do passado. Do mesmo modo, Halbwachs (1990) lembra que a memória coletiva reconstrói o passado sempre em relação ao presente — assim, o antes sem nada só se torna significativo porque o agora permite experimentá-lo como superação.

Além da percepção de melhora material, alguns associam a tecnologia à ampliação da autonomia na velhice, relatando que agora podem ligar para pedir ajuda quando adoecem, o que demonstra que os aparelhos eletrônicos e a internet têm feito cada vez mais parte do cotidiano da sociedade, ocasionando uma maior necessidade do uso. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o percentual de pessoas com 60 anos ou mais que utilizaram a internet saltou de 24,7% em 2016 para 66,0% em 2023, um aumento de 21,2 pontos percentuais entre 2019 e 2023. O uso de celular ou internet propicia maior autonomia para que os idosos, principalmente, aqueles que vivem sozinhos consigam gerenciar suas próprias vidas o que vai de encontro com a denominação de envelhecimento ativo, proposto pela Organização Mundial da Saúde, que define o processo como a ampliação das oportunidades de saúde, participação e segurança ao longo da velhice, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida (OMS, 2022).

No entanto, os mesmos avanços que suscitam reconhecimento também despertam percepções negativas, expressas nas falas que afirmam que "as mudanças atrapalharam", pois

trouxeram “muita maldade” e “coisas que antes não existiam”. Nesses discursos, a modernidade deixa de ser lida como progresso e passa a ser percebida como ameaça moral, desestabilizada pela fragilidade dos vínculos sociais e pelo aumento da insegurança. Essa desconfiança corrobora com a modernidade líquida de Bauman (2001), um tempo de relações frágeis e instabilidade emocional, em que a aceleração da vida ocasiona o aumento da individualidade, precariedade, instabilidade, vulnerabilidade.

A idealização de um passado mais humano e respeitoso demonstra, como afirma Bosi (1994), o uso da memória como refúgio identitário, onde o tempo antigo funciona como metáfora de estabilidade diante de um presente percebido como caótico. Ao mesmo tempo, a permanência de disposições interiorizadas e percepções baseadas em suas experiências passadas, aquilo que Bourdieu (2007) chama de *habitus*, contribui para a resistência cultural ao novo, porque o corpo social continua organizado por esquemas aprendidos em um mundo que já não existe.

Para Bauman (2001), a nostalgia por um passado estável está diretamente relacionada à instabilidade que marca a modernidade líquida, caracterizada por mudanças rápidas, insegurança cotidiana e avanços tecnológicos que desorganizam referências antes sólidas. Em suas palavras, “[...] quão frágeis e incertas se tornaram as vidas daqueles já dispensáveis, como resultado de sua dispensabilidade, não é muito difícil de imaginar” (Bauman, 2001, p. 5). Assim, a saudade do passado não indica apenas apego ao que foi vivido, mas expressão subjetiva de um processo social no qual o presente se torna indomável e o futuro, imprevisível.

De forma geral, os depoimentos demonstram que a experiência da velhice na contemporaneidade é caracterizada por uma ambivalência estruturante: as mesmas transformações que ampliaram o conforto material e a autonomia, como acesso à água, energia elétrica, telefonia e tecnologia, também produziram sensação de perda moral, fragilização dos vínculos e desconfiança em relação ao presente. A modernidade, portanto, é vivida pelos idosos tanto como conquista civilizatória quanto como perturbação afetiva e simbólica.

6.1.3 Vivências plurais da modernidade: entre a adaptação, a exclusão e a neutralidade

A categoria integradora “Vivências plurais da modernidade: entre a adaptação, a exclusão e a neutralidade” reflete a heterogeneidade da experiência do envelhecer na contemporaneidade. As pessoas idosas não vivenciam a modernidade de maneira homogênea;

ao contrário, suas percepções variam conforme trajetórias biográficas, capitais culturais e experiências de pertencimento social.

O envelhecimento aparece, assim, como um campo de negociação entre continuidade e mudança, entre inclusão e marginalização, revelando que as transformações tecnológicas e sociais alteram a vida cotidiana e também redefinem identidades, vínculos e sentidos de existência. Enquanto alguns demonstram integração e autonomia, outros manifestam dificuldade de acesso ou sentimento de afastamento, compondo um quadro plural e multifacetado do envelhecer na modernidade**.**

Quadro 5 – Análise Textual Discursiva referente a pergunta 3 - *O(a) senhor(a) sente que ficou para trás com essas mudanças? Por quê?*

Unidades de sentido (com códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"não uso nada" (G-E1; G-E7); "não entendo nada dessas coisas" (G-E4; MT-E4)	Exclusão digital	As tecnologias produzem afastamento e sensação de atraso	Exclusão digital como exclusão social (Castel)
"acompanhei tudo" (MT-E1); "uso o celular" (G-E3); "acompanho" (G-E10)"tenho que pedir ajuda" (G-E7)	**Adaptação e protagonismo frente às mudanças**	As falas expressam envolvimento e disposição para acompanhar as transformações tecnológicas e sociais, evidenciando sentimento de competência, pertencimento e autonomia. As pessoas idosas se reconhecem como participantes ativas do tempo presente, reconstruindo seus papeis e saberes.	GIDDENS (1991) – modernidade reflexiva e reconstrução identitária diante das transformações; DEBERT (1999) – envelhecimento ativo e reconfiguração dos papéis sociais na velhice.
"acho que não fiquei" (MT-E8; G-E9) "*Não sei." (E5); "Acho que não." (E8); "Pra trás não." (E9); "Não." (E6)*	**Neutralidade e aceitação do presente**	Apontam uma postura de equilíbrio e aceitação, sem entusiasmo nem rejeição às mudanças. Revelam um modo de conviver com as transformações de	BECK (1992) – sociedade de risco e adaptação às transformações cotidianas; DEBERT (1999) – diversidade das experiências do

		forma serena, naturalizando o avanço social e tecnológico como parte da vida.	envelhecer e integração subjetiva ao tempo presente.

Observa-se que alguns entrevistados assumem uma postura de engajamento e aprendizagem contínua, sentindo-se capazes de acompanhar o ritmo das mudanças. Essa atitude indica autonomia, curiosidade e senso de pertencimento, revelando que o envelhecimento pode ser vivido de forma reflexiva e ativa. Conforme Giddens (1991), essa reflexividade é característica da modernidade, na qual o sujeito se reinventa diante das transformações. Para Debert (1999), trata-se de um envelhecimento que se reconstrói por meio da participação social e da reconfiguração dos papéis identitários.

Outras falas evidenciam dificuldade de acompanhar as mudanças, associadas à exclusão digital e à desigualdade no acesso à informação. A modernidade, nesse caso, é vivida como velocidade excessiva e perda de referências, gerando sentimentos de incapacidade e afastamento simbólico. Essa vivência remete à modernidade líquida de Bauman (2001), em que tudo se transforma rapidamente, provocando insegurança e incerteza. Em diálogo com Castel (1998), evidencia-se a desigualdade estrutural na *sociedade em rede*, que produz novas formas de exclusão e isolamento.

Um terceiro grupo de falas demonstra atitude de aceitação serena das transformações, sem entusiasmo nem rejeição. Essa neutralidade pode ser entendida como uma forma de adaptação prática, em que as mudanças são reconhecidas, mas não mobilizam fortes reações afetivas. Essa postura se aproxima da perspectiva de Beck (1992) sobre a "sociedade de risco", na qual o sujeito aprende a conviver com a incerteza cotidiana, e também da leitura de Debert (1999), que reconhece a diversidade das formas de envelhecer, em contextos distintos de inserção social, cultural e tecnológica.

Os resultados dessa categoria demonstram que a relação das pessoas idosas com as transformações contemporâneas não é homogênea, sendo caracterizada por experiências plurais de adaptação, exclusão e neutralidade. Entre os entrevistados, um primeiro grupo afirma ter acompanhado as mudanças, demonstrando autonomia, engajamento e sentimento de pertencimento ao tempo presente. Ao dizerem "acompanhei tudo" ou "tô acompanhando", esses sujeitos mostram-se capazes de reorganizar seus papéis sociais, assumindo uma postura ativa diante da modernidade. Giddens (1991) denomina a modernidade como reflexiva, pela condição consciente dos indivíduos, perante as rápidas mudanças. Nesta modernidade a

identidade dos indivíduos é influenciada pela constante necessidade de adaptação “A construção do eu como um projeto reflexivo, uma parte elementar da reflexividade da modernidade; um indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos” (Giddens. 1991, p. 111).

Em direção oposta, um segundo grupo expressa dificuldades em acompanhar as mudanças, associando-as à aceleração tecnológica e à sensação de defasagem, como nas falas “não entendo nada” ou “tá muito avançada”. Aqui, a modernidade é experimentada como descompasso, produzindo sentimentos de exclusão e insegurança. De acordo com Bauman (2001), a modernidade gera sentimentos de vulnerabilidade e instabilidade, frente ao ritmo das transformações que ultrapassam a capacidade de acompanhamento de parte da população

Há ainda um terceiro grupo que não se sente propriamente inserido nem excluído, expressando respostas neutras, como “não sei” ou “acho que não”. Trata-se de uma postura de aceitação prática, em que o avanço tecnológico é reconhecido, mas não assume centralidade afetiva ou simbólica na experiência cotidiana. Beck (1992) descreve essa postura como adaptação à sociedade de risco, na qual o indivíduo aprende a conviver com a incerteza sem necessariamente transformá-la em angústia.

A análise demonstra que a modernidade atua de forma heterogênea sobre os sujeitos idosos. As transformações sociais se manifestam de maneiras múltiplas, gerando, simultaneamente, possibilidades de autonomia e reinvenção, e sentimentos de inadequação, exclusão ou indiferença. Nesse contexto, a velhice emerge como um campo plural, marcado por diferentes formas de pertencimento e marginalização frente ao tempo presente. Mais do que medir o grau de acompanhamento, os discursos mostram que o envelhecer na contemporaneidade é um processo individual, situado entre as trajetórias vividas e as condições concretas de acesso aos recursos sociais, tecnológicos e simbólicos.

6.1.4 Condições de vida na velhice: entre o bem-estar conquistado e a persistência das desigualdades.

Essa categoria revela que o envelhecer contemporâneo é atravessado por contradições estruturais. De um lado, há o reconhecimento de conquistas civilizatórias — o acesso a direitos, tecnologias e políticas públicas — que conferem dignidade e conforto às pessoas idosas. De outro, persiste um cenário de desigualdade social, exclusão econômica e vulnerabilidade, que impede que tais avanços se tornem universais. Assim, o envelhecimento

é vivido entre o progresso e a carência, entre a cidadania conquistada e a injustiça que persiste, refletindo as tensões de uma sociedade que ainda não conseguiu garantir plenamente o direito a envelhecer com igualdade, autonomia e respeito.

Quadro 6 – Análise Textual Discursiva referente à pergunta 4 - *Acha que hoje em dia é mais difícil viver para as pessoas da sua idade? Por quê?*

Unidades de Sentido (Fragmentos dos discursos)	**Categorias Emergentes (agrupamentos de sentido)**	**Significados Construídos (análise interpretativa)**	**Base Teórica / Interpretação Teórica**
"*Não, pra mim tá igual, não acho diferença nenhuma. Até melhor, hoje tem de tudo." (E1); "Mais fácil de viver." (E3); "Mais fácil." (E5); "Olha, nessa idade é fácil." (E6); "É mais fácil." (E8); "Mais fácil." (E9); "Mais fácil." (E10)*	**Facilidade e satisfação com as condições atuais de vida**	Os entrevistados destacam o acesso a recursos, bens de consumo e políticas de proteção social como elementos que facilitam a vida atual. O envelhecimento é percebido de forma positiva, associada à melhoria de condições materiais e à ampliação de direitos sociais.	Giddens (1991) – modernidade reflexiva e ampliação das oportunidades; Debert (1999) – envelhecimento ativo e valorização das novas formas de viver a velhice; Kalache (2014) – envelhecimento ativo e inclusão social.
"De início nem tinha essa aposentadoria." (E2); "O cara não pode trabalhar mais, daí o dinheirinho que recebe do governo ajuda. Antes ninguém tinha e agora todo mundo tem." (E4)	**Reconhecimento das políticas públicas e da seguridade social**	As falas ressaltam a importância da aposentadoria e das políticas de transferência de renda como conquistas que garantem dignidade e estabilidade financeira. O envelhecer hoje é percebido como socialmente mais protegido.	Faleiros (2007) – cidadania social e direitos de bem-estar; Camarano (2019) – envelhecimento e proteção previdenciária; Pereira (2010) – seguridade social e inclusão cidadã da pessoa idosa.
"*Mais difícil, uns não conseguem emprego, não tem um auxílio de nada." (E7)*	**Desigualdade e vulnerabilidade na velhice**	A fala expressa a percepção de exclusão de parte da população idosa, especialmente os que não possuem renda ou oportunidades. Destaca-se a fragilidade das	Bauman (2001) – modernidade líquida e precarização das relações sociais; Bosi (1994) – memória e desigualdade geracional; Debert (1999) – heterogeneidade das experiências do envelhecimento.

		redes de proteção e a dificuldade de inserção laboral na velhice.	

Enquanto parte das pessoas idosas percebe o presente como tempo de conquistas e estabilidade, outra parcela vivencia a insegurança social e a exclusão, revelando que o envelhecimento, na contemporaneidade, é heterogêneo, socialmente condicionado e politicamente construído. Dessa forma, as respostas à pergunta revelam uma percepção predominantemente positiva da vida atual entre as pessoas idosas entrevistadas. A maioria considera que hoje é mais fácil viver, associando essa melhora ao acesso a bens, tecnologias e à proteção previdenciária. No entanto, há também uma percepção ambivalente sobre as condições de vida na velhice, marcada simultaneamente por sentimentos de satisfação e reconhecimento dos avanços sociais e por vivências de exclusão e vulnerabilidade persistentes. Essa ambiguidade traduz as tensões da sociedade contemporânea, em que o envelhecer é atravessado tanto por conquistas históricas quanto por desigualdades estruturais que permanecem.

Enquanto algumas pessoas idosas afirmam que “hoje é mais fácil viver”, associando a velhice à melhoria das condições materiais, outros apontam que “é mais difícil” para aqueles que não têm renda ou apoio social. A primeira perspectiva remete ao acesso a bens de consumo, tecnologias domésticas e políticas públicas, elementos percebidos como avanços civilizatórios que ampliaram o conforto, a autonomia e a dignidade na velhice. De acordo com Giddens (1991), em que pese a modernidade apresente um lado sombrio, em escala mundial, pode se afirmar que as oportunidades foram estendidas, ocasionando uma existência mais segura e gratificante.

Outro conjunto de falas reconhece a importância da aposentadoria, apontando que “antes ninguém tinha e agora todo mundo tem”. Essa percepção evidencia a centralidade da seguridade social na garantia de bem-estar na velhice, uma conquista histórica inscrita no campo dos direitos. Faleiros (2007) compreende a previdência como expressão da cidadania social, enquanto Camarano (2019) destaca que as políticas de proteção ao idoso não apenas asseguram renda, mas legitimam o lugar social da velhice como sujeito de direitos.

Um dos entrevistados afirma que “é mais difícil” viver na velhice porque “uns não conseguem emprego, não têm auxílio de nada”. A fala demonstra que, embora parte da população idosa vivencie proteção previdenciária e estabilidade financeira, outra parcela permanece à margem, submetida à ausência de renda, à desproteção estatal e à dificuldade de

reinserção no mercado de trabalho. Trata-se de um retrato da desigualdade estrutural que atravessa o processo de envelhecimento no Brasil.

Bauman (2001) observa que, na modernidade líquida, o desemprego não é mais uma anomalia temporária do sistema, mas uma condição estrutural decorrente da própria lógica produtiva. Os avanços tecnológicos, a automação e a flexibilização das relações de trabalho tornam grupos inteiros dispensáveis, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por sobreviver em um mercado que já não comporta todos. Nas palavras do autor: "Quão frágeis e incertas se tornaram as vidas daqueles já dispensáveis, como resultado de sua dispensabilidade não é muito difícil de imaginar" (Bauman, 2001, p. 151)

Nesse contexto, depreende-se que a seguridade social desempenha um papel importante na proteção da dignidade dessas pessoas idosas, ainda que em patamar mínimo, funcionando muitas vezes como único mecanismo que impede a completa ruptura dos laços sociais e a deterioração material da existência.

Quadro **7 –** Análise Textual Discursiva referente à pergunta 5 - *Como é a sua renda mensal? De onde ela vem (aposentadoria, ajuda de familiares, benefícios, outros)?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"aposentadoria" (MT-E2; MT-E3; MT-E4; MT-E6; MT-E8; G-E2; G-E5; G-E6; G-E7; G-E9); "BPC" (G-E4)	Dependência de proteção social	A renda provém majoritariamente do Estado	Proteção social na velhice (Camarano,2019)
"Bolsa Família" (MT-E5; G-E3); "auxílio" (MT-E7; MT-E9; G-E10)	Benefícios assistenciais	Vulnerabilidade econômica estrutural	Zona de vulnerabilidade (Castel,1998)
"trabalho/salário" (MT-E10; G-E1; G-E8)	Inserção laboral residual	Trabalho como necessidade	Precarização do trabalho tardio (Debert, 1999)

A análise das falas referentes à renda mensal evidencia que a subsistência das pessoas idosas entrevistadas está fortemente ancorada em mecanismos de proteção social estatal, revelando baixa autonomia econômica e reduzida inserção no mercado de trabalho formal. A recorrência de termos como "aposentadoria" e "BPC" indica que a principal fonte de renda provém de benefícios previdenciários ou assistenciais, o que demonstra que a manutenção das condições mínimas de vida depende majoritariamente da ação do Estado, e não de rendimentos acumulados ao longo da trajetória laboral ou de patrimônio próprio.

Essa centralidade da proteção social sugere que a velhice, no contexto investigado, não é marcada por estabilidade financeira, mas por uma dependência estrutural das políticas públicas. De acordo com Camarano (2019), a previdência social constitui o principal pilar de

sustentação da renda da população idosa brasileira, especialmente entre os grupos de menor renda, funcionando muitas vezes como o único recurso capaz de garantir a sobrevivência familiar. Assim, os benefícios não aparecem como complemento, mas como base exclusiva de subsistência.

Paralelamente, a presença de benefícios como Bolsa Família e outros auxílios assistenciais evidencia situações de maior fragilidade socioeconômica. Diferentemente da aposentadoria, esses programas estão vinculados a critérios de pobreza, revelando trajetórias marcadas por informalidade laboral, descontinuidade de vínculos formais e impossibilidade de contribuição previdenciária regular. Castel (1998) denomina esse fenômeno de zona de vulnerabilidade, caracterizada por inserções instáveis no trabalho e pela constante exposição ao risco de desfiliação social. Nessa condição, a renda não representa segurança, mas um equilíbrio precário, permanentemente dependente da manutenção de políticas assistenciais.

Por fim, as menções a "trabalho" ou "salário" indicam a necessidade de complementação da renda. O labor surge como recurso de última instância diante da insuficiência da proteção econômica. Segundo Debert (1999), o trabalho na velhice surge frequentemente como obrigação, e não escolha, subvertendo a ideia de que a atividade nessa fase seria sempre um sinal de envelhecimento ativo ou autonomia.

Consideradas em conjunto, as três categorias emergentes: proteção social, benefícios assistenciais e inserção laboral residual identificam-se um padrão de dependência econômica que evidencia a acumulação histórica de desvantagens sociais ao longo da vida. A velhice, nesse cenário, não cria a vulnerabilidade, mas a intensifica, tornando mais visíveis trajetórias caracterizadas pela informalidade, pela precarização do trabalho e pela ausência de direitos consolidados. Desse modo, a renda dos entrevistados demonstra a permanência em condições de vulnerabilidade estrutural.

Quadro 8 – Análise Textual Discursiva referente à pergunta 6: *O(a) senhor(a) sente que essa renda é suficiente para suas necessidades básicas?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"é pouca" (MT-E4; MT-E7; G-E2; G-E3; G-E7) "dá pra sobreviver" (MT-E7; G-E4; G-E5)	Insuficiência objetiva	Renda não garante dignidade	Precarização social
"gasto com remédios" (MT-E1); "descontos/ameaças" (MT-E6)	Vulnerabilidade financeira	Risco de exploração	Violência financeira

As falas relacionadas à suficiência da renda mostram que os recursos financeiros disponíveis se restringem, na maior parte dos casos, à cobertura de despesas imediatas, sem assegurar estabilidade ou segurança econômica. Expressões como "é pouca," "da pra sobreviver" apontam para a percepção de que o rendimento mensal não ultrapassa o nível mínimo de manutenção cotidiana, impossibilitando planejamento, conforto ou autonomia. A renda, nesse contexto, cumpre apenas a função de evitar privações mais severas, permanecendo distante de condições materiais associadas à dignidade social.

A insuficiência da renda é agravada pelo peso das despesas com saúde, especialmente medicamentos e tratamentos contínuos, que se tornam recorrentes na velhice. Conforme destacam Camarano e Pasinato (2004), os padrões de morbimortalidade da população idosa caracterizam-se pelo predomínio de enfermidades crônicas, implicando maior consumo de consultas, internações, exames e medicamentos. Tais demandas elevam os gastos privados com saúde e comprimem o orçamento doméstico, reduzindo ainda mais a capacidade de atendimento de outras necessidades básicas. Assim, a limitação financeira não decorre apenas do valor recebido, mas também do aumento estrutural das despesas associadas ao próprio processo de envelhecimento.

Quadro 9– Análise Textual Discursiva referente à pergunta 7 - *Como é o acesso à saúde por aqui? Consegue ir ao médico quando precisa?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"tem o postinho" (MT-E9; G-E1; G-E4; G-E9)	Cobertura formal do serviço	Presença institucional do SUS no território	Universalização do SUS (Paim; Silva, 2010)
"tem que madrugar/ficha" (MT-E7; MT-E8; G-E8); "pagar condução" (MT-E6)	Barreiras de acesso	Dificuldades práticas e custos indiretos limitam o cuidado	Acesso real ≠ cobertura formal (Travassos; Martins, 2004); desigualdade territorial (Rolnik)

Os depoimentos sobre o acesso à saúde apontam, inicialmente, para a presença institucional do serviço público no território. A menção recorrente ao "postinho" indica que há uma unidade básica de saúde disponível nos bairros. Conforme discutem Paim e Silva (2010), a construção do SUS representa a consolidação de um modelo de proteção social de caráter universal, no qual a oferta de serviços públicos deve alcançar toda a população,

independentemente de contribuição prévia ou vínculo empregatício. Nesse sentido, a simples presença da unidade básica expressa a garantia formal do direito à saúde.

Entretanto, a existência do serviço não assegura automaticamente seu uso efetivo. As referências à necessidade de madrugar para conseguir ficha, enfrentar filas ou arcar com custos de deslocamento apontam para obstáculos práticos que dificultam o atendimento, especialmente entre pessoas idosas. De acordo com Travassos e Martins (2004), fatores organizacionais, econômicos e sociais interferem diretamente na possibilidade concreta de utilização do sistema, produzindo desigualdades mesmo em contextos de oferta universal.

Dessa forma, o acesso à saúde nas localidades investigadas combina a presença institucional do serviço com barreiras cotidianas que limitam sua efetivação. O direito encontra-se garantido juridicamente, mas sua realização depende de condições materiais e operacionais que nem sempre estão asseguradas, mantendo os idosos hipossuficientes em situação de vulnerabilidade no exercício de um direito que não se concretiza plenamente.

Quadro 10 – Análise Textual Discursiva referente a pergunta 08 - *Tem acesso fácil a transporte, farmácias, mercados e outros serviços essenciais?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"não tem transporte" (G-E1; G-E3; G-E4; G-E5; G-E6; G-E7; G-E9); "tudo é longe" (MT-E7; MT-E8) "vou a pé/dependem" (MT-E1; MT-E4; G-E6)	Exclusão territorial	Distância, ausência de transporte e dependência limitam o acesso a serviços e reduzem a autonomia cotidiana	Segregação socioespacial

Os relatos sobre transporte e acesso a serviços cotidianos indicam que a organização espacial do território impõe obstáculos concretos à realização de atividades básicas. A ausência de transporte público regular, a distância entre a moradia e estabelecimentos como mercados, farmácias e outros equipamentos essenciais, bem como a necessidade de realizar deslocamentos a pé ou depender de terceiros, tornam tarefas simples mais demoradas e desgastantes. O acesso a bens indispensáveis, portanto, deixa de ser imediato e passa a exigir esforço físico, tempo disponível e apoio de outras pessoas.

Nessas circunstâncias, a distância opera como barreira material ao exercício de direitos cotidianos. Ainda que os serviços existam na cidade, sua localização distante limita a possibilidade de uso frequente, especialmente entre pessoas idosas, que podem apresentar restrições de mobilidade ou condições físicas mais frágeis. A necessidade de caminhar longas

distâncias ou depender de familiares e vizinhos para resolver demandas básicas evidencia a redução da independência cotidiana. A mobilidade restrita transforma situações rotineiras em dificuldades permanentes, produzindo dependência e ampliando a vulnerabilidade social.

Quadro 11– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 09 - *O(a) senhor(a) vive sozinho(a) ou com familiares? Como é essa convivência?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"sozinho/solito" (MT-E4; MT-E5; MT-E6; G-E4; G-E5; G-E7)	Solidão	Risco de isolamento	Envelhecimento e solidão
"com esposo(a)" (MT-E1; MT-E3; MT-E7; MT-E8; MT-E9; MT-E10; G-E1; G-E2; G-E8; G-E10)	Rede familiar	Família como proteção	Centralidade da família (Sarti, 1994)

Os relatos sobre a composição do domicílio indicam diferentes formas de organização da vida cotidiana na velhice, variando entre situações de moradia solitária e convivência com cônjuges ou familiares. Entre aqueles que vivem sozinhos, a ausência de companhia permanente implica a necessidade de administrar, individualmente, tarefas domésticas, cuidados pessoais e demandas cotidianas, sem suporte imediato. A moradia unipessoal, nesse contexto, associa-se a uma maior exposição ao isolamento social, sobretudo quando somada a limitações de mobilidade, renda restrita ou dificuldades de acesso a serviços.

Por outro lado, a convivência com esposo(a) ou familiares aparece como importante fonte de apoio financeiro e emocional. A presença de outras pessoas no domicílio favorece a partilha de responsabilidades, o auxílio em atividades diárias e a manutenção de vínculos afetivos. Para Sarti (1994), a família não se reduz ao núcleo doméstico, constituindo-se como rede que ultrapassa a casa e se organiza por obrigações morais e expectativas de retribuição. Nesse universo, a família tende a se associar àqueles com quem se pode contar, isto é, às relações nas quais se mantém o circuito de dar, receber e retribuir, sustentando apoio e proteção no cotidiano.

Quadro 12– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 10 - *O(a) senhor(a) sente que é respeitado e valorizado na comunidade onde vive?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"me tratam bem" (MT-E1…E10; G-E1…E10)	Reconhecimento local	Pertencimento territorial	Reconhecimento social (Honneth, 2003)

As respostas que indicam que os entrevistados se sentem "bem tratados" demonstram experiências de reconhecimento, fundamentadas na forma como são percebidos e acolhidos em seus espaços de circulação. Honneth (2003) afirma que o sentimento de valorização sustenta a possibilidade de uma relação positiva consigo mesmo. Ainda que expressa de forma simples nas falas, essa percepção cumpre um papel relevante para a estima social dos entrevistados que, apesar das dificuldades, se sentem acolhidos pela comunidade em que convivem.

Quadro 13– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 11 - *Já se sentiu excluído(a) por ser idoso(a)? Pode contar um exemplo?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"não" (MT-E1; MT-E2; MT-E3; MT-E5; MT-E6; MT-E7; MT-E8; MT-E9; MT-E10; G-E1; G-E2; G-E3; G-E5; G-E6; G-E7; G-E8; G-E9; G-E10)	Invisibilização	Exclusão não nomeada	Exclusão naturalizada (Castel)
"às vezes" (MT-E4; G-E4)	Exclusão episódica	Violências pontuais	Idadismo velado

A maioria dos entrevistados afirmou não se sentir excluído pelo fato de serem idosos, no entanto, a predominância de respostas negativas não significa que os atores não sofram exclusão, mas sim que a exclusão, quando presente, não é vivenciada de forma explícita, mas incorporada ao cotidiano, dificultando sua identificação enquanto experiência socialmente desigual. Conforme Castel (1998), a exclusão não se apresenta, necessariamente, como uma ruptura explícita ou um acontecimento identificável, mas como resultado de processos graduais de enfraquecimento dos vínculos sociais, que tendem a ser vividos como parte normal da vida cotidiana.

Nesse sentido, a exclusão pode não ser reconhecida pelos próprios sujeitos como tal, justamente por se expressar de maneira difusa e incorporada às relações ordinárias, sem assumir a forma de um conflito aberto ou de uma negação direta de direitos. As respostas que indicam exclusão “às vezes” reforçam essa interpretação, pois apontam para experiências de desvalorização associadas à idade.

Quadro 14– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 12 – *Acha que tem menos oportunidades ou acesso a direitos por causa da idade?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
“não acho” (MT-E1; MT-E2; MT-E3; MT-E6; MT-E8; MT-E9; MT-E10; G-E1; G-E2; G-E3; G-E4; G-E5; G-E6; G-E8; G-E9; G-E10)	Não percepção de restrição de direitos por idade	A idade não é reconhecida como fator de desigualdade no acesso a direitos	A não identificação de perdas de direitos indica que desigualdades associadas à idade podem operar de forma pouco visível, incorporadas ao cotidiano
“é difícil/acho que sim” (MT-E4; MT-E5; MT-E7; G-E7)	Percepção de barreiras associadas à idade	A idade é percebida como fator que dificulta o acesso a oportunidades e serviços	As falas apontam para experiências concretas de limitação, ainda que nem sempre nomeadas como discriminação

A maioria dos entrevistados afirmou não perceber a idade como um fator que limite o acesso a direitos ou oportunidades. Essa predominância de respostas negativas não indica, necessariamente, ausência de desigualdades, mas sugere que eventuais restrições associadas ao envelhecimento não são facilmente reconhecidas ou nomeadas pelos próprios idosos, estando incorporadas às rotinas e experiências cotidianas. De acordo com Castel (1998), nos processos contemporâneos de vulnerabilidade social, a exclusão pode operar de forma difusa e progressiva, sem romper totalmente os vínculos sociais, o que dificulta seu reconhecimento pelos próprios sujeitos.

Por outro lado, um grupo menor de participantes relatou dificuldades atribuídas à idade, associando-a à redução de oportunidades e ao acesso mais restrito a determinados serviços. Essas falas demonstram a coexistência de percepções distintas sobre o impacto da idade, oscilando entre a normalização das condições vividas e a identificação de barreiras, ainda que nem sempre interpretadas como discriminação explícita. À luz do conceito de idadismo proposto pela Organização Mundial da Saúde (2021), essas experiências podem ser compreendidas como expressões de discriminações baseadas na idade que operam de forma

sutil ou institucionalizada, manifestando-se em ações diretas e também em práticas, normas e rotinas que limitam o acesso a direitos e serviços por esta parcela da população.

Quadro 15– Análise Textual Discursiva referente a pergunta 13 – *Como o(a) senhor(a) percebe as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações? Se sente compreendido(a) por elas?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"agem mal/drogas/brigas" (MT-E1; MT-E7; MT-E8)	Ruptura geracional	Leitura negativa das mudanças culturais e morais atribuídas às novas gerações	Distanciamento simbólico entre gerações
"tratam bem/normal" (MT-E4; MT-E5; MT-E6; MT-E9; MT-E10; G-E1…E10)	Convivência adaptativa	Normalização da convivência cotidiana, sem conflito explícito	Ajustamento social

As respostas à pergunta sobre as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações evidenciam percepções ambivalentes entre os participantes. De um lado, parte dos entrevistados associa as transformações geracionais a comportamentos considerados negativos, como violência, uso de drogas e falta de limites, indicando um distanciamento em relação às referências morais e culturais atribuídas aos mais jovens. Essas falas expressam uma leitura crítica das mudanças sociais, na qual o passado é frequentemente tomado como parâmetro de comparação.

Por outro lado, a maioria dos participantes afirma manter uma convivência considerada normal ou respeitosa com as novas gerações, sem relatar conflitos diretos ou experiências de incompreensão no cotidiano. Essa postura demonstra um ajustamento social pragmático no qual, apesar das críticas aos comportamentos juvenis, a relação intergeracional se sustenta na adaptação mútua e na ausência de confrontos explícitos. Assim, as percepções sobre as novas gerações não se traduzem necessariamente em rupturas relacionais, mas coexistem com formas de convivência funcional.

Quadro 16– Análise Textual Discursiva referente a pergunta - *14 Quais são as maiores dificuldades que enfrenta hoje em dia?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"saúde/doença" (MT-E2; MT-E4; MT-E6; MT-E7; MT-E8; G-E4; G-E5; G-E6)	Centralidade do corpo	Corpo limita autonomia	Envelhecimento funcional e vulnerabilidade social
"não posso caminhar"	Mobilidade reduzida	Corpo + território	Restrição de

(MT-E1; G-E5)		excluem	mobilidade e dependência cotidiana

As dificuldades relacionadas à saúde e à mobilidade, recorrentes nas falas dos participantes, podem ser compreendidas à luz das transformações biológicas próprias do envelhecimento do sistema locomotor. Conforme descreve Rossi (2022), o envelhecimento não se configura como um processo linear ou estritamente patológico, mas como um continuum marcado pela redução progressiva da reserva orgânica, pela diminuição da massa muscular e pela perda gradual da capacidade funcional, especialmente nos membros inferiores, comprometendo a marcha e a autonomia.

No entanto, o autor ressalta que tais alterações não são homogêneas nem inevitavelmente incapacitantes, sendo fortemente moduladas pelas condições de vida acumuladas ao longo do tempo. Nesse sentido, fatores como sedentarismo, alimentação inadequada, baixa ingestão proteica e menor exposição solar, frequentemente associados a trajetórias marcadas por restrições socioeconômicas, tendem a agravar perdas musculoesqueléticas na velhice. Assim, as limitações corporais observadas entre os entrevistados não podem ser atribuídas apenas ao envelhecimento biológico, mas devem ser compreendidas como expressão de um envelhecer atravessado por desigualdades estruturais, que incidem sobre o corpo e restringem a autonomia no cotidiano.

Quadro 17– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 15 - *O(A) senhor(a) acredita que os(a) idosos(a) são esquecidos(as) pelas autoridades e pelo governo? Por que?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
“esquecidos/mixaria” (MT-E2; MT-E4; MT-E5; MT-E7; MT-E8; G-E2; G-E4; G-E6; G-E8)	Negligência estatal	Percepção de abandono e insuficiência das ações públicas	Fragilidade da proteção socia
“não somos” (MT-E1; MT-E3; MT-E6; G-E1; G-E3; G-E9; G-E10)	Gratidão defensiva	Benefício mínimos legitima Estado	Cidadania regulada

As respostas evidenciam percepções distintas sobre a atuação do Estado em relação à população idosa. Parte significativa dos entrevistados expressa a sensação de esquecimento e abandono por parte das autoridades, associando as políticas públicas a benefícios considerados insuficientes para garantir condições dignas de vida. Essas falas demonstram a fragilidade da proteção social destinada aos idosos, especialmente quando confrontada com as necessidades concretas do cotidiano.

Em contrapartida, o grupo que manifesta gratidão ilustra o fenômeno da cidadania regulada, conceito formulado por Santos (1979), que afirma que a cidadania não é compreendida como um direito universal, mas como um privilégio outorgado pelo Estado àqueles inseridos no sistema produtivo ou previdenciário. Assim, a interpretação desses benefícios mínimos demonstra a eficácia da legitimação simbólica do Estado: ao converter direitos em concessões, o sistema promove uma aceitação resignada, em que o reconhecimento institucional, por mais precário que seja, é internalizado como um gesto de benevolência e não como uma obrigação constitucional.

Quadro 18– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 16 - *Já sentiu que sua voz não é ouvida quando tenta expressar uma necessidade ou problema?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Unidades de sentido (códigos)**
"sim/não me ouvem" (MT-E4; MT-E6; MT-E7; MT-E8)	Invisibilidade	Voz social fragilizada	Silenciamento
"não" (G-E1…E10; MT-E2; MT-E3; MT-E5; MT-E9; MT-E10)	Ausência percebida	Não problematização da não escuta	Naturalização Aceitação passiva

As respostas à pergunta sobre a escuta de necessidades e problemas indicam percepções distintas entre os entrevistados. Um grupo menor relatou explicitamente não se sentir ouvido. Nessas falas, a dificuldade não está apenas na ausência de resposta concreta às demandas, mas na percepção de que suas necessidades não encontram reconhecimento nos espaços institucionais ou nas relações cotidianas, o que contribui para um sentimento de desvalorização.

Por outro lado, a maioria dos participantes afirmou não vivenciar situações em que sua voz deixasse de ser ouvida. Essa negação, entretanto, não pode ser interpretada de forma imediata como a presença de uma escuta efetiva, mas como indicativa de expectativas reduzidas em relação à possibilidade de reivindicação. A ausência de conflito ou de queixa explícita sugere uma postura de aceitação passiva, na qual a não escuta tende a ser naturalizada como parte das condições vividas, dificultando sua identificação como problema social. Assim, coexistem experiências de invisibilidade reconhecida e de não problematização da escuta.

Quadro 19– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 17 - *Acha que há preconceito com pessoas mais velhas? Como isso aparece no seu dia a dia?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"acho/deve ter" (MT-E2; MT-E4; MT-E6; MT-E8; G-E3; G-E4; G-E8)	Idadismo difuso	Preconceito velado	Idadismo estrutural
"não" (MT-E1; MT-E3; MT-E5; MT-E7; MT-E9; MT-E10; G-E1; G-E2; G-E5; G-E6; G-E7; G-E9; G-E10)	Negação	Invisibilização	Naturalização

As respostas indicam percepções diferentes sobre a existência de preconceito contra pessoas mais velhas. Um grupo afirma "acho/deve ter", o que sugere a presença de um preconceito percebido de forma difusa e pouco nomeado no cotidiano. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), o idadismo é um fenômeno multifacetado que envolve estereótipos (pensamentos), preconceitos (sentimentos) e discriminação (ações ou comportamentos) baseados na idade, podendo ocorrer de forma explícita (consciente) ou implícita (inconsciente). Nesse sentido, mesmo quando não há relato de discriminação direta, podem estar operando percepções e práticas idadistas que se manifestam de maneira sutil.

Por outro lado, a maioria respondeu "não", o que pode indicar não, necessariamente, ausência de idadismo, mas baixa identificação do fenômeno. Conforme a OMS (2021), no idadismo implícito os indivíduos podem não reconhecer pensamentos, sentimentos e ações guiados por estereótipos de idade e, inclusive, racionalizar o que ocorre atribuindo a outros fatores.

Além disso, a OMS (2021) descreve o idadismo contra si próprio, quando as pessoas assimilam ideias preconcebidas difundidas culturalmente e passam a aplicá-las a si mesmas, o que ajuda a explicar por que certos limites e desvantagens podem ser aceitos como "normais". Assim, o conjunto das falas sugere a coexistência entre reconhecimento parcial do preconceito e negação e, ou baixa consciência, compatível com formas sutis e rotinizadas de idadismo.

Quadro 20– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 18 - *Como o(a) senhor(a) vê o tratamento que as instituições públicas e os serviços dão às pessoas idosas?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"bom atendimento" (MT-E1; MT-E3; MT-E4; MT-E5; MT-E8; MT-E9; MT-E10; G-E1…E10)	Avaliação positiva	Expectativas reduzidas	Satisfação adaptativa

“não tratam bem/abuso” (MT-E6; MT-E7)	Assimetria institucional	Violação silenciosa	Poder burocrático

As respostas relativas ao tratamento recebido pelas instituições públicas expressam uma predominância de avaliações positivas, evidenciadas por falas como “bom atendimento”. Essa percepção, contudo, não deve ser compreendida automaticamente como evidência de plena efetividade das políticas públicas, mas como resultado de expectativas socialmente reduzidas em relação aos serviços estatais. Ao longo das entrevistas, observa-se que os participantes tendem a avaliar de forma favorável aquilo que garante o mínimo funcionamento cotidiano, ainda que persistam barreiras estruturais já apontadas em quadros anteriores, como dificuldades de acesso, precariedade territorial e limitações materiais.

Nesse sentido, a avaliação positiva aparece menos como indicador de qualidade objetiva do serviço e mais como expressão de uma relação pragmática com o Estado, caracterizada pela valorização de pequenas garantias institucionais. Santos (1979), em seus ensinamentos afirma que os direitos sociais passam a ser percebidos como concessões e não como obrigações públicas universais. Assim, o reconhecimento institucional relatado pelos idosos não elimina a existência de desigualdades estruturais, mas demonstra formas de adaptação às condições concretas de acesso, nas quais o atendimento mínimo é interpretado como suficiente diante de trajetórias históricas marcadas pela escassez de recursos e pela fragilidade da proteção social.

Por outro lado, as falas que mencionam “não tratam bem” ou situações de abuso evidenciam a presença de assimetrias institucionais e relações de poder burocrático que produzem experiências de desvalorização silenciosa. Ainda que minoritárias, essas narrativas indicam que o acesso aos serviços públicos não ocorre de maneira homogênea, coexistindo percepções de acolhimento e vivências de violação. Dessa forma, o conjunto das respostas demonstra que a relação entre população idosa periférica e instituições públicas oscila entre reconhecimento cotidiano e limitações estruturais, refletindo as contradições de uma proteção social que se mantém formalmente presente, mas materialmente desigual.

Quadro 21– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 19 - *O que o(a) senhor(a) acha que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas idosas do seu bairro?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
“saúde/remédio/agente” (MT-E1; MT-E2; MT-E6; MT-E9; MT-E10; G-E7; G-E8; G-E10)	Direitos básicos	Emancipação mínima	Cidadania social
“transporte/ruas” (MT-	Mobilidade	Território importa	Direito à cidade

E8; G-E8; G-E10)			

A análise textual discursiva do Quadro 21 evidencia que as sugestões apresentadas pelos participantes acerca da melhoria da vida das pessoas idosas no bairro concentram-se, sobretudo, no acesso à saúde, aos medicamentos e à presença de agentes comunitários, bem como nas condições de mobilidade urbana, representadas pelas menções ao transporte e às ruas. Esses elementos não surgem como demandas isoladas, mas como consequências das desigualdades estruturais que caracterizam os territórios periféricos.

Conforme já discutido anteriormente, a periferia configura-se como espaço marcado pela precariedade de investimentos públicos e pela distribuição desigual de recursos, resultado de decisões políticas e econômicas que priorizam áreas centrais em detrimento dos espaços marginalizados (Costa, 2010). Assim, quando os idosos reivindicam serviços básicos, evidenciam a insuficiência das políticas públicas em assegurar condições mínimas de dignidade no cotidiano. Nesse sentido, as falas relacionadas à saúde, aos remédios e ao transporte indicam que a melhoria da qualidade de vida está diretamente associada à efetivação de direitos sociais básicos, cuja ausência reforça processos de exclusão e vulnerabilidade. Escorel (1999), afirma que a desigualdade social no Brasil possui raízes históricas, que se expressam de forma mais intensa em contextos periféricos. Da mesma forma, Schwartzman (2004) aduz que a pobreza não pode ser reduzida a escolhas individuais, mas deve ser entendida como resultado de estruturas sociais que concentram poder e limitam o acesso aos recursos essenciais.

Nesse cenário, as menções ao transporte e às vias reforçam que a mobilidade urbana constitui elemento central para a participação social e para o acesso a direitos, especialmente em contextos periféricos marcados por desigualdades históricas. Conforme Santos (1993), o processo de urbanização brasileiro contribuiu para a produção de espaços desiguais, nos quais as populações mais vulneráveis enfrentam maiores custos e limitações para usufruir da cidade. Dessa forma, as falas analisadas indicam que a melhoria da vida das pessoas idosas não se restringe a demandas individuais, mas expressa a necessidade de políticas públicas mais efetivas e territorializadas, capazes de reduzir barreiras estruturais e ampliar as condições de dignidade no envelhecimento.

Quadro 22– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 20 - *O(A) senhor(a) participa de algum grupo, associação ou atividade comunitária? Gostaria de participar?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**

“não participo” (G-E1…E10)	Desengajamento	Isolamento social	Fragilização do capital social
“igreja” (MT-E4; MT-E5; MT-E9; MT-E10)	Vínculo religioso	Proteção simbólica	Capital social religioso

A análise das respostas indica baixa inserção das pessoas idosas em grupos, associações ou atividades comunitárias, evidenciada pela predominância da expressão “não participo”, o que sugere um cenário de desengajamento social e fragilização dos vínculos coletivos no território. Essa ausência de participação não se mostra, necessariamente, como escolha individual, mas pode estar relacionada às condições estruturais já observadas ao longo da pesquisa, como limitações de mobilidade, renda restrita, reduzidas oportunidades de sociabilidade e ausência de grupos ou associações comunitárias.

Em contraposição, as menções à igreja demonstram que o vínculo religioso permanece como um dos poucos espaços de pertencimento e apoio simbólico em um dos bairros, funcionando como rede informal de proteção e convivência. Nesse sentido, a participação comunitária tende a se concentrar em espaços religiosos, indicando que, mesmo diante da fragilidade das redes coletivas mais amplas, persistem formas específicas de sociabilidade capazes de sustentar vínculos e oferecer suporte emocional no cotidiano.

Quadro 23– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 21- . *Que tipo de ajuda ou apoio gostaria de receber?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
“nada” (MT-E1; MT-E5; MT-E9; G-E1; G-E2; G-E5; G-E6; G-E7; G-E8; G-E9)	Autossuficiência defensiva	Baixa expectativa	Cidadania restrita
“saúde/remédio” (MT-E4; MT-E6; MT-E8; G-E3; G-E10)	Necessidades vitais	Proteção social básica	Direito à saúde

A análise das respostas à pergunta sobre o tipo de ajuda ou apoio desejado demonstra expectativas reduzidas em relação ao acesso a direitos e políticas públicas. A predominância da resposta “nada” não deve ser interpretada como ausência de necessidades, mas como expressão de uma autossuficiência defensiva, construída em contextos históricos de escassez e vulnerabilidade social. Conforme já discutido ao longo da dissertação, especialmente a partir

de Escorel (1999) e Castel (1998), a exclusão social pode operar de forma difusa, levando os sujeitos a naturalizar limitações estruturais e a ajustar suas expectativas às condições disponíveis.

Por outro lado, as menções à "saúde" e aos "medicamentos" evidenciam que, quando as necessidades são verbalizadas, elas se concentram no nível mais básico da proteção social, vinculadas à manutenção da própria sobrevivência e ao enfrentamento das doenças crônicas associadas ao envelhecimento. Camarano e Pasinato (2019), indicam que o aumento das demandas de saúde na velhice pressiona os orçamentos domésticos e torna o acesso ao cuidado um eixo central da dignidade social. Assim, as falas expressam a busca pela efetivação mínima do direito à saúde.

Quadro 24– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 22 - *Ainda tem sonhos ou planos para o futuro? Quais?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"ter saúde/viver" (MT-E7; MT-E8; G-E6; G-E7)	Horizonte curto	Futuro reduzido	Precarização do futuro
"me aposentar" (MT-E5; G-E3; G-E10)	Segurança	Proteção tardia	Trajetória laboral

A análise das respostas acerca dos sonhos e planos para o futuro demonstra que a projeção temporal das pessoas idosas entrevistadas tende a concentrar-se em expectativas imediatas e concretas, especialmente relacionadas à manutenção da saúde e da própria continuidade da vida. As expressões "ter saúde" e "viver" indicam um horizonte futuro mais curto, caracterizado por menos projetos expansivos e mais pela preservação das condições mínimas de existência. Esse encurtamento do futuro pode ser compreendido à luz das desigualdades acumuladas ao longo da trajetória social, nas quais a instabilidade econômica e as limitações corporais reduzem a possibilidade de planejamento a longo prazo.

Conforme discutido por Bauman (2001), a precarização das condições sociais na contemporaneidade desloca o foco do futuro distante para a gestão do presente, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis, para os quais o amanhã deixa de representar expansão e passa a significar continuidade.

As falas que mencionam o desejo de "se aposentar" demonstram outra dimensão importante: a aposentadoria aparece como símbolo de segurança tardia, associada à proteção

econômica e à estabilidade que não foi plenamente alcançada durante a vida laboral. Nesse sentido, o futuro é imaginado como momento de descanso e garantia mínima de renda, o que dialoga com as análises de Camarano (2004) sobre a centralidade da previdência social na estruturação da velhice brasileira, sobretudo entre populações de baixa renda.

Por fim, a referência ao desejo de um "mundo melhor" demonstra a presença de uma consciência social que ultrapassa a esfera individual, indicando que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, persistem expectativas coletivas e reflexões críticas sobre a realidade social. Assim, o conjunto das falas evidencia que o futuro, para esses sujeitos, não é inexistente, mas reconfigurado em termos mais imediatos, defensivos e socialmente condicionados.

Quadro 25– Análise Textual Discursiva referente a pergunta – 23 - *Se pudesse mandar um recado para quem toma decisões na cidade, o que diria?*

Unidades de sentido (códigos)	**Categorias emergentes**	**Significados construídos**	**Interpretação teórica**
"melhorar saúde/remédio" (MT-E4; MT-E7; MT-E9; G-E7; G-E8; G-E10)	Demandas básicas	Direitos não assegurados	Política social
"não adianta falar" (MT-E2; MT-E8; G-E1; G-E3; G-E5)	Descrença política	Distanciamento cívico	

A análise das respostas evidencia a recorrência das mesmas demandas já apontadas ao longo das entrevistas, especialmente relacionadas à saúde e ao acesso aos medicamentos. Mais uma vez, os participantes retomam termos semelhantes e reafirmam necessidades básicas, indicando que suas expectativas permanecem centradas na efetivação de direitos elementares ainda não plenamente assegurados no território. Embora o Brasil apresente Constituição pautada na garantia de direitos fundamentais e sociais, a repetição das falas demonstra a permanência de carências estruturais que fazem parte do cotidiano das pessoas idosas em áreas vulneráveis, reforçando que a melhoria das condições de vida continua associada à garantia mínima de proteção social e ao acesso aos serviços essenciais.

Por outro lado, a presença recorrente de respostas como "não adianta falar" revela um sentimento de descrença política e distanciamento cívico, sugerindo que parte dos entrevistados não percebe a participação como instrumento capaz de produzir mudanças concretas. Bauman (2001) descreve a individualização das responsabilidades sociais, na qual os sujeitos deixam de acreditar na ação coletiva e passam a vivenciar os problemas como

questões privadas. Assim, o silêncio ou a recusa em formular pedidos não indicam a ausência de demandas, mas podem expressar um processo de desengajamento político associado à fragilidade dos vínculos entre população e poder público.

7 CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar de que modo as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã-RS foram e são afetadas pelas dinâmicas sociais e econômicas da Modernidade/Contemporaneidade, bem como compreender seus principais desafios e expectativas nesta etapa da vida. A partir dos dados coletados em campo e das análises desenvolvidas ao longo do estudo, foi possível observar que essas transformações incidem diretamente sobre as condições materiais e simbólicas do envelhecer, especialmente nos territórios periféricos. As narrativas demonstram que as mudanças sociais associadas à urbanização, à aceleração tecnológica e às desigualdades socioeconômicas contribuem para a manutenção de barreiras no acesso a serviços, informações e oportunidades, reforçando processos de exclusão já existentes.

Os resultados indicam que os desafios enfrentados pelas pessoas idosas investigadas não podem ser compreendidos apenas como decorrentes do envelhecimento biológico, mas devem ser analisados em articulação com fatores históricos, econômicos e territoriais. As dificuldades relacionadas à renda, à saúde e à mobilidade aparecem nas falas dos participantes como elementos centrais do cotidiano, revelando que o envelhecer em contextos periféricos está marcado por limitações estruturais que restringem a autonomia e a participação social. Ao mesmo tempo, as expectativas de vida expressas pelos entrevistados apontam para o desejo de reconhecimento, segurança material e continuidade dos vínculos comunitários, demonstrando que, mesmo diante das adversidades, há projetos e perspectivas para o futuro.

As pessoas idosas residentes em áreas periféricas vivenciam os efeitos dessas transformações de modo mais intenso, seja pela precariedade dos serviços públicos, seja pelas dificuldades de inserção social em um contexto marcado pela valorização da produtividade e pelo consumo. Nesse cenário, as experiências narradas reforçam a importância de considerar o território como elemento fundamental para compreender as múltiplas formas de exclusão socioeconômica, evidenciando que o envelhecimento é também uma experiência socialmente construída.

Os resultados desta pesquisa também evidenciam a relevância das práticas sociais e das políticas públicas voltadas à população idosa. Embora existam iniciativas institucionais destinadas a esse grupo, as falas dos participantes sugerem que ainda persistem lacunas no acesso à informação, na efetividade das ações e na articulação entre os serviços disponíveis no município. Nesse sentido, a pesquisa reforça a necessidade de estratégias que ampliem o

diálogo entre poder público e população idosa, considerando as suas demandas específicas e promovendo ações que ultrapassem a lógica meramente assistencialista.

Em termos sociais, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre o envelhecimento em contextos periféricos de cidades de pequeno porte, destacando a importância de políticas públicas que considerem as desigualdades territoriais e as especificidades locais. A investigação evidencia que pensar o envelhecimento apenas a partir de indicadores demográficos é insuficiente, sendo necessário incorporar as dimensões culturais, econômicas e comunitárias que definem as experiências da velhice. Assim, espera-se que os resultados possam subsidiar reflexões no âmbito das instituições municipais e fortalecer o debate sobre inclusão social da pessoa idosa em Tupanciretã-RS.

Os dados da pesquisa demonstram ainda que a velhice nas periferias não pode ser compreendida de forma homogênea nem romantizada. Ela é marcada por condicionantes sociais que limitam a autonomia, fragilizam o exercício de direitos e ampliam as demandas por proteção social. A análise sugere a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas às pessoas idosas, com atenção especial à educação ao longo da vida, segurança de renda, fortalecimento de vínculos comunitários, acompanhamento de pessoas idosas que vivem sozinhas e ações territorializadas que considerem as especificidades de cada bairro. Mais do que isso, o estudo evidencia características socioantropológicas, que revelam trajetórias de vida marcadas por exclusões persistentes que continuam a produzir efeitos na experiência de envelhecer.

Sugere-se a continuidade de estudos nessa área, pois esses estudos poderão contribuir para a construção de políticas mais sensíveis às realidades locais, promovendo um envelhecimento com maior dignidade, maior participação social e reconhecimento das experiências das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo: novas projeções da ONU**. 2019.Disponível em: arquivo :///C :/Users /wwwEm /Downloads /787 -1237 -1 -SM .pdf . Acesso em: 15 dez. 2024.

BAQUERO, Marcelo**. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Ed. UFRGS: Porto Alegre, 2009.** Disponível em: file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/toaz.info-baquero-marcello-pesquisa-quantitativa-nas-ciencias-sociais-porto-alegre-ufrgs-pr_bb0a087185463c94f90891fb3c23b9fa.pdf

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Arthur Morão. Lisboa, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001**.**

BEAUVOIR, S. de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECK, Ulrich**. Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre**. A distinção:** crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos:** a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasileira, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm

CAMARANO, Ana Amélia e PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.**2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4065320/mod_resource/content/1/Envelhecimento%20populacional.pdf.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e**. Como vive o idoso brasileiro?** Belo Horizonte: NESCON/UFMG, [s.d.]. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios.** Revista Portuguesa de Educação, vol. 16, núm. 2, p. 221-236.2003. Portugal. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEBERT, Guita. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

ESCOREL, Sarah. **Exclusão social: em busca de uma categoria.** In: Vidas ao léu: trajetória de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: https://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051-03.pdf.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa**. Revista SER Social,** Brasília, n. 20, p. 25-61, jan./jun. 2007.

FRAGOSO, Tiago de Oliveira**.** Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. **Revista Perspectivas Sociais**, Pelotas, Ano 1, n. 1, p. 109-124, mar. 2011. Disponível em: https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/perspectivas/article/view/4945/4237

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra.1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice:** Power and the Ethics of Knowing**.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRICKER, Miranda. **Injustiça epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. São Paulo: Edusp, 2024.

GARCES,S.B.B. et al. Envelhecimento Humano, Currículo e Educação: visão dos gestores das escolas municipais de Cruz Alta. **Anais do Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ, XXIX**. Cruz Alta-RS, 2024.

GIDDENS, Anthony**. As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRACIANI, Juliana Santos. **Envelhecimento compartilhado**: participação de idosas no grupo de convivência da comunidade Nova Pantanal. 2009. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12573. Acesso em: 4 nov. 2025. Sapientia PUCSP+2Sapientia PUCSP+2

GUERRA, Paula**.** Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, pag. 91-110, dez.2012. Disponível em: file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/ras-257.pdf

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 1990.

HONNETH, Axel**. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: https://www.trt13.jus.br/institucional/ejud/material-dos-cursos-e-eventos/anos-anteriores/cursos-de-2014/9-teoria-critica-e-direito-06-a-08-de-agosto/honneth-luta-por-reconhecimento.pdf

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos.2022. Disponível em:** https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022 Favelas e Comunidades Urbanas**. 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%20-%20Favelas%20e%20Comunidades%20Urbanas%20-%20Resultados%20do%20universo%20-%202024%2011%2006.pdf.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país**. Agência de Notícias IBGE, [Rio de Janeiro], 25 maio 2007. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais. Acesso em: 4 nov. 2025.

KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KERBAUY, Maria Teresa; SOUZA, Kellcia Rezende. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Revista Educação e Filosofia**. v. 31, n. 61, p. 21-44, jan-abr. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/educfil/v31n61/1982-596X-educfil-31-61-21.pdf

LYOTARD, Jean- François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C**. Análise textual discursiva**. 3. ed. Revisada e Ampliada. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação,** Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. **Estudo dos sinais do tempo nas estruturas urbanas e nas pessoas: um lance de olhar nas questões apresentadas a partir do bairro da Boa Vista – Recife/PE.** 2009. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3223/1/arquivo2224_1.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025

NUNES,Beatriz Bloise Pereira; POCAHY, Fernando Altair. Velhice e longevidade nos cotidianos da educação: rastreando (im)possibilidades nas (micro)políticas de currículo.**PerCursos,** Florianópolis, v. 24, e0119, 2023.

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 69-79. junho. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/flaviasantos,+5+-+TRANSI%C3%87%C3%83O+DEMOGR%C3%81FICA,+TRANSI%C3%87%C3%83O+EPIDEMIOL%C3%93GICA+E+ENVELHECIMENTO+POPULACIONAL+NO+BRASIL.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **Envelhecimento.**2024. Disponível em: https://unric.org/pt/envelhecimento/

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

PAPALEO NETTO, Matheus Estudo da Velhice : Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, Evandro (Org**.). Tratado de geriatria e gerontologia** . 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/tratado-de-geriatria-e-gerontologia-4nbsped-8527729407-9788527729406_compress.pdf

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Índice que mede envelhecimento da população do Rio Grande do Sul tem alta de 74% em 11 anos**. Portal do Estado do Rio Grande do Sul, [Porto Alegre], 9 maio 2023. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/indice-que-mede-envelhecimento-da-populacao-do-rio-grande-do-sul-tem-alta-de-74-em-11-anos. Acesso em: 4 nov. 2025

SANTOS, Alexandre Pereira et al. O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano latino-americano. **Revista Brasileira de Gestão Urbana.** Sep-Dec 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/XdmjMh8vspQpmDHpjHm4MsM/?lang=pt

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Ed. Coimbra: 2009. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf

SANTOS, Boavetura de Sousa. **A Gramatica do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em:

file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/Texto%202%20A%20ecologia%20de%20saberes%20(1).pdf4

SANTOS, Boavetura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul,** Buenos Aires: Asdi, 2018. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181203044534/Antologia_Boaventura_PT2.pdf

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo.1993.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/dd4bf4a0ea5843fc93984a633ef21dd5?access_token=13a46dfd-5120-4c7b-ab97-24d073db9777

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Revista Estudos de Psicologia,** Campinas, São Paulo. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Simon-Schwartzman/publication/224771519_As_causas_da_pobreza/links/5be1b73d4585150b2ba2e506/As-causas-da-pobreza.pdf

SILVA, Aline dos Santos et al. Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios. **Glob Acad Nurs,** v. 2, p. 1-10, 2021.

SILVA, Aline dos Santos et al.**Envelhecimento populacional:** realidade atual e desafios. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/wwwEm/Downloads/e188+PT%20(2).pdf

SILVA, Cintia Santos da; FROTA, Karla Patricia Palmeira e AGUIAR, Ariadna Nunes. P**olíticas públicas de saúde voltadas a pessoa idosa.** 2015. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/politicas-publicas-de-saude-voltadas-a-pessoa-idosa.pdf

SOUZA, Adrianyce Angélica S. de. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? **Revista Temporalis Modernidade e Pós-modernidade**, Recife, v. 5, n. 10, p. 77-91, jul. 2005.

SOUZA, Eda Castro Lucas; TORRES, Cláudio Vaz; LUCAS, Cristina Castro. Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados. **Revista de Administração FACES Journal**. V. 10, n. 2, , p. 210-229, abr-jun, 2011. Disponivel em: pdf https://www.redalyc.org/ /1940/194022079011.pdf.

TRAVASSOS, Claudia; MARTINS, Mônica**.** **Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde**. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, supl. 2, 2004.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **SOCIEDADE URBANA: desigualdade e exclusão sociais**, 2005.. Caderno CRH**,** Salvador, n. 38, p. 79-114. Salvador: jun.2003. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18616/11990.Acesso em: 4 nov. 2025

WACQUANT, Loïc**. Os condenados da cidade**: Ghetto, favela e hiperviolência urbana nas metrópoles modernas. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/08/wacquant-os-condenados-da-cidade.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.

WACQUANT, Loïc**. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social**.2. ed. Rio de Janeiro:Vozes, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20-%20A%20viol%C3%AAncia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DA PESSOA IDOSA: UM ESTUDO NAS PERIFERIAS DA CIDADE TUPANCIRETÃ-RS

Nome do pesquisador: Bruna Almeida da Silva

Nome do Orientador: Drª Solange Beatriz Billig Garces.

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como as pessoas idosas residentes nas periferias da cidade de Tupanciretã– RS são afetadas pelas dinâmicas da modernidade/contemporaneidade, resultando em exclusão socioeconômica. Ao participar deste estudo, o(a) Senhor(a) permitirá que a pesquisadora obtenha dados para o seu Projeto de Dissertação de Mestrado, cuja pesquisa contribuirá para ampliar a compreensão sobre as formas de exclusão enfrentadas pelos idosos, avaliando políticas públicas voltadas aos idosos e a percepção dos próprios idosos sobre o tema.

A sua participação no estudo se dará por meio de respostas a uma entrevista estruturada. As questões foram elaboradas com o objetivo de compreender melhor as condições socioeconômicas e experiências de exclusão ou inclusão social e não oferecem nenhum risco à sua dignidade ou à sua instituição.

O(A) Senhor(a) tem liberdade de recusar-se a responder aos questionamentos ou participar da pesquisa e pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao Senhor (a). Sempre que desejar, poderá solicitar mais informações sobre a pesquisa através do telefone ou e-mail da pesquisadora do projeto. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais.

Ao participar desta pesquisa, o(a) Senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa, bem como não receberá nenhum benefício direto para participar. No entanto, espera-se que este estudo traga informações importantes sobre as formas de exclusão social da pessoa idosa e que contribua para propor soluções para melhorar a condição de vida desse grupo. Posteriormente, os resultados da pesquisa serão socializados entre os participantes por meio de seminários nas instituições envolvidas.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento, de forma livre, para participar desta pesquisa. Portanto, este termo será preenchido em duas vias, assinadas pela pesquisadora e pelo(a) Senhor(a), caso aceite participar, ficando o(a) Senhor(a) com uma cópia.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisador: Bruna Almeida da Silva

Orientador: Drª Solange Beatriz Billig Garces – UNICRUZ

APÊNDICE B – ENTREVISTA PARA AS PESSOAS IDOSAS

Você está convidado (a) a responder este questionário que faz parte da coleta de dados da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta.

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Profissão:

Recebe algum benefício do governo?

Casa própria, alugada ou outra condição?

Objetivo 1: Descrever as características da Modernidade e Pós-Modernidade que trouxeram mudanças na sociedade, mas ao mesmo tempo causaram exclusão social e econômica

1. O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?
2. Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma?
3. O(a) senhor(a) sente que ficou para trás com essas mudanças? Por quê?
4. Acha que hoje em dia é mais difícil viver para as pessoas da sua idade? Por quê?

Objetivo 2: Verificar as condições socioeconômicas da população idosa residente nas periferias da cidade de Tupanciretã-RS, em bairros vulnerabilizados

5. Como é a sua renda mensal? De onde ela vem (aposentadoria, ajuda de familiares, benefícios, outros)?
6. O(a) senhor(a) sente que essa renda é suficiente para suas necessidades básicas?
7. Como é o acesso à saúde por aqui? Consegue ir ao médico quando precisa?
8. Tem acesso fácil a transporte, farmácias, mercados e outros serviços essenciais?
9. O(a) senhor(a) vive sozinho(a) ou com familiares? Como é essa convivência?

Objetivo 3: Reconhecer as formas de exclusão enfrentadas pela população idosa nas periferias de Tupanciretã-RS e os fatores econômicos, sociais e culturais que contribuem para essa situação

10. O(a) senhor(a) sente que é respeitado e valorizado na comunidade onde vive?
11. Já se sentiu excluído(a) por ser idoso(a)? Pode contar um exemplo?
12. Acha que tem menos oportunidades ou acesso a direitos por causa da idade?

13. Como o(a) senhor(a) percebe as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações? Se sente compreendido(a) por elas?
14. Quais são as maiores dificuldades que enfrenta hoje em dia?

Objetivo 4: Identificar a percepção das pessoas idosas residentes nos bairros periféricos sobre os processos de opressão e exclusão social

15. O(A) senhor(a) acredita que os(a) idosos(a) são esquecidos(as) pelas autoridades e pelo governo? Por que?
16. Já sentiu que sua voz não é ouvida quando tenta expressar uma necessidade ou problema?
17. Acha que há preconceito com pessoas mais velhas? Como isso aparece no seu dia a dia?
18. Como o(a) senhor(a) vê o tratamento que as instituições públicas e os serviços dão às pessoas idosas?

Objetivo 5: Dialogar com a população idosa sobre as possibilidades de inclusão e emancipação que ainda vislumbram

19. O que o(a) senhor(a) acha que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas idosas do seu bairro?
20. O(A) senhor(a) participa de algum grupo, associação ou atividade comunitária? Gostaria de participar?
21. Que tipo de ajuda ou apoio gostaria de receber?
22. Ainda tem sonhos ou planos para o futuro? Quais?
23. Se pudesse mandar um recado para quem toma decisões na cidade, o que diria?

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS COM PESSOAS IDOSAS – Bairro Marcial Terra

Objetivo 1: Descrever as características da Modernidade e Pós-Modernidade que trouxeram mudanças na sociedade, mas ao mesmo tempo causaram exclusão social e econômica

Questão 01: O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?
Entrevistada 01 – 67 anos: mudou bastante. No meu tempo não tinha luz elétrica, não tinha rádio e televisão.
Entrevistada 02 67 anos: Sim, mudou muito. As pessoas nem convivem mais
Entrevistado 03 65 anos: Mudou. Negocio de droga que não tinha antigamente, agora tá horrível, porque hoje é uma coisa, amanha é outra, matam um hoje, pegam toneladas de maconha. Uma coisa de primeiro não existia isso ai
Entrevistado 04 -76 anos: mas, olha, mudança foi muito pouco
Entrevistada 05 - 64 anos: mudou, eu não sei mas mudou
Entrevistado 06 – 64 anos: muito
Entrevistada 07 – 81 anos: demais, violência, pessoas que não querem trabalhar, malcriadas.
Entrevistado 08 – 88 anos: não mudou quase nada
Entrevistada 09 – 63 anos: Sim, mudou. Antes não tinha nada
Entrevistado 10- 67 anos: Sim, mudou. Eu acho que ta evoluindo, e um problema muito sério com essas politicas
Questão 02: Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma?
Entrevistado 01 – **67 anos:** ajudaram, porque a luz mesmo não tinha era só lampiãozinho e agora tem tudo tem a água tem a luz, muito melhor. Naquele tempo a gente só plantava na lavoura e hoje em dia tem todo o tipo de máquina, né. Maquinário, a luz.
Entrevistada 02 – 67 anos: atrapalharam, é muita maldade
Entrevistado 03 – 65 anos: atrapalhou. Porque tu vês, né. Tudo isso que ta existindo, de primeiro não existia
Entrevistado 04 – 76 anos: ajudou bastante
Entrevistada 05 – 64 anos: ajudou
Entrevistado 06 – 64 anos: pra mim foi melhor, porque a gente ta doente em casa, pega o telefone e chama qualquer coisa
Entrevistada 07 – 81 anos: Atrapalharam bastante
Entrevistado 08 – 88 anos: ajudou
Entrevistada 09 – 63 anos: ajudaram bastante
Entrevistada 10 – 67 anos: melhorou muito, no tempo que a gente foi criado, pra fora, não tinha nada
Questão 03: O(a) senhor(a) sente que ficou para trás com essas mudanças? Por quê?
Entrevistada 01- 67 anos: Não. Acompanhei tudo. To acompanhando.
Sim.
Entrevistado 03 – 65 anos: comecei a acompanhar, mas ta muito avançada
Entrevistado 04 – 76 anos: Não entendo nada, nem tenho internet
Entrevistada 05 – 64 anos: não sei
Entrevistado 06 – 64 anos: não
Entrevistada 07 – 81 anos: Não. Não consegui, capaz
Entrevistado 08 – 88 anos: acho que não
Entrevistada 09 – 63 anos: Pra trás não
Entrevistado 10 – 67 anos: Eu acompanho

Questão 04: Acha que hoje em dia é mais difícil viver para as pessoas da sua idade? Por quê?
Entrevistada 01 – 67 anos: Não, pra mim ta igual, não acho diferença nenhuma. Até melhor, hoje tem de tudo
Entrevistada 02 – 67 anos: sim, de início nem tinha essa aposentadoria
Entrevistado 03 – 65 anos: mais fácil de viver
Entrevistado 04 – 76 anos: o cara não pode trabalhar mais, dai o dinheirinho que recebe do governo ajuda. Antes ninguém tinha e agora todo mundo tem
Entrevistada 05 – 64 anos: mais fácil
Entrevistado 06 – 64 anos: olha, nessa idade é fácil
Entrevistada 07 – 81 anos: Mais difícil, uns não conseguem emprego, não tem uma auxilio de nada
Entrevistado 08 – 88 anos: É mais fácil
Entrevistada 09 – 63 anos: Mais fácil
Entrevistado 10 – 67 anos: Mais fácil

Objetivo 2: Verificar as condições socioeconômicas da população idosa residente nas periferias da cidade de Tupanciretã-RS, em bairros vulnerabilizados

Questão 05: Como é a sua renda mensal? De onde ela vem (aposentadoria, ajuda de familiares, benefícios, outros)?
Entrevistada 01 – 67 anos: Minha renda é meu salário, recebo só a aposentadoria, não tenho nada mais. Até tenho marido, mas o que é dele é dele e o que é meu é meu
Entrevistada 02 – 67 anos: Aposentadoria
Entrevistado 03 – 65 anos: Sou aposentado
Entrevistado 04 – 76 anos: aposentadoria
Entrevistada 05 – 64 anos: Bolsa família, 600 reais
Entrevistado 06 – 64 anos: aposentadoria, salário mínimo
Entrevistada 07 – 81 anos: Auxilio
Entrevistada 08 – 88 anos: aposentadoria
Entrevistada 09 – 63 anos: auxilio
Entrevistada 10 – 67 anos: Trabalho
Questão 06: O(a) senhor(a) sente que essa renda é suficiente para suas necessidades básicas?
Entrevistada 01 – 67 anos: Só em remédio eu gasto bastante e aí vai sobrando e eu vou pagando aos pouquinhos e as despesas da casa que eu o ajudo. não dependo do sus. Agora tem dois remédios que estão me dando lá, pro colesterol e a diabetes, mais nada.
Entrevistada 02 – 67 anos: É tem que cuidar, senão não dá
Entrevistado 03 – 65 anos: é porque é nos dois
Entrevistado 04 – 76 anos: é pouca
Entrevistada 05 – 64 anos: pra mim é
Entrevistado 06 – 64 anos: é agora até que ta vindo quase normal, Tavam me roubando do banco, me tiraram 14 mil, todo mês me descontavam quase 500 pila e no fim eu só recebia 500 pila. Eles têm me ameaçado, tanto do banco. Me chamavam de senhora, porque tem aquela artista que é o mesmo meu nome, né. Então fizeram no nome dela, ela caiu fora e botou nas minhas costas decerto, por isso apareceu esse desconto de tantos mil.
Entrevistada 07- 81 anos: Olha, não é, mas ajuda
Entrevistado 08 – 88 anos: sabendo da pra viver
Entrevistado 09 – 63 anos: é sim
Entrevistado 10 – 67 anos: é suficiente sim
Questão 07. Como é o acesso à saúde por aqui? Consegue ir ao médico quando precisa?

Entrevistada 01 – 67 anos: Eu acho bom, quando vou ali sou bem atendida, mas eu vou em cruz alta volta e meia no médico
Entrevistada 02 – 67 anos: sim
Entrevistado 03 – 65 anos: sim, quando eu preciso eu vou no postinho. Sou bem atendido
Entrevistado 04 – 76 anos: sim, minha filha me leva
Entrevistada 05 – 64 anos: sim, eu vou fazer curativo. Vim de lá agora
Entrevistado 06 – 64 anos: mas, olha aqui na vila né, a gente precisa tem que pagar uma condução. Agente de saúde nem tem aqui. Eu tava deitado, mas não podia nem, ai eu chamei uma moto e fui lá na farmácia e levei uma receita e mais uns coisa e peguei uns remédios, ai melhorei, agora to até melhor, só uma tontura na cabeça, mas acho que to melhorando
Entrevistada 07 – 81 anos: Ah é muito difícil. Tem que madrugar ou sair 12 horas de casa, pra ver se consegue uma ficha
Entrevistada 08 – 88 anos: Temos o postinho ali, mas pra ir la marcar uma ficha tem que sair bem cedo, se deixa pra sair as 6, 7 horas, não tem mais
Entrevistada 09 – 63 anos: o postinho ali é bem bom
Entrevistada 10 – 67 anos: sim

Questão 08. Tem acesso fácil a transporte, farmácias, mercados e outros serviços essenciais?

Entrevistada 01 – 67 anos: É, meu filho tem um mercadinho. Farmácia não tem aqui perto, tem na avenida. Não posso caminhar longe, meu guri e minha guria que me levam
Entrevistada 02 – 67 anos: sim
Entrevistado 03 – 65 anos: não. Não tem
Entrevistado 04 – 76 anos: é fácil porque meu genro leva
Entrevistada 05 – 64 anos: não, vou á pé e volto á pé
Entrevistado 06 – 64 anos: aqui não, não tem nada. Até os taxistas não sobem aqui porque é tudo embarrado
Entrevistada 07 – 81 anos: Não, não tem nada. Pra pegar lotação tem que ir lá no portão.
Entrevistada 08 – 88 anos: Não, não tem nada. Tudo é lá em cima
Entrevistada 09 – 63 anos: tem
Entrevistada 10 – 67 anos: tem sim
Questão 09. O(a) senhor(a) vive sozinho(a) ou com familiares? Como é essa convivência?

Entrevistada 01 – 67 anos: Só eu e meu esposo. Ele é ele e eu sou eu. Faz 44 anos que sou casada, mas é assim, não tem briga não tem nada. Chegou a hora da comida, tudo prontinho eu faço, ele faz. Eu trabalhava, dava tudo pros meus filhos, ele trabalhava também.
Entrevistada 02 – 67 anos: eu e meu companheiro. Você sabe, ne
Entrevistado 03 – 65 anos: minha esposa, boa convivência
Entrevistado 04 – 76 anos: sozinho
Entrevistada 05 – 64 anos: sozinha
Entrevistado 06 – 64 anos: to solito, agora
Entrevistada 07 – 81 anos: marido. boa
Entrevistada 08 – 88 anos: Minha patroa e meu filho, é boa
Entrevistada 09 – 63 anos: marido. Tudo certo
Entrevistada 10 – 67 anos: esposa

Objetivo 3: Reconhecer as formas de exclusão enfrentadas pela população idosa nas periferias de Tupanciretã-RS e os fatores econômicos, sociais e culturais que contribuem para essa situação

Questão 10. O(a) senhor(a) sente que é respeitado e valorizado na comunidade onde vive?

Entrevistada 01 – 67 anos: Sim, claro que sou eu sinto a verdade
Entrevistada 02 – 67 anos: sim, eu sou respeitado
Entrevistado 03 – 65 anos: sim
Entrevistado 04 – 76 anos: Graças a deus, trato todo mundo com amor e carinho
Entrevistada 05 – 64 anos: sim
Entrevistado 06 – 64 anos: É agora por enquanto tão me respeitando, mas de primeiro ai, até veneno me deram pra me matar ai,
Entrevistada 07 – 81 anos: sim.
Entrevistada 08 – 88 anos: todos me tratam bem
Entrevistada 09 – 63 anos: sim
Entrevistada 10 – 67 anos: sim, gosto de viver aqui

Questão 11. Já se sentiu excluído(a) por ser idoso(a)? Pode contar um exemplo?

Entrevistada 01 – 67 anos: não, eu nunca
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 65 anos: não
Entrevistado 04 – 76 anos: em algum lugar já aconteceu
Entrevistada 05 – 64 anos: não
Entrevistado 06 – 64 anos: não, acho que não
Entrevistada 07 – 81 anos: não, graças a deus
Entrevistada 08 – 88 anos: não
Entrevistada 09 – 63 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 12. Acha que tem menos oportunidades ou acesso a direitos por causa da idade?

Entrevistada 01 – 67 anos: Não, acho que não. Se eu fosse uma pessoa que pudesse andar, eu estava trabalhando, o que eu mais gosto é trabalhar, cuidar minha horta, fazer minhas coisas. É o que eu mais gosto. Em casa eu faria. Me deu isquemia cerebral, mas eu fiquei ótima não,
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 65 anos: o que vou te dizer. Mesma coisa
Entrevistado 04 – 76 anos: acho que sim
Entrevistada 05 – 64 anos: é as vezes, é
Entrevistado 06 – 64 anos: não, acho que não
Entrevistada 07 – 81 anos: é difícil
Entrevistada 08 – 88 anos: acho que não
Entrevistada 09 – 63 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 13. Como o(a) senhor(a) percebe as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações? Se sente compreendido(a) por elas?

Entrevistada 01 – 67 anos: Muita droga, muita briga. Hoje em dia não da pra conviver, porque a gente, quando a gente era novo, era um pouco diferente. A gente dançava, se divertia, não saia briga, não saia nada e hoje não é mais diversão, é briga. Sim, sou bem compreendida, me tratam muito bem.
Entrevistada 02 – 67 anos: nem respeito existe mais.
Entrevistado 03 – 65 anos: pois é, de primeiro era uma coisa, agora é outra. A juventude de agora é muito diferente com a de antigamente. Sou compreendido. Alguns é outros não.
Entrevistado 04 – 76 anos: trato bem eles e eles me tratam bem
Entrevistada 05 – 64 anos: tratam bem

Entrevistado 06 – 64 anos: É agora eles têm respeitado, de primeiro passavam aqui e chamavam a gente de louco. Agora a polícia começou a bater neles.
Entrevistada 07 – 81 anos: Agem muito mal, no meu tempo não era assim e o tempo que criei meus filhos também não.
Entrevistada 08 – 88 anos: agem mal
Entrevistada 09 – 63 anos: normal
Entrevistada 10 – 67 anos: eu acho que eles tratam a gente muito bem
Questão 14. Quais são as maiores dificuldades que enfrenta hoje em dia?

Entrevistada 01 – 67 anos: não pode caminhar longe
Entrevistada 02 – 67 anos: saúde
Entrevistado 03 – 65 anos: pela minha idade, não tenho dificuldade
Entrevistado 04 – 76 anos: quero trabalhar e não posso, saúde não me ajuda. Minhas vistas estão ruinzinhas
Entrevistada 05 – 64 anos: nada é difícil
Entrevistado 06 – 64 anos: doença né
Entrevistada 07 – 81 anos: De doença, ne
Entrevistada 08 – 88 anos: é a saúde, né
Entrevistada 09 – 63 anos: não tenho
Entrevistada 10 – 67 anos: eu até graças a deus não tenho dificuldade, saúde ta boa, tenho emprego, ganho mais ou menos, dá pra viver

Objetivo 4: Identificar a percepção das pessoas idosas residentes nos bairros periféricos sobre os processos de opressão e exclusão social

Questão 15. O(A) senhor(a) acredita que os(a) idosos(a) são esquecidos(as) pelas autoridades e pelo governo? Por que?

Entrevistada 01 – 67 anos: não, alguns são, não vou dizer todos. Esse governo ta bem, eu não tenho o que reclamar
Entrevistada 02 – 67 anos: Acho que são mesmo
Entrevistado 03 – 65 anos: não somos esquecidos. Esses remédios que eles dão, auxilio ao idoso. Não é esquecido
Entrevistado 04 – 76 anos: sim
Entrevistada 05 – 64 anos: sim
Entrevistado 06 – 64 anos: Pelo governo não, senão eles não mandavam dinheiro pra gente
Entrevistada 07 – 81 anos: Eu acredito
Entrevistada 08 – 88 anos: esquece
Entrevistada 09 – 63 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 16. Já sentiu que sua voz não é ouvida quando tenta expressar uma necessidade ou problema?

Entrevistada 01 – 67 anos: É as vezes não compreendem a minha, por causa da isquemia que me deu, as vezes que vou ligar pro banco uma coisa, mas é bem entendida, entendem o que eu falo, não tenho dificuldade pra falar.
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 65 anos: não
Entrevistado 04 – 76 anos: alguns sim, outros não
Entrevistada 05 – 64 anos: não
Entrevistado 06 – 64 anos: sim, nem tão pra gente

Entrevistada 07 – 81 anos: sim
Entrevistada 08 – 88 anos: sim
Entrevistada 09 – 63 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 17. Acha que há preconceito com pessoas mais velhas? Como isso aparece no seu dia a dia?

Entrevistada 01 – 67 anos: Acho que não.
Entrevistada 02 – 67 anos: Acho. Em mim não, mas a gente vê
Entrevistado 03 – 65 anos: deve ter
Entrevistada 04 – 76 anos: sim, sim
Entrevistada 05 – 64 anos: não
Entrevistado 06 – 64 anos: eu acho, nem tão, comigo aconteceu quantas vezes. Agora não lembro.
Entrevistada 07 – 81 anos: Não, que eu saiba não.
Entrevistada 08 – 88 anos: acho
Entrevistada 09 – 63 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não, preconceito nenhum
Questão 18. Como o(a) senhor(a) vê o tratamento que as instituições públicas e os serviços dão às pessoas idosas?

Entrevistada 01 – 67 anos: Dão atenção aos idosos, comigo sim, com os outros não sei
Entrevistada 02 – 67 anos: mais ou menos
Entrevistado 03 – 65 anos: não tem o que reclamar
Entrevistada 04 – 76 anos: quando precisa tem tudo certo
Entrevistada 05 – 64 anos: sim
Entrevistado 06 – 64 anos: Um dia eu tava lá e pedi pra ele tirar um papel pra mim ir no caixa e ele tirou pra eu fazer empréstimo, nem falei em empréstimo. Passou quase 20 na minha frente e eu nunca, ai eu vi, fui perguntar porque todo mundo passava na minha frente.
Entrevistada 07 – 81 anos: Não tratam bem, mas credo.
Entrevistada 08 – 88 anos: é bom
Entrevistada 09 – 63 anos: bom
Entrevistada 10 – 67 anos: bom atendimento

Objetivo 5: Dialogar com a população idosa sobre as possibilidades de inclusão e emancipação que ainda vislumbram

Questão 19. O que o(a) senhor(a) acha que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas idosas do seu bairro?

Entrevistada 01 – 67 anos: Farmácia mais perto. É longe da nossa vila
Entrevistada 02 – 67 anos: Saúde melhor. Deixa um exame lá, dali um mês que tem que marcar.
Entrevistado 03 – 65 anos: mas olha, eu penso assim, quer ir la no posto e ser bem atendido
Entrevistada 04 – 76 anos: melhora de remédio e tudo, ne. As vezes ta meio pouco.
Entrevistada 05 – 64 anos: não acho nada
Entrevistado 06 – 64 anos: Um pouco mais de responsabilidade com as pessoas idosas, né. As vezes nem bola dão, se tem ali, deixe que morra.
Entrevistada 07 – 81 anos: mas tinha que mudar muita coisa.
Entrevistada 08 – 88 anos: Olha, cruzasse ai a lotação, é la em cima pra pegar

Entrevistada 09 – 63 anos: olha, agente de saúde, porque aqui na rua onde moramos não tem
Entrevistada 10 – 67 anos: agente de saúde, essa é a única parte que da bem pra pegar
Questão 20. O(A) senhor(a) participa de algum grupo, associação ou atividade comunitária? Gostaria de participar?

Entrevistada 01 – 67 anos: Quando era sã, era presidenta, agora não participo de nada. Se não fosse a doença eu estava ajudando a comunidade
Entrevistada 02 – 67 anos: não, depois que morreu minha filha fiquei sem rumo. A gente perde aquela coisa. Né. 32 anos
Entrevistado 03 – 65 anos: não, meu tempo é muito corrido
Entrevistado 04 – 76 anos: só da igreja
Entrevistada 05 – 64 anos: só da igreja
Entrevistado 06 – 64 anos: sim, nem tão pra gente
Entrevistada 07 – 81 anos: não, gostaria, mas não posso caminhar
Entrevistada 08 – 88 anos: não, não
Entrevistada 09 – 63 anos: da igreja
Entrevistada 10 – 67 anos: igreja
Questão 21. Que tipo de ajuda ou apoio gostaria de receber?

Entrevistada 01 – 67 anos: O salário que eu ganho do governo dá, não quero ajuda.
Entrevistada 02 – 67 anos: se ajudar melhor, mas difícil
Entrevistado 03 – 65 anos: calçar minha rua
Entrevistado 04 – 76 anos: remédio
Entrevistada 05 – 64 anos: não
Entrevistado 06 – 64 anos: saúde melhor
Entrevistada 07 – 81 anos: eu apoio tenho muito dos meus filhos e minhas noras também
Entrevistada 08 – 88 anos: mas olha, saúde
Entrevistada 09 – 63 anos: nada
Entrevistada 10 – 67 anos: não tem
Questão 22. Ainda tem sonhos ou planos para o futuro? Quais?

Entrevistada 01 – 67 anos: Viver mundo melhor, menos guerra, menos brigação de mulher, que eu acho muito escandaloso. Eu tenho netas, ne
Entrevistada 02 – 67 anos: cuidar meus netos
Entrevistado 03 – 65 anos: tem sonho de melhorar mais, so deus sabe
Entrevistado 04 – 76 anos: agora é pouco
Entrevistada 05 – 64 anos: me aposentar
Entrevistado 06 – 64 anos: A gente tem, mas no fim. Tem que esperar por deus, esperar pelo humano ta difícil
Entrevistada 07 – 81 anos: Ah tenho, quero ter saúde, quero viver
Entrevistada 08 – 88 anos: ter saúde
Entrevistada 09 – 63 anos: não sei
Entrevistada 10 – 67 anos: um sonho que a gente sempre teve, é quando era novo trabalhar, pra ter um canto mais ou menos pra na velhice poder ficar. Eu mesmo trabalhei a vida inteira na assistência, construindo casinhas para as pessoas idosas, uma casinha maior que nos fazia era 5 por 4 de tabua verde e aí, tu já pensaste, um casal de idoso entra pra dentro de uma casinha de eucalipto de tabua verde e dali um mês nos voltava lá, tinha fresta assim ó, ai é complicado. As pessoas não tomarem atitude de quando eram jovens trabalharem pra terem um canto.
Questão 23. Se pudesse mandar um recado para quem toma decisões na cidade, o que diria?

Entrevistada 01 – 67 anos: Menos violência com as mulheres, que os homens compreendam mais as mulheres. Agora não é tanto aqui, metade foram embora. Mas, tao menos violento, antigamente as mulheres pediam pra trocar os homens, eram mais governadas. Hoje as mulheres são libertas, é liberdade, tem que seguir assim.
Entrevistada 02 – 67 anos: que que eu vou dizer. Não se importam, não adianta
Entrevistado 03 – 65 anos: terminar com esse banditismo
Entrevistado 04 – 76 anos: mais remédio
Entrevistada 05 – 64 anos: minha aposentadoria
Entrevistado 06 – 64 anos: Um pouco mais de responsabilidade com a pessoa idosa, mais pobre
Entrevistada 07 – 81 anos: Melhorar a saúde, o atendimento
Entrevistada 08 – 88 anos: Mas, olha até nem sei, pro governo nem adianta a gente mandar
Entrevistada 09 – 63 anos: melhorar a saúde
Entrevistada 10 – 67 anos: saúde, as vezes falta bastante remédio aqui

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTAS COM PESSOAS IDOSAS – BAIRRO GAÚCHA

Objetivo 1: Descrever as características da Modernidade e Pós-Modernidade que trouxeram mudanças na sociedade, mas ao mesmo tempo causaram exclusão social e econômica

Questão 01: O(a) senhor(a) sente que o mundo mudou muito desde a sua juventude? O que mudou mais?
Entrevistado 01 – 61 anos: ai complicou, olha. Eu sei lá o que eu posso dizer. Posso dizer que esses negócio de lei, essas leis estão todas erradas. Mudou muita coisa, antigamente tinha mais respeito, né.
Entrevistada 02 - 67 anos: mudou muito, essas internet, essas coisas
Entrevistado 03 - 64 anos: pra mim ta melhor, né. mudou
Entrevistado 04 -88 anos (não estudou): mudou, mudou
Entrevistada 05 - 71 anos: mudou
Entrevistado 06 – 87 anos: bastante
Entrevistada 07 – 78 anos: demais.
Entrevistado 08 – 65 anos: mudou.
Entrevistada 09 – 71 anos: Sim, mudou.
Entrevistado 10- 67 anos: Sim, mudou.
Questão 02: Essas mudanças ajudaram ou atrapalharam sua vida? De que forma?
Entrevistado 01 – **61 anos:** pra mim, continua do mesmo jeito. Mas, é complido.
Entrevistada 02 – 67 anos: ajudam, porque é tudo mais fácil.
Entrevistado 03 – 64 anos: ajudaram
Entrevistado 04 – 88 anos: olha, o que que eu vou te dizer, não sei
Entrevistada 05 – 71 anos: acho que ajudou até
Entrevistado 06 – 87 anos: melhor, hoje em dia tem tudo nas mãos
Entrevistada 07 – 78 anos: atrapalhou, né
Entrevistado 08 – 65 anos: ajudou
Entrevistada 09 – 71 anos: antes não tinha nada.
Entrevistada 10 – 67 anos: acho que melhorou bastante até.
Questão 03: O(a) senhor(a) sente que ficou para trás com essas mudanças? Por quê?
Entrevistada 01- 61 anos: sim, não uso nada.
Entrevistado 02 – 67 anos: não uso nem muito, nem pouco. Eu to indo
Entrevistado 03 – 64 anos: mas olha, uso o celular
Entrevistado 04 – 88 anos: Não entendo nada dessas coisas
Entrevistada 05 – 71 anos: não sei
Entrevistado 06 – 87 anos: devo ter ficado
Entrevistada 07 – 78 anos: não uso nada, quando preciso de alguma coisa tenho que pedir ajuda.
Entrevistado 08 – 65 anos: não
Entrevistada 09 – 71 anos: pra trás acho que não
Entrevistado 10 – 67 anos: acompanho

Questão 04: Acha que hoje em dia é mais difícil viver para as pessoas da sua idade? Por quê?
Entrevistada 01 – 61 anos: agora ta bom de sobreviver, mas tem que ter controle, né.
Entrevistada 02 – 67 anos: é bom, melhor
Entrevistado 03 – 64 anos: mais fácil de viver

Entrevistado 04 – 88 anos: tendo o meu sentido é mais difícil, porque modificou tudo, né de outros tempos. De 20 anos pra cá, piorou mais ainda
Entrevistada 05 – 71 anos: acho que ta mais facil
Entrevistado 06 – 87 anos: de um lado é mais fácil e de outro mais difícil. Muita coisa
Entrevistada 07 – 78 anos: fácil, eu acho
Entrevistado 08 – 65 anos: mais fácil
Entrevistada 09 – 71 anos: Mais fácil
Entrevistado 10 – 67 anos: Mais fácil

Objetivo 2: Verificar as condições socioeconômicas da população idosa residente nas periferias da cidade de Tupanciretã-RS, em bairros vulnerabilizados

Questão 05: Como é a sua renda mensal? De onde ela vem (aposentadoria, ajuda de familiares, benefícios, outros)?
Entrevistada 01 – 61 anos: Minha renda é meu salário, dá uns R$ 1.700,00, por ai
Entrevistada 02 – 67 anos: Aposentadoria
Entrevistado 03 – 64 anos: bolsa família, R$ 300,00
Entrevistado 04 – 88 anos: bpc.
Entrevistada 05 – 71 anos: aposentadoria
Entrevistado 06 – 87 anos: aposentadoria.
Entrevistada 07 – 78 anos: aposentadoria
Entrevistada 08 – 65 anos: salário, em torno de um salário minimo
Entrevistada 09 – 71 anos: aposentadoria
Entrevistada 10 – 67 anos: auxilio
Questão 06: O(a) senhor(a) sente que essa renda é suficiente para suas necessidades básicas?
Entrevistada 01 – 61 anos: até que é, não da pra se queixar.
Entrevistada 02 – 67 anos: não, é pouca
Entrevistado 03 – 64 anos: muito pouco.
Entrevistado 04 – 88 anos: vamos levando, o que que eu vou fazer, é isso que tenho. Não gasto com remédios, só uns calmantes
Entrevistada 05 – 71 anos: suficiente não é, mas da pra sobreviver.
Entrevistado 06 – 87 anos: suficiente não é.
Entrevistada 07- 78 anos: é pouco.
Entrevistado 08 – 65 anos: tem que cuidar
Entrevistado 09 – 71 anos: sim
Entrevistado 10 – 67 anos: é, ajuda.
Questão 07. Como é o acesso à saúde por aqui? Consegue ir ao médico quando precisa?

Entrevistada 01 – 61 anos: Eu acho bom, tem o postinho.
Entrevistada 02 – 67 anos: sim, consigo
Entrevistado 03 – 64 anos: sim.
Entrevistado 04 – 88 anos: é bom
Entrevistada 05 – 71 anos: até que serve
Entrevistado 06 – 87 anos: da pra ir.
Entrevistada 07 – 78 anos: sim, quando preciso consigo
Entrevistada 08 – 65 anos: tem o postinho ali, mas é aquela coisa né. Não tem ficha todo dia, são poucas fichas, pra conseguir uma tem que madrugar.
Entrevistada 09 – 71 anos: tem o postinho
Entrevistada 10 – 67 anos: sim

Questão 08. Tem acesso fácil a transporte, farmácias, mercados e outros serviços essenciais?

Entrevistada 01 – 61 anos: não tem transporte. Farmácia fica lá em cima. Tem mercadinhos aqui.
Entrevistada 02 – 67 anos: aqui eu consigo. Remédios meus eu compro todos.
Entrevistado 03 – 64 anos: não tem.
Entrevistado 04 – 88 anos: não tem
Entrevistada 05 – 71 anos: não tem.
Entrevistado 06 – 87 anos: não tem, vou a pé.
Entrevistada 07 – 78 anos: não, não tem nada. Se quiser sair tem que chamar um taxi, uma carona.
Entrevistada 08 – 65 anos: Não. Tem mercados aqui perto, só. O resto só no centro.
Entrevistada 09 – 71 anos: não tem.
Entrevistada 10 – 67 anos: tem sim
Questão 09. O(a) senhor(a) vive sozinho(a) ou com familiares? Como é essa convivência?

Entrevistado 01 – 61 anos: eu e minha companheira.
Entrevistada 02 – 67 anos: tenho minha companheira
Entrevistado 03 – 64 anos: eu e ele
Entrevistado 04 – 88 anos: sozinho
Entrevistada 05 – 71 anos: sozinho
Entrevistado 06 – 87 anos: sozinha
Entrevistada 07 – 78 anos: sozinho
Entrevistada 08 – 65 anos: meu esposo
Entrevistada 09 – 71 anos: marido.
Entrevistada 10 – 67 anos: esposa

Objetivo 3: Reconhecer as formas de exclusão enfrentadas pela população idosa nas periferias de Tupanciretã-RS e os fatores econômicos, sociais e culturais que contribuem para essa situação

Questão 10. O(a) senhor(a) sente que é respeitado e valorizado na comunidade onde vive?

Entrevistada 01 – 61 anos: Sim.
Entrevistada 02 – 67 anos: sim, graças a deus
Entrevistado 03 – 64 anos: sim
Entrevistado 04 – 88 anos: sim
Entrevistada 05 – 71 anos: sim
Entrevistado 06 – 87 anos: sim
Entrevistada 07 – 78 anos: sim.
Entrevistada 08 – 65 anos: sim, sim
Entrevistada 09 – 71 anos: sim
Entrevistada 10 – 67 anos: sim, gosto de viver aqui

Questão 11. Já se sentiu excluído(a) por ser idoso(a)? Pode contar um exemplo?

Entrevistada 01 – 61 anos: não, eu nunca
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 64 anos: não
Entrevistado 04 – 88 anos: tem vezes que sim, vezes que não
Entrevistada 05 – 71 anos: não
Entrevistado 06 – 87 anos: não.
Entrevistada 07 – 78 anos: não isso não

Entrevistada 08 – 65 anos: não
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 12. Acha que tem menos oportunidades ou acesso a direitos por causa da idade?

Entrevistada 01 – 61 anos: Não, acho que não.
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 64 anos: não acho
Entrevistado 04 – 88 anos: não não
Entrevistada 05 – 71 anos: não
Entrevistado 06 – 87 anos: não.
Entrevistada 07 – 81 anos: é difícil
Entrevistada 08 – 65 anos: acho que não
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 13. Como o(a) senhor(a) percebe as mudanças culturais e comportamentais das novas gerações? Se sente compreendido(a) por elas?

Entrevistada 01 – 61 anos: Mas olha, são pessoas boas.
Entrevistada 02 – 67 anos: estão bons, eu acho bom
Entrevistado 03 – 64 anos: eu acho que ta bom, gosto.
Entrevistado 04 – 88 anos: é diferente, tem que levar
Entrevistada 05 – 71 anos: ta bem diferente. Os que eu conheço não posso reclamar, mas tem uns que tão complicado.
Entrevistado 06 – 87 anos: sim, me tratam bem
Entrevistada 07 – 78 anos: eu não tenho do que reclamar.
Entrevistada 08 – 65 anos: depende muito da pessoa.
Entrevistada 09 – 71 anos: acho que ta normal.
Entrevistada 10 – 67 anos: tratam bem
Questão 14. Quais são as maiores dificuldades que enfrenta hoje em dia?

Entrevistada 01 – 61 anos: não tenho.
Entrevistada 02 – 67 anos: o salário que não da pra nada.
Entrevistado 03 – 64 anos: nenhuma
Entrevistado 04 – 88 anos: minha surdez
Entrevistada 05 – 71 anos: minha perna incomoda.
Entrevistado 06 – 64 anos: doença né
Entrevistada 07 – 78 anos: não tem
Entrevistada 08 – 65 anos: não tenho
Entrevistada 09 – 71 anos: não tenho
Entrevistada 10 – 67 anos: não, saúde boa

Objetivo 4: Identificar a percepção das pessoas idosas residentes nos bairros periféricos sobre os processos de opressão e exclusão social

Questão 15. O(A) senhor(a) acredita que os(a) idosos(a) são esquecidos(as) pelas autoridades e pelo governo? Por que?

Entrevistada 01 – 61 anos: acho que não, não sei.
Entrevistada 02 – 67 anos: na verdade é, ganham uma mixaria.
Entrevistado 03 – 64 anos: acho que não
Entrevistado 04 – 88 anos: pode ser que sim

Entrevistada 05 – 71 anos: não sei
Entrevistado 06 – 87 anos: ah sim, com certeza.
Entrevistada 07 – 78 anos: não sei
Entrevistada 08 – 65 anos: acredito que sim
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 16. Já sentiu que sua voz não é ouvida quando tenta expressar uma necessidade ou problema?

Entrevistada 01 – 61 anos: não
Entrevistada 02 – 67 anos: não
Entrevistado 03 – 64 anos: não
Entrevistado 04 – 76 anos: não
Entrevistada 05 – 71 anos: não
Entrevistado 06 – 87 anos: não.
Entrevistada 07 – 78 anos: não
Entrevistada 08 – 65 anos: não
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 17. Acha que há preconceito com pessoas mais velhas? Como isso aparece no seu dia a dia?

Entrevistada 01 – 61 anos: Acho que não.
Entrevistada 02 – 67 anos: pra mim, é bom
Entrevistado 03 – 64 anos: deve ter
Entrevistado 04 – 88 anos: não
Entrevistada 05 – 71 anos: pode ser que tenha. Não
Entrevistado 06 – 87 anos: acho que não.
Entrevistada 07 – 78 anos: Não.
Entrevistada 08 – 65 anos: depende, pode ser que sim, não sei.
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não.
Questão 18. Como o(a) senhor(a) vê o tratamento que as instituições públicas e os serviços dão às pessoas idosas?

Entrevistada 01 – 61 anos: é bom
Entrevistada 02 – 67 anos: é bom
Entrevistado 03 – 64 anos: acho que é bom
Entrevistado 04 – 88 anos: pra mim ta bom
Entrevistada 05 – 71 anos: ta bom
Entrevistado 06 – 88 anos: depende muito do lugar que tu vai
Entrevistada 07 – 78 anos: é bom, não tenho do que me queixar.
Entrevistada 08 – 65 anos: é bom
Entrevistada 09 – 71 anos: bom
Entrevistada 10 – 67 anos: bom atendimento

Objetivo 5: Dialogar com a população idosa sobre as possibilidades de inclusão e emancipação que ainda vislumbram

Questão 19. O que o(a) senhor(a) acha que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas idosas do seu bairro?

Entrevistada 01 – 61 anos: melhorar essas leis.
Entrevistada 02 – 67 anos: pra mim, ta bom
Entrevistado 03 – 64 anos: calçamento já tava bom, aqui a gente faz tudo.
Entrevistado 04 – 88 anos: tem que melhorar as coisas.
Entrevistada 05 – 71 anos: eu não sei te dizer
Entrevistado 06 – 87 anos: avho qu
Entrevistada 07 – 78 anos: tinha que melhorar as coisas, mais saúde.
Entrevistada 08 – 65 anos: melhorar o postinho, as ruas.
Entrevistada 09 – 71 anos: os vicentinos aqui ficou largado, né. Agora algo que ajudava bastante as pessoas idosas e agora não tem mais. Só essas casinhas aqui pra gente
Entrevistada 10 – 67 anos: melhorar a saúde, quem sabe um transporte. Seria bom
Questão 20. O(A) senhor(a) participa de algum grupo, associação ou atividade comunitária? Gostaria de participar?

Entrevistada 01 – 61 anos: não, nem tem essas coisas.
Entrevistada 02 – 67 anos: não.
Entrevistado 03 – 64 anos: não
Entrevistado 04 – 88 anos: não
Entrevistada 05 – 71 anos: não
Entrevistado 06 – 87 anos: não
Entrevistada 07 – 78 anos: não.
Entrevistada 08 – 65 anos: não.
Entrevistada 09 – 71 anos: não
Entrevistada 10 – 67 anos: não
Questão 21. Que tipo de ajuda ou apoio gostaria de receber?

Entrevistada 01 – 61 anos: acho que nada.
Entrevistada 02 – 67 anos: pra mim ta bom
Entrevistado 03 – 64 anos: me aposentar.
Entrevistado 04 – 88 anos: to esperando meu parelho pro ouvido, que já encaminhei a muito tempo
Entrevistada 05 – 71 anos: não
Entrevistado 06 – 87 anos: eu não quero nada.
Entrevistada 07 – 78 anos: nada.
Entrevistada 08 – 65 anos: nada.
Entrevistada 09 – 71 anos: nada
Entrevistada 10 – 67 anos: me aposentar.
Questão 22. Ainda tem sonhos ou planos para o futuro? Quais?

Entrevistada 01 – 61 anos: mas, olha. A gente sempre tem. Agora não sei
Entrevistada 02 – 67 anos: pra mim ta bom como tá
Entrevistado 03 – 64 anos: me aposentar.
Entrevistado 04 – 88 anos: a gente tem, mas agora é complicado, quase 90 anos.
Entrevistada 05 – 71 anos: sonho ta pouco
Entrevistado 06 – 87 anos: viver mais um pouco.
Entrevistada 07 – 78 anos: ter saúde.
Entrevistada 08 – 65 anos: que as coisas melhorem pra todos.
Entrevistada 09 – 71 anos: não sei

Entrevistada 10 – 67 anos: me aposentar
Questão 23. Se pudesse mandar um recado para quem toma decisões na cidade, o que diria?

Entrevistada 01 – 61 anos: não sei.
Entrevistado 02 – 67 anos: tem que melhorar as coisas, né
Entrevistado 03 – 64 anos: nada
Entrevistado 04 – 88 anos: mandem meu aparelho
Entrevistada 05 – 71 anos: nada
Entrevistado 06 – 87 anos: que deem jeito nos problemas.
Entrevistada 07 – 78 anos: Melhorar a saúde.
Entrevistada 08 – 65 anos: Mais saúde.
Entrevistada 09 – 71 anos: melhorar essas leis, né.
Entrevistada 10 – 67 anos: minha aposentadoria, como eu disse.